

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

Rocheli Regina Predebon Silveira

**“ESCOLA SEM DOUTRINAÇÃO”: UM PATRULHAMENTO
IDEOLÓGICO?**

Santa Maria, RS
2019

Rocheli Regina Predebon Silveira

“ESCOLA SEM DOCTRINAÇÃO”: UM PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO?

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Amanda Eloina Scherer

Santa Maria, RS
2019

Silveira, Rocheli Regina Predebon
"Escola sem Doutrinação": um patrulhamento ideológico?
/ Rocheli Regina Predebon Silveira.- 2019.
116 p.; 30 cm

Orientadora: Amanda Eloina Scherer
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2019

1. Escola sem Partido 2. Patrulhamento Ideológico 3.
Doutrinação 4. Professor I. Scherer, Amanda Eloina II.
Título.

Rocheli Regina Predebon Silveira

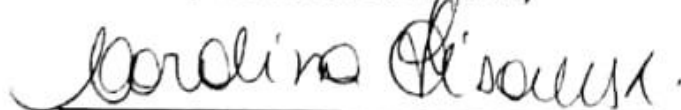
“ESCOLA SEM DOCTRINÃO”: UM PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovado em 11 de março de 2019:



Amanda Eloina Scherer, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Carolina Salbego Lisowsk, Dra. (FAPAS)



Renata Corrêa Coutinho, Dra. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, que me possibilitou tantos aprendizados, fossem nas simples conversas, fossem nas aulas e orientações. Obrigada pela oportunidade de estar ao seu lado, pois assimilei conhecimento que você compartilhou. Agradecida, eu me sinto, pela sua atenção nesse trabalho durante o processo de escrita e todas as ricas intervenções.

À CAPES pelas bolsas concedidas, que me viabilizaram e possibilitaram cursar esse programa de pós-graduação.

À banca examinadora, pelas contribuições relevantes ao melhoramento da presente produção textual.

À minha família, que tolerou e compreendeu minha ausência no dia-a-dia e datas especiais. Estou grata por tê-los junto, em apoio a minha pessoa, durante a jornada acadêmica, por compartilharem comigo esse sonho de obter essa pós-graduação.

Ao meu companheiro, pelo apoio imprescindível nesta caminhada. Obrigada por estar sempre ao meu lado, nos momentos bons e ruins.

Às minhas colegas e amigas Rejane e Ana Elisa, por toda parceria no decorrer desse percurso. Suas conversas, risadas, passeios, estudos, companhias em eventos e, as palavras de apoio e solidariedade, me foram importantes no decurso dessa jornada acadêmica.

RESUMO

“ESCOLA SEM DOCTRINAÇÃO”: UM PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO?

AUTORA: Rocheli Regina Predebon Silveira

ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

Embasados na perspectiva discursiva de linha francesa, propomos nessa dissertação, tendo como objeto de estudo a *fanpage* no *Facebook* do movimento ‘Escola Sem Partido’, analisar os enunciados produzidos pelo movimento sobre professores e suas práticas em sala de aula. A ‘Escola Sem Partido’, através de seu movimento e projetos embasados em seus ideais, tem buscado o que denominam de uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária. Nosso intuito, nesse sentido, foi refletir sobre a relação que há entre o ato de doutrinar, apontado pelo movimento ‘Escola Sem Partido’ – como a ação praticada pelos professores –, com o ato de patrulhar ideologicamente os docentes – ação realizada pelo movimento. Para isso, mobilizamos os conceitos de ideologia e, de aparelhos ideológicos de Estado, propostos por Althusser (1985) e Pêcheux (1995). Tais conceitos nos permitiram compreender o patrulhamento ideológico como mecanismo de vigia utilizado pelas instituições para lutar pela manutenção da ideologia dominante/dominada. Nosso *corpus* de análise foi composto por vinte e cinco enunciados, selecionados a partir de dois critérios: temporalidade (março de 2015 a agosto de 2016) e; temática (discurso sobre o educador e suas práticas). O processo analítico foi desenvolvido a partir dos estudos sobre o discurso-transverso. Nesse movimento analítico buscamos compreender como o discurso do ‘Escola Sem Partido’, relativamente a doutrinação, é atravessado pelo discurso de patrulhamento ideológico. Esse gesto de interpretação nos possibilitou entender que o professor doutrinador se constitui daquele que possui ideologia diferente da julgada ideal pelo movimento e/ou que, problematiza seus ideais. Ao nosso ver, portanto, a relação entre o ato de patrulhar e, o suposto ato de doutrinar, se dá no mascaramento do patrulhamento ideológico sobre o discurso doutrinador. Por fim, acreditamos que, junto ao atravessamento do patrulhamento ideológico, está atravessado o discurso de ódio, mediante a desqualificação e intimidação dos sujeitos professores.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Patrulhamento ideológico, Doutrinação. Professor.

RESUMEN

“ESCUELA SIN DOCTRINA”: UNA PATRULLA IDEOLÓGICA

AUTORA: Rocheli Regina Predebon Silveira

ORIENTADORA: Amanda Eloina Scherer

Basados en la perspectiva discursiva de línea francesa y tomando como objeto de estudio la *fanpage* de *Facebook* del movimiento Escola sem Partido (Escuela sin Partido), en esta disertación proponemos analizar enunciados producidos por el movimiento acerca de los profesores y sus prácticas en las clases. El movimiento Escola sem Partido, a través de proyectos basados en sus ideales, ha buscado lo que llama una escuela sin doctrina política, ideológica y partidaria. En esse sentido, nuestro objetivo en este trabajo es reflexionar acerca de la relación entre el acto de doctrinar, apuntado por el movimiento Escola sem Partido como la acción practicada por los profesores, y el acto de “patrullar” ideológicamente los profesores, acción realizada por el movimiento. Para esto, nos valemos de los conceptos ideología y Aparatos Ideológicos de Estado, propuestos por Althusser (1985) y Pêcheux (1995), que nos han permitido comprender el patrullaje ideológico como un mecanismo de vigilancia utilizado por las instituciones para luchar por una preservación de la ideología dominante/dominada. Nuestro *corpus* de análisis fue compuesto por veinticinco enunciados, seleccionados a partir de dos criterios: temporalidad (marzo de 2015 a agosto de 2016) y temática (discurso acerca del profesor y sus prácticas). El proceso analítico fue desarrollado a partir de los estudios acerca del discurso transversal. En este ejercicio analítico buscamos comprender cómo el discurso del movimiento Escola sem Partido acerca de la doctrina es atravesado por el discurso del patrullaje ideológico. Dicho gesto de interpretación posibilitó entender que el profesor doctrinador es aquel que posee una ideología diferente de la juzgada ideal por el movimiento y/o que problematiza sus ideales. Desde nuestra perspectiva, por lo tanto, la relación entre el acto de “patrullar” y el acto de doctrinar se da en el enmascaramiento del patrullaje ideológico acerca del discurso doctrinador. Finalmente, creemos que junto al patrullaje ideológico está atravesado el discurso de odio, con la descalificación e intimidación de los profesores.

Palabras clave: Escola sem Partido. Patrullaje ideológico. Doctrina. Profesor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz com deveres dos professores.....	18
Figura 2 – Site oficial do movimento ESP	22
Figura 3 – <i>Fanpage</i> oficial do movimento ESP no <i>Facebook</i>	23
Figura 4 – Redes de filiações	42
Figura 5 – Exemplo de postagem na <i>fanpage</i> do movimento ESP	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – esquema palavra-puxa-palavra	32
Quadro 2 – recortes discursivos sobre o professor	71
Quadro 3 – recortes discursivos sobre possíveis práticas doutrinárias	80

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise de discurso
AIEs	Aparelhos Ideológicos de Estado
ESP	Escola sem Partido
FD	Formação discursiva
FI	Formação ideológica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCESP	Professores contra o Escola sem Partido
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL	Projeto de lei
PT	Partido dos trabalhadores
SDR	Sequência Discursiva de Referência

SUMÁRIO

	PALAVRAS INICIAIS	11
1	A FANPAGE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	15
1.1	ESCOLA.....	25
1.2	SEM PARTIDO (POLÍTICO, IDEOLÓGICO, PARTIDÁRIO?) .	28
1.3	ESCOLA SEM PARTIDO NO <i>FACEBOOK</i>	33
1.4	O DISCURSO NO MEIO DIGITAL .	36
2	PRECEITOS TEÓRICOS	45
2.1	IDEOLOGIA	46
2.1.1	Funcionamento do patrulhamento ideológico	54
2.2	DISCURSO-TRANSVERSO.....	60
3	O PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO NA FANPAGE DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	67
3.1	POSSIBILIDADE DE UM RECORTE	67
3.2	ATRAVESSAMENTO DE SABERES NO DISCURSO SOBRE O PROFESSOR DOUTRINADOR.....	70
3.3	ATRAVESSAMENTO DE SABERES NO DISCURSO SOBRE AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES	79
	PALAVRAS FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	100
	ANEXOS	105

PALAVRAS INICIAIS

“Vamos unir o povo, **valorizar a família**, [...] **combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores**. O Brasil voltará a ser um país **livre das amarras ideológicas**.” “[...] vontade soberana daqueles brasileiros que querem **boas escolas**, capazes de **preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política**.”

Os destaques realizados nesses dois enunciados são trechos de um discurso que cotidianamente, ao acessar a *fanpage* do Escola sem Partido (ESP) - objeto de nosso estudo -, observamos. Nessa *fanpage*, cada vez mais, temos nos deparado com defensores de uma escola que não tenha partido, uma escola que não tome posição diante de nenhuma temática específica. Nessa mesma página, o movimento e seus seguidores têm, insistentemente, defendido uma concepção de escola sem o ensino de política, gênero e de sexualidade.

Embora este discurso seja corriqueiro na *fanpage* do ESP, na realidade, foi retirado do discurso proferido pelo Presidente do Brasil, em sua posse no dia primeiro de janeiro deste ano (2019). Mesmo que não tenhamos a intenção de analisar esse discurso, algumas observações são necessárias, já que um Presidente eleito democraticamente deve governar para todos, independentemente de quem votou ou não nele.

Quando ressaltado "nossos valores", os valores de quem (ou o que) estão sendo postos em discussão? O povo brasileiro como um todo teria valores universais para todos? É possível um país sem ideologia? É possível falar em "nossos valores" e em "amarras ideológicas" como coisas separadas? Além disso, se a escola prepara somente para o mercado de trabalho¹, quem preparará os alunos para a vida em sociedade? Esses questionamentos se colocam em debate uma vez que partem de um discurso aberto, proferido em rede nacional pelo principal representante do povo brasileiro. Na contramão desse discurso, o célebre educador Paulo Freire (tido por muitos como o mais importante intelectual brasileiro) ressalta que: “[...] não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta,

¹ Quando mencionamos preparar para o mercado de trabalho levamos em consideração que isso também é ideológico. A formação do aluno voltada, apenas, ao ensino para o mercado de trabalho é uma ideologia neoliberal, que visa o sucesso e o desenvolvimento, somente, profissional.

tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade.” (FREIRE; ILLICH, 1975, p.30)

Nas palavras de Freire, o problema não está nas escolas, mas na sociedade. A escola tem uma abrangência definida e limitada, portanto ela pode contribuir com as mudanças na sociedade, mas sozinha jamais irá promover mudanças efetivas. Isso posto, a educação já se apresenta enquanto ato político.

No caso do movimento e seus seguidores, com os dizeres sobre a doutrinação, em defesa da família e dos valores, questionamos-nos se estariam eles defendendo a escola com um partido - o partido a favor dos “bons” e “velhos” costumes da família tradicional brasileira. Como se constrói um movimento nessa contradição de ter um ideal “sem partido”, mas defender outro ideal “com partido”? Questões como essa nos fazem indagar sobre o que é esse movimento, o que realmente estaria buscando e, como consegue seguidores, mesmo se contradizendo. Estaria o movimento patrulhando ideologicamente, por isso tem tantos seguidores?

A proposta dessa dissertação começou a tomar forma quando escrevi o projeto para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. O projeto foi proposto porque me inquietava com o discurso sobre os professores, em cada entrevista concedida pelo movimento ou em cada reportagem sobre o assunto. Mas sobretudo, a inquietude virou incomodo ao observar o discurso do movimento Escola sem Partido sobre os professores na sua *fanpage*. Discurso que, para mim, era de ódio, mesmo sem ter fundamentado teoricamente o discurso de ódio, me senti incomodada com a maneira com que o movimento e os sujeitos seguidores dele difamavam, menosprezavam, violentavam o sujeito professor para desqualificá-lo. Discurso que vim a compreender, através de Muñoz e Capponi (2018), como um discurso de ódio, porque intimida, neste caso intimida o sujeito professor.

Quando propus o projeto, ainda em 2016, mesmo que já houvesse uma ampla discussão sobre não haver ensino de ideologia política, partidária, de gênero e sexualidade, e, principalmente, sobre o papel do professor diante desses temas, o trabalho em sala de aula com essas temáticas não era condenável, como vivenciamos no agora. Havia um movimento, haviam muitas propostas que limitavam o trabalho do professor, mas o professor não precisava se preocupar com a repercussão ou com possível represarias por conta de algum conteúdo trabalhado.

Dessa forma, temos como objetivo principal refletir sobre a relação que o ato de doutrinar, apontado pelo movimento como a ação praticada pelos professores, tem

com o patrulhamento ideológico realizado pelo movimento ESP. Buscamos, ainda, como objetivos específicos: a) refletir sobre o conceito de ideologia e sua relação com o patrulhamento ideológico; b) compreender o funcionamento do patrulhamento ideológico a partir do significado em dicionários e; c) entender como funciona o patrulhamento ideológico sobre os professores na *fanpage* do movimento ESP.

Nosso trabalho está embasado na perspectiva da Análise de Discurso (AD), desenvolvida na França por Michel Pêcheux, em busca de refletir sobre o imbricamento entre linguagem e história. E no Brasil, principalmente no trabalho de Eni Orlandi, que articula o sujeito, o sentido e a ideologia com o político e o teórico, trazendo a filiação com a AD desenvolvida na França, para quem o discurso é tomado como uma prática social, uma vez que seu estudo se dá a partir da linguagem e dos seus processos de significação. O objetivo principal da análise discursiva é mostrar o funcionamento do texto através da relação entre sujeito, língua e história, observando sua articulação com as formações ideológicas. O analista de discurso, portanto, lança um olhar diferente sobre o texto, buscando compreender, através dos processos de significação, o funcionamento dos sentidos.

No intuito de buscar respostas aos questionamentos que fizemo-nos inicialmente, a partir do que objetivamos, essa dissertação está composta por três partes: (i) *fanpage* do Escola sem Partido: condições de produção; (ii) preceitos teóricos e; (iii) o patrulhamento ideológico na *fanpage* do movimento Escola sem Partido.

Na primeira parte, buscamos compreender nosso objeto de estudo, a *fanpage* do ESP e suas condições de produção. Começamos apresentando a temática da *fanpage* estudada, o ESP, para isso, analisamos os sites oficiais do grupo, buscamos informações sobre o assunto e entrevistas do coordenador do ESP, Miguel Nagib, além dos materiais produzidos por professores que estudam o movimento, como é o caso de Fernando Penna. Ao apresentar o ESP, percebemos que o movimento anseia por uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária.

Para compreender as condições de produção do movimento, buscamos o sentido que a instituição escola tem em documentos oficiais (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Parâmetros Curriculares Nacionais); e ainda fizemos um percurso pelo significado de ideologia, política, partido e doutrina em dicionários impressos e online. Só então passamos às considerações sobre nosso objeto de estudo propriamente dito. Inicialmente com um breve histórico sobre o

Facebook e sobre o funcionamento do meio digital. Consequentemente, o da *fanpage* do ESP. Por último, realizou-se reflexão sobre o discurso no meio digital embasado, principalmente, nos estudos da pesquisadora Cristiane Dias (2013-2015, 2016, 2018).

Na segunda parte, contemplando nosso primeiro objetivo específico, procuramos compreender os conceitos de ideologia e de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), embasados principalmente em Althusser (1985) e em Pêcheux (1995), à guisa de refletirmos sobre o funcionamento do patrulhamento, nosso segundo objetivo específico. O patrulhamento ideológico foi proposto através da busca pela significação do verbete 'patrulhamento' em diferentes dicionários impressos e online e, a sua relação com o que compreendemos por 'ideologia' na perspectiva discursiva. Ao entendermos o 'patrulhamento ideológico', percebemos que esse poderia estar atravessado no discurso do movimento ESP sobre o professor doutrinador, por isso se fez necessário refletir sobre o discurso-transverso, porque entendemos que seria imprescindível em nossa análise. As considerações sobre o discurso-transverso foram fundamentadas especialmente por Pêcheux (1995).

Na última parte de nosso trabalho, apresentamos, primeiramente, o recorte justificando as escolhas realizadas. Estabelecemos dois critérios para compor nosso *corpus* de análise: temporal (março de 2015 a agosto de 2016) e temático (discurso sobre o sujeito professor e suas práticas). Nosso terceiro e último objetivo foi contemplado nessa parte, em nossa análise, que foi dividida em duas seções. Na primeira, selecionamos enunciados produzidos pelo ESP sobre o sujeito professor; nessa seção, buscamos compreender o atravessamento do patrulhamento ideológico no discurso sobre o professor dito, pelo movimento ESP, doutrinador. Na segunda seção, analisamos enunciados sobre as práticas dos professores consideradas, pelo ESP, doutrinárias. Buscamos, nessa seção, compreender de que forma o movimento ESP utiliza um discurso já atravessado pelo patrulhamento ideológico para reforçar o que é considerado necessário por eles: a vigilância sobre o sujeito professor. Com isso, pudemos compreender como o patrulhamento ideológico funciona na *fanpage* do ESP.

1 FANPAGE DO ESCOLA SEM PARTIDO: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Estamos tomando como objeto de estudo, neste trabalho, a *fanpage* do Escola sem Partido (ESP) - organização que teve início pela vontade de um sujeito indignado com a prática de um professor e que, com o tempo, repercutiu, ganhou seguidores e se tornou um movimento. Por isso, nosso percurso para compreender o ESP se inicia em 2003, quando tivemos o primeiro passo em busca do que o movimento, hoje, acredita ser uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária.

Segundo o próprio fundador Miguel Nagib², em entrevista para o *Jornal Hora Extra* (REMY, 2018), o ESP foi fundado em maio de 2004 em resposta à sua indignação pela comparação feita, por um professor de história de sua filha mais nova, entre Che Guevara e São Francisco de Assis³, fato que ocorreu em meados de 2003. Ao tomar algumas providências em relação ao ocorrido e não obter o resultado esperado, e ao conversar com outros pais, Miguel Nagib afirma ter compreendido o problema, considerado por ele como uma prática de doutrinação:

Lendo e conversando com outras pessoas, percebi que o problema era muito maior e mais grave do que eu supunha. Não foi difícil perceber que a prática da doutrinação estava e continua disseminada por todo o sistema de ensino.” (REMY, 2018, s.n.)

Ao não obter apoio da escola, onde sua filha estudava, nem dos pais dos alunos dessa escola, conforme relatado pelo próprio fundador do movimento, foi criado o ESP (REMY, 2018). O grupo pode ser definido como uma organização que se formou com um objetivo determinado, a saber: “[...] dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários⁴”.

É difícil encontrar informações acadêmicas sobre o ESP. As principais informações encontradas advêm dos canais de divulgação do grupo, de entrevistas

² Miguel Nagib é advogado e procurador do Estado de São Paulo.

³ Em reportagem sobre o movimento Escola sem Partido no jornal El País, Talita Bedinelli afirma que a comparação feita pelo professor de história entre Che Guevara e São Francisco de Assis foi ideológica, o professor teria afirmado que Che Guevara havia deixado tudo por uma ideologia política, enquanto São Francisco de Assis havia deixado tudo por uma ideologia religiosa. Ou seja, a comparação realizada é de que os dois haviam deixado tudo por uma ideologia. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html>. Acesso em: 25 abr. 2018.

⁴ ESCOLA SEM PARTIDO. **Objetivos**. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

com o fundador Miguel Nagib e de autores contrários à causa. Ainda é mais difícil encontrar informações sobre os componentes do ESP, já que as únicas figuras públicas representantes são Miguel Nagib e Bráulio Porto. Nagib é apontado como o coordenador do ESP, ele participa dos debates sobre o assunto, concede entrevistas, representa e apresenta. Enquanto isso, Bráulio Porto⁵ é apontado como o vice-presidente do grupo (MIGUEL, 2016)⁶.

Sobre a fundação do ESP, Miguel (2016) afirma que seria um mito, visto que o movimento inicialmente teria surgido junto ao Instituto Millenium⁷. O instituto Millenium, conforme Miguel (2016), apesar de ser uma entidade que se diz antipartidária, seus escopos de lutas principais são ligados “[...] ao programa econômico da direita (o Estado mínimo, a desregulamentação, a flexibilização da legislação trabalhista), não à moral sexual, à família ou aos costumes” (MIGUEL, 2016, p. 600). O autor relata que, por algum tempo, após a criação do movimento ESP, Nagib esteve vinculado ao instituto como membro, inclusive produzindo artigos que eram publicados no site oficial da entidade. Mas, há algum tempo, ele já foi desvinculado do grupo e os artigos que antes tinham seu nome como autor hoje são de autoria do próprio instituto (MIGUEL, 2016). O autor entende essa desvinculação de Nagib do Instituto como uma forma de desvincular a imagem do coordenador do movimento ESP a do instituto, o qual, mesmo não se considerando uma entidade político-partidária, defende causas que são. Por isso, para manter o ideário de que o ESP não possui nenhum vínculo político e partidário, para Miguel (2016), Nagib se afastou do Instituto Millenium.

O ESP declara, também, ser um movimento de iniciativa conjunta entre pais e alunos preocupados com o que eles chamam de doutrinação política, ideológica e partidária nos níveis de ensino básico e superior. Em suas entrevistas, Miguel Nagib

⁵ Doutor em Sociologia, professor adjunto da Universidade de Brasília, que dentre as pesquisas desenvolvidas por ele, damos destaque ao estudo sobre doutrinação ideológica nas escolas e universidades. Informações disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4785974H7>>.

⁶ Quando referenciamos apenas Miguel, estamos nos referindo a Luis Felipe Miguel, e não a Miguel Nagib; a referência de seu trabalho pode ser encontrada na página 56.

⁷ Segundo o próprio Instituto, Millenium “[...] é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o thinktank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo.” (INSTITUTO MILLENIUM, 2018, s.p). Disponível em: <<http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

repete sempre a mesma falácia, tanto sobre a fundação do movimento como sobre o seu propósito:

O Programa Escola sem Partido surgiu como resposta a duas práticas abusivas, antiéticas e ilícitas que se disseminaram por todo sistema de ensino: a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária nas escolas e universidades. O objetivo do programa é inibir essas práticas e, ao mesmo tempo, impedir que o direito dos pais dos alunos sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos seja violado pelo governo, pelas escolas e pelos professores (CABRAL, 2018, s. n.).

Entretanto, para Miguel (2016), o objetivo principal do ESP nem sempre foi o de garantir uma educação religiosa e moral de acordo com a dos pais dos alunos. Segundo o autor, no início, o ESP defendia apenas uma educação neutra. No entanto, em um dado momento, as ideias contra a ideologia de gênero ganham força e o ESP aproveita-se desses ideários e começa a defender uma educação em que é a família que deve escolher o que pode, ou não, ser ensinado aos seus filhos. Miguel Nagib, ao dar entrevistas sobre o papel do professor em sala de aula, afirma que “[...] o professor não desfruta e não pode desfrutar de liberdade de expressão em sala de aula⁸”. O que o ESP defende, portanto, é uma escola que ensine apenas os conteúdos de português, matemática, etc., e que conteúdos sobre gênero, religião, política, ou seja, conteúdos que possam estar em conflito com as convicções estabelecidas pelas famílias dos estudantes são de responsabilidade exclusivamente dos pais.

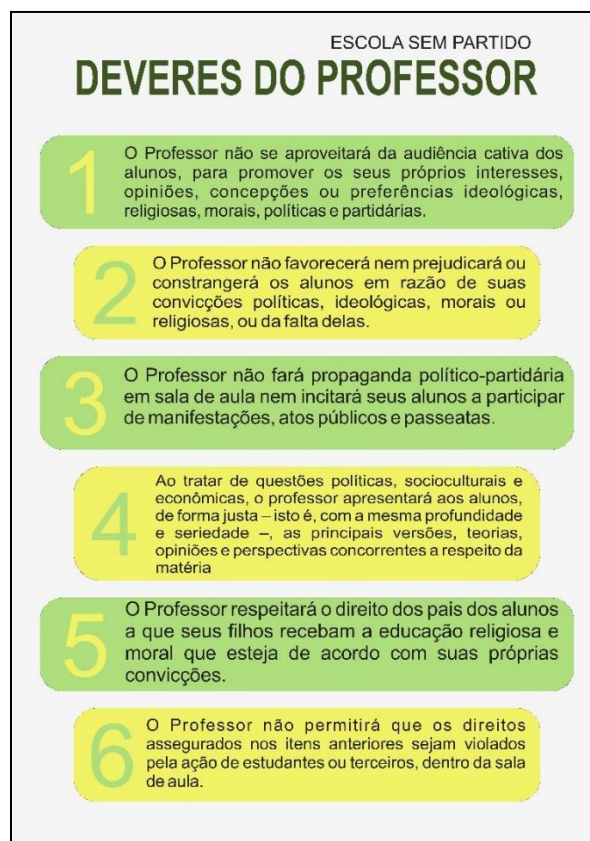
Por isso, Miguel Nagib, desde 2004, vem se mobilizando para divulgar informações sobre o tema, relatar episódios com possíveis doutrinações sofridas por alunos e estimular leis como forma de punição a professores que tenham praticado “condutas consideradas pelo ESP como inadequadas” para a sala de aula. Como exemplo, a proposta do “Programa Escola sem Partido”, intitulado como programa pelo próprio Miguel Nagib. No site oficial do Programa ESP⁹, é afirmado que ele surgiu pela necessidade da criação de projetos de leis que pudessem pressionar os professores a respeitarem os seus deveres (conforme Figura 1). O site oficial do Programa é dedicado inteiramente à divulgação dos modelos de anteprojetos desenvolvidos pelo ESP, além de modelos de ementas para leis.

⁸ NAGIB, M. Liberdade de ensinar não se confunde com a liberdade de expressão. **Consultor Jurídico**, 24 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jun-24/miguel-nagib-liberdade-ensinar-nao-confunde-expressao>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

⁹ Disponível em: <<http://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 30 out. 2018.

Os anteprojetos desenvolvidos pelo Programa ESP - divididos em municipal, estadual e federal - instituem, conforme texto constante no site do programa, o dever dos educadores de respeitarem o direito dos alunos de receberem a educação que seus pais julgam adequada. Esse programa teria, então, para o ESP, um único objetivo: “[...] informar e conscientizar os estudantes sobre os direitos que correspondem àqueles deveres, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desses direitos [...]”¹⁰. Esses anteprojetos preveem, segundo textos dos mesmos¹¹, além da punição dos professores, a regulamentação das ações deles em sala de aula e a fixação de cartazes nas escolas com os deveres dos professores, conforme Figura 1:

Figura 1 – Cartaz com deveres dos professores



Fonte: Escola sem Partido, Deveres do professor. Disponível em: <<https://www.escolasempartido.org/images/bann.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019

¹⁰ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 30 out. 2018.

¹¹ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/municipal>>; <<https://www.programaescolasempartido.org/estadual>>; <<https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>>. Acesso em: 30 out. 2018.

Segundo os organizadores dos anteprojetos, os deveres dos professores impressos nessa figura 1 estão de acordo com a Constituição da República Federativa de 1988. Porém, em nossa leitura da Constituição Federal encontramos indícios de que nem todos os “mandamentos” do cartaz estão em consonância com ela. Ao analisarmos a Constituição, na seção I sobre a educação, no art. 206, que trata dos princípios do ensino, há dois incisos que chamaram a atenção. O primeiro - “III - **pluralismo de idéias** (sic) e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, (BRASIL, 1988, s.n., grifo nosso) - assegura os itens 2 e 4 do cartaz, ou seja, o professor deve zelar e aceitar os diferentes posicionamentos ideológicos. Ao mesmo tempo, o pluralismo de ideias previsto na Constituição Federal refuta o 5º item do cartaz, ou seja, as convicções religiosas e morais devem sim ser respeitadas, mas é aberto espaço para convicções diferentes.

No segundo inciso do art. 206, é afirmado que deve haver “II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (BRASIL, 1988, s.n). Nesse inciso, é garantida, tanto ao aluno quanto ao professor, a liberdade de aprender, de ensinar e principalmente de expor o seu pensamento, de acordo, mais uma vez, com o pluralismo de ideias proposto no inciso anterior. Neste caso, os itens 1, 3 e 6 não estariam de acordo com a Constituição, já que é garantida aos professores e aos alunos a liberdade de expressão; contanto, claro, que haja o respeito ao pluralismo de ideias.

Projetos de Leis (PLs) embasados nos anteprojetos do movimento ESP tramitam nos legislativos federais, estaduais e municipais. Um deles é o PL 867/2015¹², apresentado pelo deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB/DF), que propõe como emenda às diretrizes e bases da educação nacional o Programa Escola sem Partido. Neste momento¹³, segundo a página oficial do ESP, estão tramitando, além desse PL federal, outros 8 PLs estaduais, dentre eles no legislativo do Rio Grande do Sul e 10 PLs municipais. No entanto, o movimento Professores contra o Escola sem Partido (PCESP)¹⁴ realiza um levantamento que demonstra que os

¹² O projeto pode ser consultado através do seguinte link: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

¹³ Dados consultados no site oficial do programa Escola sem Partido: <<https://www.programaescolasempartido.org/pls-em-andamento>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

¹⁴ O “Professores contra o Escola sem Partido” possui um site oficial em que todas essas informações constam: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

números de PLs tramitando nos legislativos vão muito além dos mencionados no site do programa ESP.

O movimento PCESP, conforme o próprio nome já sugere, é contrário às ideias do ESP e tem como objetivo principal “[...] informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do ESP, visando fundamentar nossos argumentos para desconstruir o apoio que eles conquistaram nos últimos anos¹⁵”. É formado, segundo o próprio movimento, por professores e estudantes contrários aos projetos embasados nas propostas do ESP. No site oficial do grupo, além da divulgação de reportagens contrárias ao ESP, há matérias sobre o assunto, como artigos, documentos, pareceres e etc., que podem ser lidas. Além disso, há um link que aponta todos os PLs, embasados no programa ESP, tramitando ou que já tramitaram, informando se foram ou não aprovados.

O levantamento realizado pelo PCESP sobre os PLs foi atualizado pela última vez em 08 de janeiro de 2018, porém é possível visualizar a dimensão de projetos que o programa ESP está embasando. Conforme os dados, existem em torno de 141 projetos ou emendas a projetos tramitando em legislativos municipais, 11 projetos estaduais e 1 projeto federal. Os projetos estaduais e federal ainda estão em tramitação, já dos 141 projetos ou emendas municipais 21 não foram aprovados, 16 foram aprovados e o restante ainda se encontrava em trâmite quando o levantamento foi realizado¹⁶.

O ESP, ano a ano, desde 2003, quando fundado por Miguel Nagib, vem ganhando mais seguidores e simpatizantes. No ano de 2008, foi publicada uma reportagem na revista *Veja*, a qual apontava o grupo como uma possível solução para a instrumentalização político-partidária e ideológica do ensino. Desde então, afirma Fernando Penna¹⁷, em entrevista para a revista *Movimento* (2015), a visibilidade do ESP cresceu e, somado a isso, o grupo passou a apoiar um ensino sem ideologia de gênero, ganhando um novo público de apoiadores. Porém, ainda em entrevista à

¹⁵ SOBRE O PCESP. Disponível em: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em 10 nov. 2018.

¹⁶ Os dados completos do levantamento realizado pelo movimento Professores contra o Escola sem Partido podem ser consultados através do link: <<https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

¹⁷Fernando Penna é Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Estuda as manifestações reivindicatórias da comunidade ligadas à classe considerada por ele como conservadorista. Atualmente, tem se dedicado a estudar o movimento ESP.

revista Movimento (2015), o autor afirma que foi somente após a apresentação do primeiro PL de nº 2974/2014¹⁸, embasado no programa ESP, à assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2014, pelo, naquele momento, Deputado estadual, hoje Senador, Flavio Bolsonaro (filiado à época ao PP e atualmente ao PSL), que o ESP repercutiu nacionalmente.

No percurso que realizamos até o momento, fica claro que o ESP surgiu a partir do incômodo de uma pessoa, Miguel Nagib, com um professor. Com o passar do tempo, foi ganhando apoiadores, mas repercutiu e se tornou um movimento amplamente debatido no território nacional apenas em 2014, 10 anos após a sua criação, somente depois de ter o primeiro PL, embasado nos seus ideais, apresentado ao legislativo de um estado. O que antes era apenas a vontade de um sujeito, com toda a repercussão e ganho de seguidores, hoje se tornou um movimento.

Considerada uma proposta inconstitucional, conforme Ratier (2016) e Ximenes (2016)¹⁹, o movimento acredita que o caminho para acabar com a instrumentalização do ensino seria:

[...] divulgar testemunhos de alunos que teriam sido vítimas desses educadores, estimular leis contra o abuso na liberdade de ensinar e enviar notificações extrajudiciais ameaçando com processos professores que adotarem determinadas condutas em sala de aula (RATIER, 2016, p. 30).

Para o movimento, além do programa ESP, é necessário mais para que haja uma escola sem doutrinação, são necessárias constantes vigílias, divulgando ações doutrinárias praticadas por professores. Pais atentos para que, se necessário, possam inibir o professor através de ameaças de possíveis processos. O ESP acredita que os próprios alunos podem denunciar as práticas ‘doutrinárias’ exercidas pelos professores, por isso precisam estar informados sobre os seus direitos. Para tal, o

¹⁸ O Projeto de Lei pode ser consultado no seguinte link: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

¹⁹Salomão Ximenes é professor do bacharelado e do programa de pós-graduação em Políticas Públicas da UFABC, doutor em Direito do Estado (USP) e mestre em Educação Brasileira (UFC), membro da Rede Escola Pública e Universidade e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES). Autor do capítulo “O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola sem Partido”, no livro A Ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso. Livro disponível para download gratuito: <<https://ctbeducars.files.wordpress.com/2017/05/livro-escola-sem-partido.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

movimento conta com dois canais de divulgação, o primeiro sendo o seu site oficial²⁰, conforme figura 2:

Figura 2 – Site oficial do movimento ESP



Fonte: Escola sem Partido. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 21 mar.2019.

O canal foi o primeiro meio criado pelo movimento para divulgação de seus ideais. Nesse site, podem-se encontrar as principais informações sobre o ESP, como exemplos: objetivos, artigos sobre o assunto, notícias e depoimentos de alunos e pais sobre ocorrências de possível doutrinação nas escolas e universidades, materiais escolares considerados inapropriados, entre outros. Além disso, encontramos informações sobre o que eles chamam de ‘doutrinação’, tanto no Brasil como no exterior, e sobre a função do Estado na educação. Nesse site, há uma série de mecanismos para que haja uma ‘educação sem doutrinação’, conforme o próprio *slogan* do movimento.

À esquerda da página, há em destaque um atalho para o modelo de notificação extrajudicial e abaixo outro para o cartaz com os deveres do professor (figura 1); mecanismos que, para o movimento, garantem o cumprimento dos deveres dos professores, uma vez que, segundo eles, os deveres já existem, só precisam ser cumpridos. Todavia, se eles existem, por que são necessários PLs? Também há *links* para outros canais e *blogs* que apoiam o movimento, para o site do programa Escola

²⁰ Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

sem Partido e para o segundo canal do movimento, a *fanpage* no Facebook²¹, de acordo com a figura 3:

Figura 3 – *Fanpage* oficial do movimento ESP no Facebook



Fonte: Escola sem Partido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

A *fanpage* do ESP, objeto de nosso estudo, é administrada pelo fundador Miguel Nagib, juntamente com sua esposa Ruth Kicis, e possui aproximadamente 220 mil seguidores²². A primeira publicação da página ocorreu no dia 23 de junho de 2014 e, inicialmente, eram realizadas de uma a duas postagens por semana, hoje são realizadas de duas a três postagens por dia. Entre os conteúdos disponibilizados pelo movimento, nessa *fanpage* constam: materiais preparados por professores com possíveis doutrinações; reportagens sobre alunos que estão sendo, segundo o movimento, doutrinados; reportagens e artigos sobre o grupo; divulgação de eventos realizados pelo movimento, dentre eles debates, rodas de conversa e palestras.

Através desses canais, o movimento ESP convida seus seguidores a se juntarem à causa, de forma que instruem seus filhos sobre os seus direitos e sobre os deveres dos professores. E, caso os pais necessitem intervir sobre alguma possível

²¹ Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

²² Esses dados foram retirados da *Fanpage* do Escola sem Partido em 12 de nov. 2018.

doutrinação ocorrida, há mecanismos, como o modelo de notificação extrajudicial ao professor, que asseguram os direitos dos alunos. Direitos que, segundo o movimento ESP, são afrontados pela doutrinação presente em sala de aula:

A doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático, na medida em que instrumentaliza o sistema de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores.²³

Por isso o foco do movimento são os professores, já que são eles que estariam praticando, com consenso das escolas, a doutrinação política, ideológica e partidária. Entretanto, se por um lado o professor, ao teoricamente praticar a doutrinação dos alunos, estaria retirando o direito à liberdade de consciência do aluno, por outro, o movimento, ao tentar calar o professor, estaria tirando o direito de liberdade de expressão ou de expressar o seu pensamento, conforme analisado na figura 1.

Acreditamos que, neste percurso sobre o nosso objeto de estudo, tenha ficado marcada a relação do movimento ESP com o que eles acreditam ocorrer no ensino brasileiro: doutrinação. Porém, não é qualquer doutrinação, é doutrinação política, ideológica e partidária. Teria alguma relação essa doutrinação com o patrulhamento ideológico praticado pelo movimento ESP? Precisa-se patrulhar ideologicamente para que a doutrinação apareça? O ato de patrulhar ideologicamente praticado pelo movimento ESP, tem relação com o que o movimento acredita ser realizado pelos professores, o ato de doutrinar?

Logo, para que possamos compreender melhor o movimento ESP e as condições de produção em que o movimento se insere, buscamos, a seguir, esmiuçar os termos escola e partido. Primeiramente, na seção 1.1, abordaremos a escola a partir da perspectiva do Estado, o que os documentos oficiais - como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - aferem sobre a instituição escola. Em seguida, na seção 1.2, buscaremos compreender sobre qual escola sem partido estamos tratando, uma escola sem política, sem ideologia ou apenas sem atuação partidária; para isso, nos debruçaremos sobre um importante instrumento linguístico, o dicionário.

²³ Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Embora esse percurso para compreender o movimento ESP seja de suma importância para o nosso trabalho, não é, em si, o movimento que nos interessa, mas sim o discurso do movimento na sua *fanpage* no *Facebook*. Por isso se faz necessário compreender, na seção 1.3, as condições de produção do *Facebook*, bem como as da *fanpage* do movimento, entendendo, assim, como funciona o nosso objeto de estudo. Além disso, estamos trabalhando com um discurso digital, o que implica compreender o seu modo de funcionamento, que possui suas especificidades, por isso, na seção 1.4, buscamos compreender esse discurso, finalizando nosso percurso pelas condições de produção do nosso objeto de estudo.

1.1 ESCOLA

Temos visto que o movimento ESP entende a escola como um lugar de aprendizagem de conteúdos relacionados às disciplinas de português, matemática, geografia e etc; já o ensino de questões morais e religiosas, como questões de gênero, é de responsabilidade da família, não da escola. Por isso, nos propusemos a entender o que o Estado compreende sobre a instituição Escola e sobre a sua responsabilidade na educação.

De início, ao analisar a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fica claro que a educação é de responsabilidade do Estado e da família. Seus principais objetivos são o desenvolvimento pleno da pessoa para que possa se tornar um cidadão e exercer sua cidadania, além de ser um instrumento de qualificação para o exercício do trabalho. Obrigatória, a educação é garantida pelo Estado através de condições de acesso e permanência na escola. As escolas, instituições de ensino, podem ser públicas, de responsabilidade dos governos estaduais e municipais; filantrópicas, comunitárias ou confessionais, de responsabilidade de entidades sem fins lucrativos; e privadas (BRASIL, 1988).

Nas instituições de ensino públicas, filantrópicas, comunitárias, confessionais ou privadas, os princípios do ensino são:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - **liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;**
- III - **pluralismo de idéias** e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade;
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, s.n., grifos nossos).

Além de garantir um ensino público de qualidade, gratuito e com condição de acesso e permanência em escolas públicas, os princípios do ensino presentes na Constituição Federal apontam para uma gestão democrática e para a valorização dos professores, através de plano de carreira, concursos e piso salarial. Também sugerem que o professor terá autonomia em sala de aula para ensinar, respeitando o pluralismo de ideias, o que torna os projetos de lei do movimento ESP inconstitucionais, uma vez que o professor perderia a autonomia que a Constituição prevê.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê que o ensino em todas as instituições escolares deve seguir uma base comum curricular, levando em conta as especificidades de cada região, conforme previsto no art. 26 (BRASIL, 1996, s.n.). Além disso, os incisos 1 e 9 do mesmo artigo asseguram informações sobre os direitos dos alunos, sobre a prevenção das mais diversas formas de violência e sobre a realidade social e política:

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares [...] observada a produção e distribuição de material didático adequado (BRASIL, 1996, s.n.).

Esses incisos presentes na LDB sugerem que questões políticas e sociais devem ser debatidas nas escolas, assim sendo, questões sobre direitos à educação, saúde, segurança, igualdade, informação, entre outras, devem ser discutidas com os alunos. A igualdade entre os gêneros, por exemplo, é um conteúdo que deve compor o currículo escolar como um tema transversal, ou seja, gênero deve compor o currículo escolar. Assim como as formas de violência, dentre elas a violência sexual, considerada pelo movimento ESP como um assunto amoral e que somente os pais poderiam ensinar aos seus filhos. No entanto, é assegurado e – não só assegurado –

exigido, na lei que rege a educação no Brasil, que temas como esse devem ser trabalhados na escola, pelo professor.

Outro ponto importante a ser mencionado sobre a LDB é no que tange às incumbências do professor, no art. 13, inciso III, há: “zelar pela aprendizagem dos alunos”, (BRASIL, 1996, s.n.). Isso sugere que o professor também é responsável por aquilo que os alunos aprendem ou não, ou seja, se a LDB afirma que os alunos devem aprender sobre os direitos humanos, sobre as formas de violência e sobre as suas realidades sociais e políticas, o professor deve zelar por essa aprendizagem.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documentos que orientam o ensino no Brasil, reforçam a importância do trabalho na escola com temas que problematizam questões sociais, os temas transversais. Nos PCNs, é afirmado o papel da escola como “espaço de formação e informação” (BRASIL, 1997a, p. 33), no qual o aluno deve estar imerso em conhecimentos sobre o seu universo. Além de reafirmar a posição da Constituição Federal e da LDB em relação ao ensino de temas transversais, os PCNs trazem detalhadamente o que são esses temas, como inseri-los no ensino e os esmiúça: pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e orientação sexual.

Quanto ao último, orientação sexual, tema que para o movimento ESP não deve ser ensinado na escola, os PCNs são enfáticos ao afirmar que é um assunto polêmico, mas que o trabalho em sala de aula com ele é essencial por quebrar tabus e preconceitos. Além disso, o trabalho com o tema vai muito além de ser apenas sobre relações de gênero ou sexualidade, pois perpassa por questões sobre responsabilidade e respeito (BRASIL, 1997b), questões basilares para a educação.

Nos documentos que regem a educação no Brasil, fica claro que a escola é uma instituição de ensino que o Estado tem a obrigação de fornecer gratuitamente e com qualidade. O ensino nessas instituições deve seguir a base comum curricular, levando em consideração as especificidades de cada comunidade e região. Além disso, o ensino objetiva contribuir para que os sujeitos se tornem cidadãos capazes de compreender o seu papel na sociedade, além de qualificar o sujeito para o exercício do trabalho. Para a plena formação do cidadão, a escola deve ter um pluralismo de ideias, aceitando e respeitando a ideologia de cada sujeito, com liberdade de ensinar, aprender e, principalmente, de divulgar o pensamento.

1.2 SEM PARTIDO (POLÍTICO, IDEOLÓGICO OU PARTIDÁRIO?)

Propomos, nessa seção, entender o que seria uma escola sem partido – a partir da constituição de sentidos de político, ideologia e partido – porque, ao descrever nosso objeto de estudo, entendemos que o movimento ESP acredita que a escola não deve ter doutrinação ideológica, política e partidária.

Para compreender os sentidos dessas palavras, buscamos os significados em dois dicionários: Houaiss e Aurélio. Estabelecemos que as edições consultadas deveriam ser a partir de 2003, ano em que o ESP começou a se constituir, até o presente momento. Encontramos, dentro desse período, uma edição do dicionário Houaiss, do ano de 2009, e três edições do Aurélio: 3 ed. de 2004; 4 ed. de 2009 e; 5 ed. de 2010. Além disso, buscamos os significados das palavras analisadas no dicionário online Priberam²⁴. Embora tenhamos os dicionários Aurélio e Houaiss online, escolhemos o Priberam por dois motivos: primeiramente porque, ao consultar os significados online nos dicionários Aurélio e Houaiss, percebemos que ambos traziam praticamente as mesmas acepções dos dicionários impressos. O segundo motivo se deu, porque o dicionário Priberam se propõe a ser um dicionário adaptado para o meio digital. Por isso, acreditamos que a investigação nesse dicionário online pode acrescentar mais a nossa proposta.

Entendemos esse movimento de investigação em dicionários como importante para a compreensão de sentido, pois “[...] o dicionário é um instrumento linguístico que pode (e deve) ser tomado como objeto discursivo [...]” (PETRI; SCHERER, 2016 p. 362). Assim, como afirmam Petri e Scherer (2016), a partir da leitura de dicionários, o modo como funcionam os processos de produção de sentidos podem ser compreendidos. Além disso, o movimento de investigação em dicionários digitais é importante porque nosso interesse nesse trabalho é pelo meio digital. Não podemos, portanto, tentar entender algo sem que se perpassa por esse meio. Assim, o fazemos motivados pela própria característica que o digital possui, o de funcionar a partir de uma memória digital, que circula através da repetição, da reprodução, da replicação de já-ditos que vão se acumulando (DIAS, 2018).

Iniciamos com o verbete ideologia. Escolhemos esse verbete para iniciar porque, como veremos durante a análise, o significado de ideologia vai perpassar por

²⁴ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/sobre.aspx>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

todos os verbetes consultados. Ao buscar a significação de ideologia, nas quatro edições (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009) analisadas, encontramos a ideologia relacionada a uma ciência e a um sistema de ideias. Nas três edições do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010), o significado de ideologia compreende além das ideias, valores, opiniões, crenças, etc., que unificam um grupo social. Enquanto que, no dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), a ideologia é apenas o sistema de ideias de um grupo social. Em um primeiro momento, o significado de ideologia nos dicionários analisados se refere a um conjunto de ideias ou valores, opiniões, crenças, etc., de um determinado grupo social.

Ainda, a ideologia tem um significado político nos dicionários analisados. Nas edições do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010), a ideologia continua sendo um sistema de ideias, mas que é utilizada como meio de luta política: “Sistema de ideias dogmaticamente organizado como um instrumento de luta política”. (FERREIRA, 2010, p. 1119). E no dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), encontramos o político novamente ligado a um sistema de ideias de um grupo social que determina o posicionamento ideológico. Podemos entender que ideologia, no seu sentido político, seria os posicionamentos de ideias tomados por um determinado grupo social a fim de um ideal.

No dicionário Priberam, o significado da expressão ideologia segue a mesma linha dos impressos. Novamente, temos a ideologia²⁵ como uma ciência e um sistema de ideias que conferem a um grupo social os seus posicionamentos, sejam eles políticos, sociais, filosóficos, entre outros.

Antes de darmos continuidade, é importante entender que, pela significação dos dicionários, político significa política, ou seja, político é algo “Relativo à, ou próprio da política.” (FERREIRA, 2010, p. 1669). Dessa forma, nesse percurso, quando mencionarmos político, estamos inferindo que está imbricado em política e vice-versa.

Nos dicionários analisados, encontramos a política significando uma ciência; nesses dicionários, é ciência porque engloba o conjunto de ações tomadas para governar, ou seja, organizar, dirigir e/ou administrar um país, uma nação, um povo. As edições dos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010) complementam esse significado informando que a política pode ser um sistema de regras que rege o ato de governar. O Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009) contribui acrescentando ao

²⁵ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/ideologia>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

significado de política o sentido de atividade, assim sendo, a política seria a “prática ou profissão de conduzir negócios políticos.” (HOUAISS e VILLAR, p. 1519). A política, neste caso, é uma atividade exercida através de regras que regem a organização, a direção e a administração de um Estado.

Ainda sobre política, nas quatro edições (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009), ela está relacionada com partido. Nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010), a política pode ser uma atividade ou alguém adepto a um partido. Enquanto isso, no dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), política pode estar relacionada a prática partidária de influenciar um governo, logo, a política pode, portanto, ser partidária. Além disso, política se relaciona com doutrina. Nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010), política é o “Princípio doutrinário que caracteriza a estrutura constitucional do Estado” (FERREIRA, 2010, p. 1592). No dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), embora a palavra doutrina não apareça quando se fala em partido, há “[...] influência da opinião pública, aliciação de eleitores etc”. (HOUAISS e VILLAR, p. 1519). A política, nesse caso, pode significar ato de doutrina partidária ou não.

Ao realizar a consulta no dicionário online, encontramos novamente política significando o conjunto de ações que compreendem um governo. Encontramos, além disso, no sentido figurado dado à política, “Modo de haver-se, em assuntos particulares, a fim de obter o que se deseja²⁶”. Assim, política pode ser o modo como os sujeitos conseguem vantagens a seu favor. Ainda, encontramos política no sentido de “Esperteza, finura, maquiavelismo²⁷”. Ao realizar o movimento palavra-puxa-palavra, proposto por Petri e Scherer (2016), o qual consiste na relação que uma palavra tem com a outra, nos chamou a atenção que, em todos os significados, a palavra astúcia estava presente – esperteza: “Astúcia, velhacaria²⁸”. Finura: “Astúcia²⁹”. Maquiavelismo: “Sistema político do florentino Maquiavel (1469-1527) [baseado na astúcia, na má-fé e no oportunismo]³⁰”. Nesse caso, política pode ser entendida como uma maneira de tirar vantagem sobre os outros ou de enganar, o que vai ao encontro ao significado figurado encontrado nesse dicionário, o outro é enganado para que eu obtenha o que desejo.

²⁶ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/politica>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

²⁷ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/politica>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

²⁸ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/esperteza>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

²⁹ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/finura>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

³⁰ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/maquiavelismo>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

Duas significações de política nos interessam neste trabalho e merecem ser esmiuçadas: política relacionada ao partidário e política relacionada à doutrinação. Das significações que a palavra partido tem, a que nos interessa se refere a uma organização social com fins políticos. Nos dicionários analisados (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009), partido significa um conjunto de pessoas que se reúnem em meio a um ideal em comum. O dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009) complementa esse significado com a ideia de que é um grupo que almeja alcançar o poder.

Ainda sobre a significação de partido nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009), após a descrição da segunda acepção, “Organização cujos membros programam e realizam uma ação comum com fins políticos e sociais” (FERREIRA, 2010, p. 1571), há a palavra facção, como se resumisse a acepção toda; o que é compreensível se considerarmos o significado de facção nesse mesmo dicionário como grupo de indivíduos que se reúnem em um mesmo partido. Da mesma forma, no dicionário Priberam, novamente encontramos a palavra facção³¹ no significado de partido. Ao buscar o significado de facção³² nesse mesmo dicionário, tivemos como um dos resultados grupo político, ou seja, partido. No entanto em outro significado tínhamos a facção como um grupo político, mas que busca a desvalorização, decadência, destruição, enfim, a ruína dos adversários.

Já o verbete doutrinar, nos dicionários analisados (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009), aponta duas significações importantes. Doutrinar, nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS), refere-se a ensinar um conjunto de princípios sejam eles religiosos, políticos, científicos, etc. No dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), novamente encontramos esse significado, acrescido de que doutrinar é um ato de impor uma ideologia a alguém: “incutir em (alguém) opinião, ponto de vista, ou princípio sectário; inculcar em alguém uma crença ou atitude particular, com o objetivo de que não aceite qualquer outra”. (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 711). Ou seja, no dicionário Houaiss (HOUAISS; VILLAR, 2009), a ideia de doutrina como uma forma de patrulhamento fica clara, uma vez que patrulhamento também se refere ao ato de impor a alguém um princípio ou ideia.

³¹ Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/partido>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

³² Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/facção>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

No dicionário online, doutrina significa, novamente, o ato de ensinar alguém, além de continuar trazendo uma ideia de patrulhamento no significado; a segunda acepção afirma que doutrina é “Instruir nos princípios de alguma doutrina ou ideia. = CATEQUIZAR³³”. Ao consultarmos o verbete catequizar nesse mesmo dicionário, o sentido figurado da palavra é “Tratar de convencer”³⁴, ou seja, nesse dicionário, doutrinar pode ser o ato de convencer alguém sobre algum princípio ou alguma ideia. O sentido de patrulhamento está igualmente no significado de doutrina no dicionário Priberam.

Percebemos, a partir do movimento palavra-puxa-palavra, proposto por Petri e Scherer (2016), a relação que essas palavras têm umas com as outras. Através do caminho que percorremos pela significação, fica claro que uma palavra sempre se remete a outra. No nosso palavra-puxa-palavra, temos um movimento de vai e vem, já que ao mesmo tempo em que uma palavra traz um sentido novo sempre retorna a um sentido anterior. Podemos visualizar esse movimento de vai e vem no quadro 1 que segue:

Quadro 1 – esquema palavra-puxa-palavra

Ideologia	Política	Partido	Doutrina
política	partido doutrina ideologia	política ideologia	patrulhamento ideologia

Fonte: Autora

Começamos com o verbete ideologia, que nos remeteu à política, de política para partido, doutrina, e também para ideologia. No significado de partido, as acepções de política e ideologia estavam presentes e a doutrina vai nos remeter novamente à ideologia, além de nos levar a um novo significado, o de patrulhamento, verbete importante que trabalharemos na segunda parte.

Desse percurso que fizemos para compreender a busca do movimento ESP por uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária, percebemos que a doutrinação, de que o movimento acredita, é muito mais ideológica do que política ou

³³ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/doutrinar>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

³⁴ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/catequizar>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

partidária, uma vez que todos os significados dos verbetes remeteram ao sentido de ideologia dos dicionários. Uma doutrinação ideológica que pode ser política e partidária, mas pode ser, também, moral, religiosa, etc. Com isso, nos questionamos: ao separar política e partido da ideologia, o movimento poderia estar sugerindo que política e partido não são ideológicos?

1.3. ESCOLA SEM PARTIDO NO *FACEBOOK*

O *Facebook* é o local em que se encontra o nosso objeto de estudos, ou seja, a *fanpage* do ESP e, por isso, se faz necessário compreender as suas condições de produção. Iniciamos o nosso percurso com um breve histórico sobre como o *Facebook* foi criado e como se expandiu, para, em seguida, compreendermos o modo de funcionamento do meio digital, através do filtro de algoritmos, que também é o modo de funcionamento do *Facebook*. Em decorrência desse percurso, estaremos compreendendo a própria *fanpage* do movimento, uma vez que se localiza nesse espaço e nessa plataforma digital, a partir desse funcionamento.

Criado em 2004 por Mark Zuckerberg, o *Facebook*, segundo Kirkpatrick (2011), foi inicialmente desenvolvido para que alunos da universidade de Harvard pudessem acompanhar o dia a dia uns dos outros: “Era uma ferramenta de comunicação muito básica, destinada a resolver o problema simples de acompanhar seus colegas da faculdade e o que acontecia com eles” (KIRKPATRICK, 2011, p. 33). A rede social que inicialmente se restringia a uma universidade, a Universidade de Harvard, em poucos meses já havia se espalhado por várias universidades dos Estados Unidos, alcançando, antes mesmo de completar um ano de existência, um milhão de usuários (KIRKPATRICK, 2011).

A expansão do *Facebook* veio, conforme Kirkpatrick (2011), com o registro aberto, uma nova forma de se conectar à rede social. Antes os usuários do *Facebook* eram predominantemente estudantes, pois só poderiam se conectar se possuíssem um e-mail institucional ou, no caso de estudantes do nível médio, se fossem convidados por algum estudante universitário (KIRKPATRICK, 2011). Com a abertura do *Facebook*, qualquer pessoa poderia se conectar e, mesmo com o site disponível apenas em inglês, nos meses que se seguiram ao registro aberto, afirma Kirkpatrick (2011), mais da metade dos usuários do *Facebook* já eram de outros países e não dos Estados Unidos.

Para participar do *Facebook*, há duas formas de ingresso: a criação de um perfil, destinado a pessoas físicas, ou de uma página (*fanpage*), destinada a empresas, produtos ou causas. As *fanpages* disponibilizam produtos, serviços ou informações sobre organizações, comunidades, pessoas públicas e etc. Para que um sujeito faça parte de uma *fanpage*, é preciso realizar o movimento de “curtir”, “[...] se tornar um ‘fã’ [...]” (KIRKPATRICK, 2011, p. 241), e então todas as informações do produto, do serviço e das organizações lhe estarão disponíveis, inclusive nos *Feeds* de notícias.

A *fanpage* do ESP, como uma causa, um movimento em busca de uma escola “sem doutrinação”, para nós apenas ideológica, como se isso fosse possível, inscreve-se nesse funcionamento de página. Nesse caso, o sujeito, para ter acesso às informações disponibilizadas pelo movimento, deve realizar o movimento de curtir e, assim, conseguirá visualizar os conteúdos compartilhados com os seus seguidores.

O sucesso da *fanpage* depende do número de sujeitos que ela atrai porque, ao se identificar com a causa, ou com o produto, serviço e etc., o sujeito estará de forma automática divulgando a *fanpage*. A *fanpage* do ESP, por exemplo, ao ser “curtida”, a notícia de que o sujeito a “curtiu” aparece no *feed* de notícias de seus amigos, que podem, também, ter interesse e, assim, passar a seguir o movimento na rede social; ou o sujeito, ao compartilhar conteúdos da página, também acaba realizando a divulgação.

Inúmeros são os conteúdos disponibilizados pelo *Facebook* aos seus usuários diariamente, conteúdos de páginas que curtimos, de amigos que seguimos e de produtos comerciais. Com a globalização digital, o fluxo de informações que recebemos é enorme, temos a sensação de que sabemos tudo o que ocorre no mundo, mas realmente temos todas as informações? A política do *Facebook* nos afirma que não, tendo em vista que, nos termos de serviços³⁵, declara-se que a experiência de cada usuário é personalizada a partir dos dados disponibilizados dentro ou fora da plataforma. As informações que são direcionadas a nós dependem, portanto, dos movimentos que tomamos na rede, dos assuntos que buscamos, das páginas que curtimos, das pessoas que seguimos, entre outras ações. O sujeito só terá acesso às informações da *fanpage* do ESP, por exemplo, se tiver interesse pelo assunto, afinal somente são endereçados a ele assuntos do seu interesse.

³⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/terms>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

A forma personalizada de navegação no meio digital, afirma Pariser (2012), teve início no ano de 2009, quando a política de algoritmos da *Google* mudou, a partir desse momento, os resultados passaram a ser padronizados por usuário e não mais por relevância. Segundo o autor, desde então, o *Google* criou uma espécie de perfil para cada usuário, a partir dos lugares com os quais ele se conectou, das buscas que foram realizadas e dos navegadores utilizados para realizar essas buscas, ou seja, todos os movimentos que realizamos, estando conectados, viram dados para que empresas, como o *Google* ou o *Facebook*, através da política de algoritmos, possam criar nossos perfis.

A nova política de algoritmos implementada pelo *Google* abriu portas para um mercado de informações valiosas. Serviços no meio digital, como o *Facebook*, embora gratuitos, custam aos usuários os seus dados pessoais. Pariser (2012) assegura que, ao acessarmos o *Google*, o *Facebook*, a *Microsoft* e etc., centenas de cookies³⁶ são instalados em nossos computadores para extrair nossas informações e transformá-las em dinheiro; embora, para nós, isso não fique claro.

O *Facebook*, em seus termos de serviço, informa aos usuários como funciona o modo de navegação personalizado. Ao relatar os produtos e serviços fornecidos aos usuários, a plataforma afirma que a experiência do usuário é personalizada, a partir dos dados gerados pelo próprio internauta ao estar conectado. Além disso, nas políticas de dados³⁷, é possível saber detalhadamente cada informação extraída pelo *Facebook*, inclusive, ao criarmos um perfil na rede, temos que concordar com a política de dados deles, ou seja, deveríamos conhecer toda a política de dados da plataforma, uma vez que concordamos com ela ao acessar o *Facebook* pela primeira vez.

Informações diferentes das que estamos acostumados a buscar, ou de amigos que pensam diferente de nós, não nos são mostradas e acabamos vivendo dentro do que Pariser (2012) chama de “bolha ideológica”. Uma bolha que “adivinha” o que queremos ou não saber e que, portanto, nem sempre reproduz as informações que deveriam estar sendo direcionadas a nós.

³⁶ Conforme Sawaya (1999) cookies são pequenos códigos gravados nos computadores que, além de permitir que logins ou senhas sejam lembrados, por exemplo, são utilizados para vigiar os movimentos dos usuários na rede. (SAWAYA, M. R. **Dicionário de informática e internet**. São Paulo: Nobel, 1999. p. 101.)

³⁷ Disponível em: < <https://www.facebook.com/about/privacy/update>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

As consequências da bolha ideológica, sugere Pariser (2012), são pessoais e culturais. Pessoais porque não temos mais encontros que nos garantem novos aprendizados e novas experiências, afetando a capacidade de decidirmos como queremos viver. Culturais, como decorrentes das consequências pessoais, pois, se estamos dentro da nossa própria bolha, não estamos aptos a receber informações que nos tornem menos preconceituosos, por exemplo.

O que pode explicar, em parte, a grande adesão aos ideais do movimento ESP - pelo menos no seu meio digital, a *fanpage* - é que os sujeitos, ao seguir apenas o movimento, recebem informações rotineiras de possíveis doutrinações realizadas por professores, por exemplo. Se esse sujeito não costuma se informar além daquilo que é disponibilizado a ele, terá apenas uma versão, quando, na verdade, pode haver muitas.

1.4 O DISCURSO NO MEIO DIGITAL

Estamos todos fadados a interpretar, tudo deve ter um sentido. É como se o mundo clamasse por sentidos. Nós clamamos por significações e por sentidos para que possamos, também, significar-nos. A Análise de Discurso (AD) de linha francesa, a qual nos filiamos e em que encontramos um lugar para fazer sentido, nos ajuda a entender melhor o funcionamento dos sentidos. Sentidos que o analista de discurso deve compreender através dos processos de significação e dos mecanismos de funcionamento. O sentido, na AD, funciona através da materialidade, da historicidade, das condições de produção, enfim, a discursividade está no funcionamento do discurso.

Nosso interesse, enquanto analista de discurso, assim como Pêcheux (1993), é pelo discurso como uma prática social que se inscreve na história, por isso buscamos relacionar a linguagem com a sua exterioridade. O discurso, do ponto de vista de Pêcheux (1993), é um efeito de sentidos entre locutores, porque os sujeitos e sentidos se relacionam na linguagem, tendo, assim, múltiplos efeitos. Na busca pela compreensão dos sentidos, essa teoria parte dos processos de significações para entender o funcionamento do discurso e, assim, a sua constituição, de forma que a língua, plena de sua incompletude, sujeita a falhas e ao equívoco, inscreve-se na história e faz funcionar a discursividade. Se a discursividade funciona a partir de

efeitos linguísticos e ideológicos inscritos na história, ela é passível de mudança, pelo modo como está inscrita na historicidade.

Conforme Dias (2016), a digitalização, entendida como “[...] um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra [...]” (DIAS, 2016, p. 10-1), provocou uma mudança na discursividade. Estar conectado parece ser imprescindível na sociedade contemporânea, a sociedade se significa, se expressa, se organiza e se cria através do digital. É esse novo modo de vida, constitutivo no funcionamento da linguagem, que, para a autora, provocou a mudança na discursividade do mundo. Diante disso, propomo-nos pensar o funcionamento do discurso no meio digital, levando em conta que nosso arquivo de trabalho se encontra nesse meio.

Tomamos, neste trabalho, o digital como objeto de análise do discurso, por isso, pensar o funcionamento desse meio é pensar a materialidade linguística. Ou seja, o linguístico, o histórico e o ideológico a partir do ambiente digital. Do ponto de vista da AD, o sujeito do discurso se constitui a partir dessas materialidades para se significar e significar o mundo, os sentidos se estabelecem na relação entre sujeito, língua e história. Para compreender o discurso nesse meio, precisamos entender como se dá a relação entre sujeito, língua e história. No entanto, é necessário, primeiro, entender o que é o digital.

Para Dias (2018), entender o digital como objeto de análise do discurso é entender que ele, como sentido dado à tecnologia, vai significar as práticas e os modos de vida dos sujeitos, uma vez que o modo de vida do sujeito está relacionado com a tecnologia. O modo como a tecnologia significa na história, afirma Dias (2018), afeta o sentido dado ao digital, porque um se produz na historicidade do outro, produzindo efeitos nos processos de subjetivação, os sentidos perpassam pela historicidade da tecnologia no funcionamento do digital. Por isso o digital, como tecnologia, vai produzir sentido a partir do funcionamento da memória discursiva (DIAS, 2018).

Compreendemos o digital, em consonância com Dias (2018), como algo que ultrapassa os dispositivos digitais, como uma discursividade afetada pelo modo de circulação do discurso. Ou seja, o modo de circulação do discurso digital se sobressai à constituição e à formulação dos sentidos (DIAS, 2018). Tomamos como exemplo um cartaz com o dizer “#FORATEMER” em meio a uma manifestação, cartaz pensado no aqui e no agora e não em imagens na rede digital. O dizer “#FORATEMER” se

inscreve em um discurso digital pelo emprego da *hashtag* e pela maneira como está escrito sem espaço entre as palavras. Apesar de se caracterizar como um discurso digital, o seu modo de circulação é outro, já que não está circulando no digital, e sim circulando em uma avenida, em meio a outras pessoas. Por isso, o dizer “#FORATEMER” pode ter outro sentido, que pode ser diferente daquele sentido produzido em uma publicação realizada no *Facebook*, por exemplo, lugar que afetará muitos e outros sujeitos. Neste caso, o modo de circulação se sobressai ao da constituição e formulação do discurso, uma vez que, dependendo do lugar de circulação desse enunciado, a constituição e formulação do discurso poderiam ser outros.

Conforme postulado por Orlandi (2008), a circulação é um dos processos de produção dos discursos, juntamente com a formulação e com a constituição. Para a autora, os sentidos no discurso constituem-se “[...] a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo” (ORLANDI, 2008, p. 9); formulam-se “[...] em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas [...]” (ORLANDI, 2008, p.9) e; circulam “[...] em certas conjunturas e segundo certas condições”. (ORLANDI, 2008, p.9). Ainda, a autora afirma que a constituição e a formulação do sentido no discurso são possíveis pelo interdiscurso, através dos já-ditos e pelo intradiscurso, através da textualização; de modo algum podemos pensar que a constituição é o interdiscurso, assim como a formulação, o intradiscurso. O que queremos afirmar, em consonância com a pesquisadora, é que o sentido vai se constituir através do interdiscurso – ou seja, que já-ditos constituem o sentido no discurso – e que a formulação é constituída pelo intradiscurso, através dos elementos linguísticos que textualizam para que o sentido possa ser construído.

Ao pensar os processos de constituição, formulação e circulação dos sentidos, à época, sem pensar na relação com o digital, Orlandi (2008) acreditava que um não poderia ser privilegiado em relação aos outros e que ambos seriam inseparáveis. Porém, em trabalho posterior (ORLANDI, 2010), a autora afirma que excepcionalmente no meio digital a circulação dos sentidos se sobressai de forma que a formulação e a constituição são pensadas a partir da circulação. Isso porque o modo como o discurso circula no digital vai produzir “[...] consequências (sic) sobre a função-autor e o efeito-leitor que ele produz”, (ORLANDI, 2010, p. 8), por estarem ligados a uma memória que passa por uma máquina, a memória metálica.

Em relação a esse modo de circulação do discurso, Dias (2018) acrescenta que, no digital, a circulação é mais importante porque o modo como o discurso circula, seja por postagens, compartilhamentos, comentários, imagens, *hashtags*, enfim, circulação também significa, ou seja, “[...] o discurso digital se formula ao circular”. (DIAS, 2018, p. 29). Dessa maneira, a circulação do texto passa por uma memória metálica, por isso, para que possamos entender o processo de produção de sentidos, é necessário entender como funciona a memória no ambiente digital.

Para começar a compreender memória no ambiente digital, remontamos a Pêcheux (1995) quando esse afirma que o discurso é constituído a partir da memória e dos esquecimentos. O autor (1999) define a memória discursiva como a condição para retomada de sentidos anteriores, através dos pré-construídos e do discurso transverso.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A memória discursiva corresponde aos já-ditos, aos pré-construídos, que continuam a ser condição para o sentido, ou seja, como afirma Pêcheux (1995), “ ‘algo fala’ [...] sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’ ” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Dessa forma, ele acredita que a memória discursiva não pode ser entendida como individual, ela é construída no coletivo. A memória discursiva, portanto, para o autor, faz parte de um processo histórico, um jogo de forças entre os pré-construídos e os implícitos que tornam o sentido possível.

Orlandi, em entrevista para a revista Teias (BARRETO, 2006), para definir a memória metálica, parte da distinção entre ela, a memória discursiva, ou interdiscurso, e a memória institucional ou a de arquivo. Segundo a autora, a importância na distinção entre essas diferentes formas de memória se dá pelo fato de que cada uma vai interferir de uma forma diferente na circulação, na formulação e na constituição dos sentidos. Por isso, temos que entender as diferentes formulações sobre a memória, para que possamos entender a memória metálica. A memória, conforme Orlandi (1999), é definida na AD como o interdiscurso ou como memória discursiva, é ela que possibilita o sentido em nossas palavras “[...] é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido” (ORLANDI, 1999, p.64).

Ainda em entrevista à revista Teias, Orlandi (BARRETO, 2006) discorre sobre a diferença entre a memória discursiva, ou interdiscurso, da memória institucional, ou de arquivo, para chegar ao que ela chama de memória metálica. Quanto à primeira, a memória discursiva, a autora, em consonância com Pêcheux (1999), afirma que essa se constitui pelo esquecimento, é a memória dos já-ditos, dos pré-construídos que possibilitam a constituição dos sentidos. Já a memória institucional, ou o arquivo, é algo que, para Orlandi (BARRETO, 2006), não se pode esquecer, são as memórias das instituições, dos museus, por exemplo. É a memória de arquivo que normatiza, segundo a autora “[...] o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado” (BARRETO, 2006, p. 5).

Quanto à memória metálica, a memória da tecnologia, essa se caracteriza por acumular dados, por isso está ligada à noção de arquivo, porque, supostamente, não poderia ser esquecida. Assim sendo, a memória metálica é produzida, portanto, através da quantidade e não da historicidade. Isso porque, segundo Orlandi (1996), essa memória lineariza o interdiscurso. Sua particularidade é se produzir pela quantidade.

“Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura” (ORLANDI, 2010, p. 9), é o mito que, segundo a autora, constitui a memória metálica. A memória produzida pela mídia e pelas novas tecnologias (ORLANDI, 2010) constitui-se pelo excesso e pela possibilidade de armazenamento, não há limites para o armazenamento de dizeres. Assim como não há, teoricamente, possibilidade de falha, uma memória que não falha e que não é passível de esquecimento é, ao mesmo tempo, uma memória que não significa.

Para Orlandi (2010), o possível dos sentidos está justamente no esquecimento, ou seja, os sentidos são possíveis porque o sujeito tem a impressão de que é dono do que diz, do seu dizer (esquecimento nº 1, da ordem do inconsciente), e porque ele escolhe como dizer (esquecimento nº 2, da ordem do consciente). Orlandi (2010) afirma que, com o mito de que se produz em quantidade pela repetição e sem ruptura, a memória metálica não se constituiria através do esquecimento, assim como a memória discursiva é constituída. Essa é a natureza da memória metálica, uma memória em que os sentidos não estariam sujeitos à falha, como se a máquina também não falhasse. A memória metálica tem, portanto, como particularidade:

[...] ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. (ORLANDI, 2010, p. 9).

Em 1996, quando Orlandi introduziu a memória metálica, afirmava-se que era uma memória formal e não histórica pelo fato de linearizar o interdiscurso, assim como afetar o efeito-leitor e a função-autor. Já em 2010, a autora continuava acreditando em uma memória metálica formal, que possuía como peculiaridade a quantidade. É uma memória que não se esquece e que não falha, porque na máquina não há essa possibilidade - o que nos faz questionar: na memória metálica haveria sentidos possíveis?

Quanto a isso, Orlandi (2012) afirma que o possível dos sentidos na máquina está no que ela chama de ato falho. Para a autora, isso não quer dizer que haja um acontecimento histórico, nem uma falha ou um esquecimento da máquina, quer dizer que o sujeito, passível do equívoco, vai cometer um ato falho que vai possibilitar o sentido. Tomamos como exemplo o discurso de um seguidor da *fanpage* do movimento ESP, que se diz professor: “Sou professor e apoio a escola sem partido.”. O seguidor comete o ato falho em dois momentos, primeiro ao utilizar o artigo “a” ao invés do “o”, segundo ao não iniciar com letras maiúsculas o nome do movimento “Escola sem Partido”. O que nos possibilita interpretar o enunciado como um apoio a uma escola que não tenha partido, não ao movimento Escola sem Partido ou ao projeto embasado no ESP. Ou seja, não quer dizer que o seguidor esteja concordando com os ideais do movimento ou do projeto, mas sim que apoia uma escola que não tome partido. Foi o ato falho cometido pelo sujeito seguidor que possibilitou essa interpretação, ato que se manifesta pelo inconsciente, através da ideologia, como sugere Orlandi (1992).

Mesmo que o sentido seja possível a partir do ato falho, conforme proposto por Orlandi (2012), ainda assim, a autora, nesse texto de 2012, afirma que a memória metálica não está inscrita na história. Quanto a isso, Dias (2013-2015) afirma que ela se constitui pela história porque importa para a história. O que ocorre, segundo a autora, na memória metálica, é um esvaziamento do dizer.

É justamente esse o funcionamento da memória metálica: produzir, pela quantidade, o esvaziamento do sentido do dizer engajado, significante na história. O excesso, a quantidade, sentidos da repetição em série, esvaziam

o dizer, submetendo-o a uma existência técnica, replicável no eixo da própria circulação. (DIAS, 2013-2015, n.p.)

A memória metálica está, dessa forma, ligada à circulação dos sentidos no meio digital, ela compreende o movimento de repetição e de reprodução dos sentidos. Embora essa memória não seja produzida pela historicidade, mas por constructos técnicos, como a televisão, os computadores, os smartphones e etc., conforme nos afirma Orlandi (1996, 2010 e 2012), isso não quer dizer que ela não seja constituída pela história.

Representamos o funcionamento da memória metálica através da figura 4 (abaixo), em que podemos considerar os pontos como os dizeres que se juntam e formam o que Orlandi (2010) chama de rede de filiações:

Figura 4 – Redes de filiações



Fonte: Disponível em: <<https://www.weforum.org/projects/digital-europe-building-a-pan-european-ecosystem-for-innovation-and-entrepreneurship>>. Acesso em: 14 maio. 2018.

Nessas redes de filiações, os dizeres vão se juntando de forma que não sabemos onde começam, nem onde terminam, se acumulam e se repetem, formando esse grande emaranhado de dizeres que circulam no digital e produzem o efeito de filiações. No Currículo Lattes, por exemplo, foi implantado um novo mecanismo, a rede de colaboradores, que viabiliza a interação entre sujeitos com interesses em comum, como, por exemplo, o de compartilhar suas produções. Uma das funcionalidades desse mecanismo permite que coautor ou autor importe, do currículo um do outro, trabalhos realizados em parceria. A ferramenta funciona de forma que não seria mais necessário que autores e coautores incluíssem nos seus currículos o mesmo trabalho, porque um poderia importá-lo do outro. A partir disso, vão se formando redes de

filiações, com quem são compartilhados dados em comum. Temos, nesse caso, um exemplo de trabalho da memória metálica que vai acumulando e atualizando informações segundo o filtro de algoritmo.

Mesmo que o meio digital seja o lugar do acúmulo de informações - como nos sugere o conceito de memória metálica -, com o filtro, as informações que são direcionadas para os usuários são personalizadas a partir dos dados que cada um gera ao estar conectado. Nesse sentido, pensar o discurso no meio digital vai além de uma memória metálica, porque não temos apenas acúmulo de dizeres. É justamente nesse sentido que Dias (2016) vai propor a memória digital, memória que perpassa pela metálica, por considerar seu funcionamento pela quantidade e pela possibilidade de armazenamento e de processamento; embora a autora venha a acreditar que o funcionamento da memória digital foge da máquina e se inscreve no funcionamento do digital através do trabalho do interdiscurso.

Dias (2018) acredita que a memória digital escapa do funcionamento da máquina porque é atravessada pela relação contraditória entre a memória discursiva (histórica) e a memória metálica: “[...] a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)” (DIAS, 2018, p. 105). Há, assim, na memória digital, uma ruptura no funcionamento da memória metálica, que desloca o funcionamento para a memória discursiva, o interdiscurso. Por isso, a memória digital se constitui através de dizeres que se acumulam e se repetem, mas que funcionam através do interdiscurso, ou seja, ela é perpassada pela memória metálica e pela discursiva.

É no momento em que a memória metálica se desarranja e é atravessada pela memória discursiva que, segundo Dias (2018), há uma possibilidade de interpretação. Dessa forma, só há memória digital quando há uma possibilidade de interpretação, já que na memória metálica não há essa possibilidade, a não ser que haja o ato falho. Utilizamos como exemplo o seguinte enunciado postado na *fanpage* do movimento ESP: “Por uma escola plural, sem cerceamento da liberdade moral, sem propaganda político-partidária, com ética profissional ao abordar os mais diversos temas, com respeito e garantia de direitos”. Ao ler este enunciado, nos questionamos sobre como pode haver liberdade moral quando o programa desse movimento sugere que o professor, ao tratar de temas sobre moralidade, deve respeitar a vontade dos pais. Somente fizemos essa inferência porque o interdiscurso se atravessou nessa

memória metálica, que repete incessantemente sobre a liberdade do aluno ao aprender, sem que haja liberdade para o professor ensinar.

Assim, a memória digital circula através da repetição, da reprodução e da replicação de dizeres que vão se acumulando como na metálica, mas apenas significa na sua relação com o interdiscurso. É nesse sentido que pensar em uma memória digital na rede permite que os sentidos sejam possíveis no meio digital, já que, se tomássemos a memória nesse meio como metálica, não teríamos a possibilidade de sentidos, teríamos apenas acúmulos e repetições de dizeres. Levamos em conta que a máquina realmente pode não esquecer e não falhar, mas o sujeito esquece e falha, a língua falha, então, mesmo que os dizeres estejam acumulados nessa memória metálica, o sujeito não dá conta de todos os dizeres e, então, esquece, falha, significa. Por isso se abre a possibilidade para a memória digital que, diferentemente da metálica, faz significar.

É nesse sentido que buscamos compreender o discurso na *fanpage* do movimento ESP. Entender que o sentido de tecnologia se atravessa e significa no digital. Ainda, que o modo de circulação do discurso pode modificar a formulação e a constituição do sentido – ou seja, uma postagem na *fanpage* do ESP vai significar diferente daquela compartilhada em um perfil de seguidor – e que o funcionamento da memória digital faz significar diferente.

2 PRECEITOS TEÓRICOS

Buscamos, neste trabalho, compreender a relação que o ato de doutrinar, ação realizada, segundo o ESP, pelos professores, tem com o patrulhamento ideológico praticado pelo movimento. Por isso, a fim de dar um passo para entender nosso questionamento principal, nesta parte, objetivamos refletir sobre o conceito de ideologia e sua relação com o patrulhamento ideológico, além de compreender o funcionamento desse tipo de patrulhamento.

Nos dicionários, ao realizar as análises dos verbetes ideologia, política, partido e doutrinação, na seção 1.2, percebemos que a ideologia vinha perpassando por todos os verbetes buscados, o que nos fez acreditar que a busca do ESP é uma busca ideológica. Além disso, em nossas reflexões iniciais, inferimos que o movimento poderia estar apagando a ideologia da política e do partido, uma vez que sua preocupação era com uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária. Se toda a política e o partidarismo são ideológicos, por que a necessidade de marcar essas duas expressões?

Se, segundo nosso entendimento, o movimento ESP busca uma escola sem ideologia, seja ela partidária, política, religiosa, moral e etc., compreendemos que a ideologia é o conceito fundamental neste trabalho. Até o momento, a ideologia significa, a partir dos dicionários, um sistema ou conjunto de ideias, de valores, de crenças, etc., de um determinado grupo social. Por isso, em um primeiro momento nesta parte, seção 2.1, nosso intuito é compreender o conceito de ideologia a partir da análise de discurso Pecheutiana, teoria que embasa este trabalho.

Além disso, propomos investigar o funcionamento do que estamos chamando de patrulhamento ideológico. Para que possamos compreender esse funcionamento, além de entender o conceito de ideologia, é necessário compreender os sentidos de patrulhamento e a relação entre o patrulhamento e a ideologia, o que será realizado na seção 2.2. Por isso, inicialmente, faremos um breve percurso pelos significados de patrulhamento encontrados em dicionários impressos e online para, em seguida, relacionarmos o significado de patrulhamento ao de ideologia proposto na AD.

Ainda, entendemos que há um atravessamento de saberes no discurso do movimento ESP porque esse propõe uma escola sem partido, mas as questões centrais recaem sobre ideologia política, religiosa e moral, o que nos leva a crer que

há um discurso-transverso. Por isso exploraremos, na última seção desta parte, o conceito de discurso-transverso.

2.1 IDEOLOGIA

Partimos do pressuposto de que a ideologia é uma prática e não uma ideia, como sugerem os dicionários analisados na primeira parte desse trabalho. Isso quer dizer que as ideias, as crenças, somente têm existência a partir dos seus atos, de suas práticas. Esse seria o caráter material da ideologia, segundo Althusser (1985): “[...] a existência das idéias (sic) de sua crença é material, pois suas idéias (sic) são seus atos materiais inseridos em práticas materiais [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 91-2). Se considerarmos a ideologia apenas como algo do plano das ideias, não compreenderemos sua existência material. As práticas só existem, portanto, de e sob uma ideologia, assim como a ideologia só existe pelo e para o sujeito (ALTHUSSER, 1985).

Para Pêcheux (1995), afirmar que a ideologia é uma prática é afirmar que a ideologia se constitui a partir de práticas de classes, ou seja, as práticas ideológicas ocorrem a partir das lutas de classes. Isso porque a ideologia simplesmente não existe sem classes antagônicas, como também não existe sem a luta entre essas classes. Essas lutas, segundo o autor, são sempre pela “[...] reprodução/transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1995, p. 143). As classes antagônicas estão constantemente em embate para se manter no poder e, assim, manter as relações de produção. Entendemos as relações de produção como o sistema de funcionamento da nossa sociedade, desde o Estado e suas instâncias - os meios de produção, as instituições públicas e privadas -, que mantêm uma relação de desigualdade e subordinação com o sujeito.

Há, segundo Althusser (1985), quatro premissas basilares para entender o funcionamento da ideologia:

- 1) a interpelação dos “indivíduos” como sujeitos;
- 2) sua submissão ao Sujeito;
- 3) o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo;
- 4) a garantia absoluta de que tudo está bem assim, e sob a condição de que se os sujeitos reconhecerem o que são e se conduzirem de acordo tudo irá bem: “assim seja”. (ALTHUSSER, 1985, p. 102-3).

Na primeira premissa, a interpelação pela ideologia do indivíduo em sujeito sugere que não há sujeito sem ser interpelado, sem que a ideologia, através de suas práticas, aja sobre os sujeitos. Mesmo assim, o sujeito é sempre já-sujeito, uma vez que o processo de interpelação é simbólico. Isso quer dizer que não há, por exemplo, etapas, como se primeiramente tivéssemos o indivíduo que, ao ser interpelado pela ideologia, como se fosse uma segunda etapa do processo, torna-se sujeito. Não ocorre dessa forma, já que o processo é contínuo, constante e imperceptível. Mesmo antes de nascer, o indivíduo já é sujeito, uma vez que já se espera uma menina ou menino, que vai usar e gostar de rosa ou azul, vai ser dançarina de ballet ou jogador de futebol, enfim, a ideologia já interpela o bebê em sujeito.

Ainda, Pêcheux (1995) acrescenta que os indivíduos se constituem em sujeitos através e pelas práticas sociais. O sujeito, como nos afirma o autor, é interpelado por meio de um processo simbólico que se dá “[...] pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. (PÊCHEUX, 1995, p. 161). Isso significa que os sentidos se constituem juntamente com os sujeitos pelas posições ideológicas deles, que se identificam com uma formação discursiva dominante e, assim, se tornam sujeitos e fazem significar. A interpelação do sujeito ocorre, portanto, através das formações ideológicas, as quais se constituem a partir das práticas dos sujeitos, que são determinadas pelo que o autor chama de posições de classes em conflito constante.

Afirmar que o indivíduo é constituído em sujeito ao se identificar com uma dada formação discursiva (FD) é compreender, segundo Pêcheux (1995), que a ideologia funciona através do “[...] complexo das formações ideológicas [...]”. (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Isso porque, nas formações ideológicas (FIs), podemos identificar possíveis posições ideológicas de uma determinada formação social. Dessa forma, pode-se afirmar que o sentido não existe em si mesmo, mas sim que é determinado pelas posições do sujeito inscrito em uma FD; por isso é que sujeito e sentido se constituem juntos. A FD, por sua vez, é determinada pelo interdiscurso, que vai fornecer todas as evidências para que um sujeito saiba que lugar ocupar na sociedade.

A segunda premissa é de que o sujeito é submisso a um Sujeito, destacado com um S maiúsculo, no sentido de que o sujeito é assujeitado a algo ou a alguém superior a ele. Desse modo, o sujeito somente se reconhece como sujeito se for assujeitado a um sujeito absoluto, conforme a terceira premissa sugere. Isso quer dizer que os sujeitos, enquanto livres, se constituem como sujeitos pela sua sujeição,

ou seja, pelo seu assujeitamento. Ao serem interpelados pela ideologia, os sujeitos submetem-se às ordens e, assim, adotam práticas que lhes parecem ter sido escolhidas livremente, efeito do funcionamento da ideologia sobre o sujeito, mas que, na verdade, são as práticas regulamentadas pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). E, neste caso, consideramos a quarta premissa, a de que o sujeito, se assujeitando às práticas regulamentadas pelos AIEs, corrobora para que o sistema do Estado com os seus aparelhos continue funcionando.

O sujeito, como nos afirma Pêcheux (1995), se constitui através de um processo simbólico que se dá “[...] pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161). Isso significa que os sentidos se constituem juntamente com os sujeitos pelas posições ideológicas deles, que se identificam com uma FD dominante e, assim, se tornam sujeitos e fazem significar. A forma de existência do sujeito é histórica, o que Pêcheux (1995) vai chamar de forma-sujeito histórica que se constitui pelo processo de interpelação do sujeito pela linguagem e pela ideologia. A forma-sujeito é, portanto, uma “[...] forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (PÊCHEUX, 1995, p. 183).

A individuação do sujeito no processo de sentidos se dá, para Orlandi (2008), na forma-sujeito histórica. O Estado, “[...] com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde [...]” (ORLANDI, 2008, p. 106), é quem permite essa individuação. É desse modo que o indivíduo é interpelado em sujeito pela forma-sujeito histórica em um nível estrutural, possibilitado pelo simbólico, pelo histórico e pelo ideológico. Dessa forma, o indivíduo, uma vez interpelado pela ideologia através do Elo, vai se determinar enquanto sujeito pelo modo como na história terá sua forma individualizada (Orlandi, 2008). Ainda, Orlandi (2015) afirma que é na individuação do sujeito que se confere condições para que haja uma identificação com esse ou com aquele discurso produzido pelos AIEs, que permite que o sujeito tome a sua posição sujeito na sociedade e na história.

A forma-sujeito histórica da contemporaneidade, a capitalista, conforme Pêcheux (1995), que individualiza o sujeito e o assujeita perante o Estado, é a de direito. O sujeito de direito, individuado e assujeitado pelo Estado, possui, ao mesmo tempo, direitos e deveres:

Os diferentes modos de individuação do sujeito pelo Estado, através das instituições e discursos, resultam, como sabemos, em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade, com direitos e deveres, e livre circulação social. Esta é a sua forma sujeito histórico: o sujeito do capitalismo (ORLANDI, 2015, p. 190).

Mesmo que o sujeito não seja dono do seu dizer, porque todo discurso é regulado pelo Estado e pelas suas instituições, ele responde por aquilo que diz, justamente por ser constituído pelo esquecimento. Pêcheux (1995) afirma que há duas formas de esquecimento: a primeira é na ordem do inconsciente, o sujeito somente se constitui dentro de uma determinada formação discursiva; nesse esquecimento nº 1, o sujeito tem a impressão de que é dono do que diz, do seu dizer. Na segunda forma, da ordem do pré-consciente, o sujeito esquece que outros sentidos são possíveis; nesse esquecimento nº 2, ele escolhe o que enuncia. Dessa forma, pelo esquecimento nº 2, o sujeito seleciona o que diz e o que não diz, ele mesmo sendo regulado faz escolhas, por isso responde também por essas escolhas, portanto é um sujeito de direito que também tem deveres.

O sujeito de direito, para Lisowski (2016), vai assumir, independentemente da sua vontade, junto com o direito, a responsabilidade, o dever. Nas palavras da autora, “[...] *se quero direitos, é porque devo fazer meus deveres* [...]” (LISOWSKI, 2016, p. 79, grifos da autora). Essa forma-sujeito de direito é livre e submissa, ao mesmo tempo, é de direito, mas, na verdade, também tem deveres, sujeito de si e assujeitado a si pelo Estado. É a forma-sujeito histórica que acredita ter controle sobre o que diz e sobre si quando, na verdade, ao ser individuado, é controlado. Individuado por uma ideologia dominante que se realiza através das instituições que compõem os AIEs.

Para Althusser (1985), a ideologia se realiza nos rituais e nas práticas das instituições, ou seja, nos AIEs. Na sua maioria, os AIEs são instituições privadas, religiosas, familiares, políticas, culturais, enfim, alguns exemplos de instituições que não possuem domínio público, mas sim privado. Há exceções, como as instituições de ensino, escolas, universidades, etc., de domínio público. Quanto às instituições que compõem os AIEs serem públicas ou privadas, Althusser (1985.) afirma que ambas funcionam da mesma forma, ou seja, através da ideologia e da repressão; a ideologia de modo predominante e a repressão de forma secundária.

Já Pêcheux (1995), complementando as informações sobre os AIEs, afirma que eles são máquinas ideológicas que regulam, reproduzem e transformam as nossas

relações de produção³⁸, o que quer dizer que eles constituem “[...] simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Para o autor, essas relações são construídas através de lutas de classes, que buscam reproduzir as suas ideologias como dominantes, não sendo os AIEs o lugar da classe dominante, mas o meio e o lugar de luta entre classes. Por meio das lutas de classe é que a classe dominante instala a sua ideologia como dominante. Neste caso, não podemos simplesmente dizer que a classe dominante impõe a sua ideologia, pois a ideologia dominante se instaura como resultado de luta entre as classes. Uma luta ideológica entre classes pela transformação e pela reprodução das relações de produção.

Ainda, Pêcheux (1995) afirma que a teoria da ideologia está imbricada em uma teoria das formações sociais, porque não há nem ideologia, nem formações sociais sem luta e sem resistência. As lutas que ocorrem no interior dos AIEs, segundo Pêcheux (1995), são lutas para impor novas relações de desigualdade e de subordinação que iriam transformar o complexo dos AIEs em relação com o Aparelho de Estado³⁹ e o próprio Aparelho de Estado em relação a si mesmo. Isso não quer dizer, de maneira alguma, que, nas lutas realizadas no interior do complexo dos AIEs, as classes (dominantes, dominadas) buscam a mesma coisa (PÊCHEUX, 1995). Justamente por serem classes distintas, e por estarem em posições distintas, cada uma vai transformar e reproduzir a seu modo as relações de produção.

Nossa sociedade, como um todo, funciona através das lutas de classes no interior do AIE. Sempre há, portanto, uma ideologia dominante sendo regulada e reproduzida pelas instituições que compõe o AIE, e uma ideologia dominada, lutando para se tornar dominante. É essa a relação do movimento ESP com a instituição escolar. Temos, como exemplo, uma ideologia predominante nas escolas, ou deveríamos ter, uma vez que o Estado, através de documentos (Constituição Federal, LDB e os PCNS) regulamenta o ensino. Esses documentos, como já vimos na seção 1.1, estabelecem que o ensino deve ter pluralismo de ideias, inclusive com o ensino de relações de gênero e sexualidade, respeitando a ideologia de cada sujeito. Há,

³⁸ Segundo Althusser (1985), a sociedade funciona a partir de relações de produção, cada sujeito na sociedade possui o seu papel, a sua função, que são assegurados pela submissão à ideologia dominante.

³⁹ Althusser (1985) nos afirma, embasado na teoria Marxista, que os Aparelhos de Estado são o governo, a administração, a polícia, as prisões, enfim, os órgãos considerados públicos. Instituições que o autor chama de Aparelhos Repressivos do Estado por funcionarem através da violência.

portanto, essa ideologia preeminente nas escolas regulamentada pelo Estado, sendo reproduzida pelo AIE escolar. O movimento ESP, entra, entretanto, nessa luta para tentar transformar essa ideologia que predomina e, assim, as relações de produção.

É importante para uma ideologia ter a dominância da instituição escolar porque, como nos afirma Althusser (1985), no sistema capitalista em que vivemos, o AIE que assume a posição de dominante é o escolar. Podíamos dizer que o AIE familiar está na posição de dominância, mas não, pois, embora tenha a maior dominância sobre o sujeito, é o AIE que se encarrega de praticamente todos os sujeitos, de todas as classes sociais, ou seja, todos, ou pelo menos quase todos os sujeitos, vão passar pela instituição escolar. Daí a importância de dominar a ideologia da escola, pois, conforme afirma o autor, nenhuma ideologia vai se manter no poder por muito tempo se não dominar os seus AIEs.

Um dos meios de luta do movimento é o nosso objeto de estudo, a *fanpage* no *Facebook* do ESP, a qual está inserida no AIE de informação, o qual, para Althusser (1985), é o aparelho ideológico da imprensa: do rádio, da televisão e, acrescentamos, do digital. Através desse canal, o movimento “recruta”, nos termos de Althusser (1985), o indivíduo que, ao se identificar com as formações ideológicas do movimento, é interpelado em sujeito. Um sujeito assujeitado que acredita ter a liberdade de escolha, quando, na verdade, está sendo regulado pelas instituições, aqui no caso, pelo AIE de informação.

O trabalho da ideologia é, segundo Orlandi (2009), “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46). Os sujeitos ideológicos são conduzidos, sem perceber, a ocupar o seu lugar, a sua função na sociedade, de modo que esse movimento de não percepção é um efeito ideológico que permite ao sujeito a liberdade de escolher o seu lugar, quando, na verdade, não o é.

Estamos trabalhando, portanto, com um objeto que se encontra no meio digital e que, como vimos na seção 1.4, tem suas implicações, principalmente porque os dizeres perpassam por uma memória digital – memória essa que funciona através da ruptura da memória metálica que desloca o funcionamento para a memória discursiva. Neste caso, o indivíduo é interpelado em sujeito ao se inscrever em uma dada FD, que funciona pela memória discursiva, o interdiscurso, mas que no digital vai se atravessar em uma memória metálica e, por isso, mesmo que não seja nosso objetivo

principal, algumas observações são necessárias: a individuação do sujeito é atravessada pelo discurso tecnológico e a forma-sujeito de direito está desarranjada.

Na seção 1.4, ao realizar um breve percurso pela compreensão do discurso no meio digital, entendemos que o sentido de digital está imbricado no sentido de tecnologia, porque significa as práticas e os modos de vida dos sujeitos. O indivíduo no meio digital, ao ser interpelado em sujeito, constitui-se, portanto, pelo e por um discurso tecnológico, o qual, conforme Dias (2018), é uma relação constituinte do próprio sujeito, uma vez que, hoje, a máquina faz parte do cotidiano. A autora afirma que essa relação constituinte do sujeito com a tecnologia, no meio digital, tem consequências na constituição da forma-sujeito histórica, dado que as propriedades determinantes da forma sujeito, o esquecimento e a identificação, vão passar por uma memória digital.

O que Dias (2018) acredita ocorrer no meio digital com a forma sujeito de direito é um enfraquecimento, justamente pelo aparecimento de uma nova forma sujeito, o sujeito da tecnologia. O sujeito da tecnologia, conforme Dias (2018), por ser determinado por outras práticas identitárias, muitas vezes, não se tem o sujeito, o de direito; o que se tem é o endereço da máquina, o número do IP (*Internet Protocol*). Assim, a tecnologia vai se sobressair ao sujeito, uma vez que a forma-sujeito digital, sugere a autora, é separada da posição discursiva do sujeito físico e, por isso, modifica o modo de identificação ideológica e, por consequência, o seu engajamento subjetivo. Decorrente disso, no meio digital, a forma-sujeito vai estabelecer “[...] um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, mas também entre o sujeito e o jurídico, atravessada pelo econômico” (DIAS, 2018, p. 58).

Dessa maneira, Dias (2018) compreende que, no meio digital, o sujeito de direito está desarranjado pela tecnologia, está sucumbindo a um sujeito de dados. Sujeito que foge da objetividade jurídica, já que, neste caso, o sujeito jurídico, que possui direitos e deveres, enfraquece frente à máquina – justamente pelo digital ser um campo que escapa ao jurídico, porque ainda não há uma forma específica de normatizá-lo. Dizer que temos um sujeito de dados no lugar de um sujeito de direito no meio digital não é a mesma coisa que dizer que não há mais sujeito de direito, que o jurídico não funciona naquele meio, mas sim que o jurídico, conforme Dias (2018), está desarranjado. O próprio direito à privacidade que o sujeito possui no meio digital, embora saibamos que não há privacidade, já é um modo de funcionamento do jurídico.

Como ele funciona é a questão: por ser um meio em que o sistema jurídico não sabe bem como atuar, faz-se necessária a constituição de legislações próprias.

Oliari (2014), sobre o meio digital, afirma que a legislação, pelas especificidades técnicas que demanda e pela demora em ser elaborada, não consegue acompanhar a velocidade que a internet demanda do meio jurídico. Mesmo assim, segundo a autora, já há leis que regulamentam os espaços digitais, principalmente no que se refere à divulgação ou à invasão de dados pessoais. Por isso, não podemos simplesmente dizer que não há leis que regulamentam o meio digital: há, mas não para todos os crimes que podem ocorrer nesse espaço - o que confirma o que Dias (2018) afirma sobre o desarranjo do sistema jurídico no espaço digital.

O sujeito de dados, conforme proposto por Dias (2018), está sendo apagado frente às tecnologias. Por isso é o sujeito que o atravessamento do jurídico está desarranjado, justamente porque a discursividade a partir do digital mudou:

[...] a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material outra, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por **outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft**, garantindo o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho. (DIAS, 2016, p. 10-11, grifos nossos)

Um sujeito de dados afetado pelo AIE da informação, neste caso, pela instituição digital. As corporações, como já apontadas *Google*, *Microsoft* e acrescentamos o *Facebook*, funcionam como uma máquina ideológica, uma vez que compõem a instituição digital. O sujeito digital é, portanto, individualizado pela ideologia predominante que funciona pelo AIE da informação através das suas máquinas ideológicas.

O caráter material das ideologias e as práticas de classes são definidos pelos AIEs, lugar de onde vêm as práticas sociais do sujeito interpelado pela ideologia. Dessa forma, são os AIEs que assujeitam o sujeito livre, a forma-sujeito de direito que, no caso do meio digital, está desarranjada; e estamos definindo, embasados em Dias (2018), como sujeito digital aquele que se submete a práticas ideológicas reguladas. Por isso, o sujeito acredita que é dono do seu dizer, mas não: todo o seu dizer é regulado pelas instituições, logo, podemos dizer que ele é assujeitado ao Estado.

A partir dessa reflexão sobre a ideologia e sobre os seus AIEs, nos perguntamos: como a ideologia, na perspectiva discursiva, funciona no patrulhamento ideológico? Qual relação há entre o patrulhamento ideológico e os AIEs? O patrulhamento ideológico contribui de alguma forma para a manutenção dos meios de produção do Estado?

2.1.1 Funcionamento do Patrulhamento Ideológico

Na seção anterior, concordamos que o movimento ESP, através do AIE da informação, está irrompendo uma luta para instaurar a sua ideologia como predominante no AIE escolar, a ideologia da “moral” e dos “bons” costumes da família brasileira. Ou seja, uma educação sem o ensino de gênero e de sexualidade, além de defender uma escola imparcial quando os assuntos políticos ou partidários sejam ensinados. Para isso, o movimento vem patrulhando ideologicamente seus seguidores e possíveis apoiadores. Por isso, buscamos, nesta seção, compreender o funcionamento desse patrulhamento ideológico.

Ao realizarmos o movimento de palavra-puxa-palavra, proposto por Petri e Scherer (2016), na seção 1.2, observamos que as expressões investigadas apontavam um novo sentido, mas, ao mesmo tempo, remetiam a algum anterior, conforme quadro 1. Nossa análise iniciou-se pela palavra ideologia: na ideologia, o significado de política apareceu; na política, os significados de partido e de doutrinação, mas também de ideologia; no partido, o significado de política e de ideologia despontou e o significado de doutrinação remeteu novamente à ideologia, mas também a patrulhamento. Isso nos levou a concluir que o sentido de ideologia perpassa por todas as expressões investigadas.

Por isso, nesse percurso para compreender o funcionamento do patrulhamento, buscaremos associar o seu significado à ideologia, para que essa discussão nos permita relacionar o sentido de patrulhamento ao conceito de ideologia, na perspectiva discursiva, visando o entendimento de seu funcionamento. Nossas investigações foram realizadas nos mesmos quatro dicionários utilizados na seção 1.2: Houaiss, de 2009; 3ª edição do Aurélio, de 2004; 4ª edição do Aurélio, de 2009; 5ª edição do Aurélio, de 2010; e Priberam online. Novamente justificamos, embasados em Petri e Scherer (2016), esse movimento de investigação em dicionários como um mecanismo

importante para a compreensão do funcionamento do patrulhamento, uma vez que o dicionário é um objeto discursivo.

A expressão patrulha ideológica ganhou destaque, repercutiu e foi debatida no contexto brasileiro em 1978, a partir de Carlos Diegues, cineasta brasileiro. Ao receber inúmeras críticas por seu filme “Chuvas de Verão”, em uma entrevista⁴⁰ ao *Jornal O Estado de São Paulo*, Diegues utiliza essa expressão para denunciar uma política ideológica existente no cinema brasileiro e nos meios culturais. Segundo o cineasta, a intenção foi denunciar o que ele chamou de patrulha ideológica, o que acreditava ser uma política ideológica que tinha por objetivo vigiar a produção cultural a fim de submeter os artistas a uma linha de pensamento.

A repercussão em torno dessa patrulha ideológica, que ganhou destaque e suscitou amplo debate em meados de 1978, se deu em meio a um período de censura, perseguição e repressão política, intolerância, supressão de direitos constitucionais, enfim, momento em que a violência e o medo estavam instaurados na sociedade, em meio à ditadura militar. Momento em que havia rotineiramente uma vigia dos comportamentos, posturas e posicionamentos do sujeito. A discussão sobre patrulha ideológica surge nesse cenário de intenso controle da sociedade.

Nessa investigação, procuramos por sentidos que dessem conta de uma cobrança por posições ou posicionamentos ideológicos, a fim de compreender se esse sentido está integrado ao de patrulhamento. Fizemos um levantamento dos verbetes ‘patrulha’, ‘patrulhar’ e ‘patrulhamento’. Primeiramente, é importante compreender que esses termos sempre estão se referindo um ao outro. Nos dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004; 2009; 2010), a primeira acepção de patrulha é patrulhamento, sendo que o significado de patrulhamento, nesses mesmos dicionários, é o “ato ou efeito de patrulhar” (FERREIRA, 2010), e patrulhar se refere a realizar uma patrulha. Da mesma forma, no dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), um significado está atrelado ao outro.

Em todos os dicionários analisados (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010; HOUAISS e VILLAR, 2009), os primeiros significados dos verbetes investigados são relacionados a grupos de vigilância cuja função é manter a ordem, a segurança e a tranquilidade na sociedade. Essa vigilância, segundo os significados encontrados, pode ser feita por pessoas especializadas, como os militares, ou por pessoas comuns,

⁴⁰ A entrevista pode ser conferida no seguinte link: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780910-31745-nac-0027-999-27-not/busca/Patrulha%20Ideologica>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

como é sugerido nos dicionários Aurélio “Grupo de pessoas que fazem a ronda” (FERREIRA, 2010, p.1581).

Também encontramos, nos quatro dicionários analisados, as expressões significando grupo pequeno de políticos. No dicionário Aurélio, esse significado é complementado, o grupo de políticos “[...] controla ideologicamente seus correligionários” (HOUAISS E VILLAR, 2009, p.1448). Mais adiante, sem se referir a políticos, os dicionários Aurélio (FERREIRA, 2004, 2009 e 2010) apontam que patrulhar não é um ato apenas de vigília para manter a segurança, mas também uma forma de vigiar ou de fiscalizar comportamentos para que se mantenham certos costumes, princípios, entre outros. Da mesma forma que sugere o dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009): “cobrança de ação ou de posições que correspondam aos padrões éticos de determinado grupo.”

Nesses dicionários, portanto, há algo que nos leva a uma ideia de patrulhamento ideológico. Realizamos o movimento de palavra-puxa-palavra, proposto por Petri e Scherer (2016), e usamos, para realizar esse movimento, as palavras ‘princípios’ e ‘costumes’. ‘Princípio’ pode remeter a valores, a ideias, algo que vem ao encontro com o significado dado à ideologia na seção 1.2, ciência ou conjunto de ideias de um determinado grupo. ‘Costumes’ pode ser o modo de agir ou de pensar de um determinado grupo de pessoas, mais uma vez remete ao significado de ideologia já investigado neste trabalho quando o significado sugere que ideologia pode ser o conjunto de ideias, valores, opiniões, crenças, ou seja, os costumes de um grupo social. Neste caso, o patrulhamento como obediência a princípios ou a costumes pode significar, portanto, obediência à ideologia.

No dicionário Houaiss (HOUAISS e VILLAR, 2009), temos a construção do significado de ‘patrulhamento’ ligado diretamente à ideologia em dois momentos. O primeiro está associado ao pequeno grupo de políticos que, segundo o dicionário, controla seus aliados ideologicamente. O segundo está posto como uma cobrança de comportamentos ideológicos: “[...] cobrar comportamento, posição ideológica, moral ou de ação” (HOUAISS e VILLAR, 2009). Embora esteja se referindo a uma patrulha ideológica, o sentido de ideologia não é aquele entendido pela AD, pois, para essa área, a ideologia não é feita de ideias, como sugerem os dicionários analisados. Entretanto, temos, então, uma construção desse conceito, de seu sentido, que se deslocou/se derivou até chegar ao que a AD entende por ideologia.

Até o momento há, nos significados dos verbetes, uma constante: a vigília sobre os sujeitos em relação a comportamentos ou posicionamentos considerados adequados à sociedade ou ao grupo a que pertencem. Há, no entanto, um último significado que nos interessa: patrulhar, em todos os dicionários analisados, significa vigiar para se manter informado sobre ações de grupos com comportamentos e posicionamentos diferentes, considerados nos dicionários como inimigos: “Percorrer sistematicamente (uma área ou zona de passagem provável do inimigo), para detectá-lo e obter informes acerca da composição, atividade, etc., da área ou zona”. (FERREIRA, 2010, p. 1581); “manter vigilância sistemática (em local determinado) para conseguir informações sobre atividades do inimigo” (HOUAISS e VILLAR, 2009, p. 1448). Nesses significados, o patrulhamento é necessário como forma de coibir atividades do inimigo. Quanto a isso, nos questionamos: para o movimento ESP quem possui uma ideologia diferente da que é defendida é o inimigo? E por isso necessita patrulhar, ou seja, patrulhar o professor, o inimigo?

Nesse movimento realizado entre diferentes dicionários, percebemos o que Petri e Scherer (2016) nos afirmam sobre o lugar da descrição. Para as autoras, há duas relações que podem ser observadas: a primeira seria a da formalidade que “[...] lista, fragmenta, separa, fixa e define [...]” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 366) as expressões no dicionário; a segunda, da ordem do sentido, na qual se produz significação através dos processos de produção dos sentidos. Ao levarmos em conta essas descrições, no “patrulhamento”, temos, por exemplo, em um primeiro momento, a descrição da expressão – rondar, vigiar, policiar – e, em um segundo momento, o sentido de vigilância para manter a ordem, dar segurança e tranquilidade à sociedade.

A partir do levantamento realizado, podemos ter um primeiro entendimento, os significados de ‘patrulhamento’, de ‘patrulha’ e de ‘patrulhar’ estiveram associados a manter a ordem, a vigiar, no sentido de dar segurança à sociedade. Todavia, também significam manter a ordem empregados em um sentido comportamental de conduta, de ações, de ideias, ou seja, vigiar comportamentos e, a partir desses comportamentos, manter a ordem da sociedade. Somado a isso, vem o significado de uma patrulha de posições ideológicas que se relaciona ao patrulhamento de um sujeito – agora não mais para que tenha segurança, mas para que siga a ordem da sociedade. Permanece o sentido de segurança relacionado ao de patrulhamento, mas, agora, a segurança é aquela garantida à classe dominante para que seus ideários sejam seguidos.

Antes de darmos continuidade, é importante entendermos o porquê da escolha do léxico ‘patrulhamento’ e não ‘patrulha’ ou ‘patrulhar’. Primeiramente, por ele sempre se referir a uma ‘patrulha’, a um ‘patrulhar’, ou seja, o patrulhamento seria a realização de patrulha, o ato de patrulhar, o que nos dá a realização da patrulha ideológica. Segundo, pelo sentido de movimento, de ação que o verbo no gerúndio nos possibilita por possuir como característica a ideia de continuidade da ação verbal.

Já no dicionário Priberam, ao procurarmos, novamente, pelos verbetes ‘patrulha’, ‘patrulhar’ e ‘patrulhamento’, encontramos mais uma vez o significado de vigia, guarnecer e realizar rondas em patrulhas. No verbete patrulha, o significado de pequeno grupo político⁴¹ estava presente. Além desse significado, não encontramos, nos verbetes analisados, nada que relacionasse a patrulha como uma forma de vigiar comportamentos, ideais, enfim, algo que nos remetesse a uma patrulha ideológica.

Três pontos são importantes para nosso entendimento do que seja a realização de um patrulhamento ideológico nos dicionários: 1) ‘patrulha’, ‘patrulhar’ é um movimento de vigia, seja relacionado a guarnições de soldados sobre a segurança da sociedade ou a comportamentos, posturas, posições - este último é o que nos interessa; 2) manter a ordem da sociedade é um sentido relacionado a “patrulhamento”, seja visando manter a ordem para que a sociedade esteja segura ou para manter a ordem garantindo que as posições ideológicas da classe dominante prevaleçam; 3) patrulhamento é um ato de se manter informado e, assim, coibir posicionamentos ideológicos diferentes daqueles buscados.

Segundo Farhat (1996), o patrulhamento ideológico é a vigilância motivada por uma determinada ideologia: “[...] vigilância exercida por **partidos, instituições, pessoas, meios de comunicação e seus comentaristas, analistas, articulistas**, motivados por determinada ideologia – e/ou por um interesse comum [...]” (FARHAT, 1996, p. 725, grifos nossos). O entendimento sobre ideologia, do ponto de vista da AD, vai nos ajudar a compreender como funciona essa vigilância sobre os sujeitos.

É importante entender que, nos dicionários consultados, embora o sentido de ideologia já perpassasse pelo sentido de patrulhamento, esse sentido foi se consolidando no decorrer do tempo. Entretanto, ‘ideologia’, nos dicionários consultados, significa no plano das ideias, dos pensamentos. Por isso, faz-se necessário pontuarmos sobre qual noção de ideologia estamos tratando neste trabalho, sendo ela a ideologia

⁴¹ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/Patrulha>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

pensada pela AD, que não é composta por ideias, mas por práticas. Além disso, entendemos que a ideologia se realiza nos rituais e nas práticas das instituições que compõem os AIEs. Por isso, a partir do que entendemos por ideologia na AD, com seus AIEs, questionamo-nos: o que podemos somar ao sentido de patrulhamento para compreendermos o seu modo de funcionamento?

Adiantamos que é a ideologia enquanto prática que nos interessa. O funcionamento do patrulhamento ideológico se realiza, dessa forma, conforme Farhat (1996), através da vigilância motivada por uma determinada ideologia, exercida, acreditamos, pelas instituições dos AIEs como um mecanismo para garantir a manutenção da ideologia dominante. Mecanismo pelo qual as máquinas ideológicas observam e vigiam o sujeito de direito, a fim de manter o controle das relações de produção na sociedade.

Apesar de acreditarmos que o patrulhamento ideológico pode funcionar em qualquer classe social, afirmamos que funciona como um mecanismo de manutenção de poder pelas instituições dos AIEs, porque é o lugar da ideologia dominante, das classes dominantes. Para nos ajudar a entender isso, Silva Sobrinho (2018) afirma sobre as classes dominantes:

Na maioria das vezes, são as ideias das classes dominantes que interferem em nossas práticas, criando determinados “obstáculos”, ou mesmo, possibilitando e facilitando determinadas pesquisas justamente porque os fins últimos destas possibilitarão a reprodução da sociedade. (SILVA SOBRINHO, 2018, p. 77)

São as práticas ideológicas da classe dominante, portanto, que influenciam os sujeitos a tomarem decisões, ao passo que toda nossa forma de observar, de perceber e de significar nosso cotidiano é permeada por uma ideologia dominante de observância quanto aos processos sociais e culturais nos quais estamos inseridos. Nesse sentido, qualquer prática fora desta lógica pode (e deve) ser tida como insubordinação ou desobediência a este modo de produção da sociedade. Por isso, acreditamos que o patrulhamento ideológico vai funcionar, principalmente, na manutenção desta ideologia dominante.

As formas de patrulhamento ideológico podem ser muitas e, para Farhat (1996), podem ser sutis ou não. Segundo o autor, todos os meios para “[...] constranger e tolher a liberdade das pessoas [...]” (FARHAT, 1996, p. 726), são uma forma de patrulhamento ideológico. Podemos citar, como exemplo, o compartilhamento no

Facebook das listagens de deputados que não votaram a favor ou contra certa pauta como forma de ‘alertar’ os sujeitos para que não votem nesses deputados. As agressões à imagem e à reputação dos sujeitos são formas de patrulhamento ideológico, que podem ser: menosprezo ou ridicularização pública; não reconhecimento público do trabalho de um sujeito, quando qualquer ato falho do sujeito se torna público.

Acreditamos, portanto, que o patrulhamento ideológico é um mecanismo de vigilância utilizado pelas máquinas ideológicas para se manterem ou como forma de ascender no poder e, assim, controlar os meios de produção. Sua forma de atuação dá-se pela difamação da imagem e da reputação dos sujeitos.

No contexto em que o patrulhamento ideológico foi alvo de debate em 1978, este não era considerado digno de reflexão, um assunto sério. Carlos Diegues e Glauber Rocha, em entrevista a Pereira e Hollanda (1980), afirmaram não ser importante debater o patrulhamento ideológico. Diegues acreditava que o patrulhamento ideológico não era um fenômeno político, cultural ou social e por isso não merecia ser refletido. Contrariamente ao que ele afirma, e a partir do que construímos na reflexão que fizemos sobre o patrulhamento ideológico, entendemos que é necessário o debate em torno desse mecanismo, justamente por ser um dos modos pelos quais os AIEs garantem o controle da sociedade e a manutenção da ideologia dominante.

2.2 DISCURSO-TRANSVERSO

Buscamos explorar, nesta seção, a noção de discurso-transverso, entendida como um dos elementos que constituem o interdiscurso. Tendo em vista a questão central que permeia nosso trabalho, a relação que a doutrinação, dita pelo ESP como prática realizada pelos professores, tem com o patrulhamento ideológico realizado pelo movimento ESP em sua *fanpage*. Entendemos que se faz necessário tal movimento, uma vez que a doutrinação e o patrulhamento ideológico pertencem a saberes distintos, mas que, a nosso ver, estão se atravessando e constituindo sentidos outros que nos permitem compreender a relação entre os dois.

Ao percorrermos o caminho para compreender a ideologia na perspectiva discursiva, dissemos que o sujeito se constitui, ou seja, é interpelado pela ideologia em sujeito ao se inscrever em uma determinada FD, a qual, para Pêcheux (1995), é

representada pelas formações ideológicas FIs. Ainda mencionamos que toda FD é determinada pelo interdiscurso, por dizeres anteriores que retornam e sustentam o discurso. O que não dissemos, e que passaremos a partir de agora a entender, é que são dois os elementos, conforme Pêcheux (1995), que possibilitam as evidências para que o sujeito tome o seu lugar na formação social: o pré-construído e o processo de sustentação.

O interdiscurso, também entendido como memória discursiva, é composto pelos dois elementos já mencionados, o pré-construído - que torna possível o dizer - e o processo de sustentação do discurso. Esses elementos se encontram na base do processo discursivo, funcionam a partir da oposição e determinam, afirma Pêcheux (1995.), o sujeito, porque estão “impondo-dissimulando-lhe seu assujeitamento sob a aparência da autonomia [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 164).

Dessa forma, os sentidos são constituídos, conforme Pêcheux (1995), a partir do jogo entre o interdiscurso e o intradiscurso, ou seja, da memória, de tudo que já foi dito e esquecido, e da formulação, daquilo que já foi dito em um determinado momento e que o sujeito toma para si, como se fosse um discurso seu, e o enuncia em outro momento na história.

Pêcheux (1995) ainda acrescenta sobre o intradiscurso: “[...] funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; [...]),” (PÊCHEUX, 1995, p. 166) (grifos do autor). Podemos dizer, então, que o intradiscurso constitui o interdiscurso, na medida em que ele está disposto no interdiscurso, ao tomar os já-ditos que estão esquecidos junto ao interdiscurso e fazer novas formulações que compõem o dizer naquele momento. Por isso pode ser considerado o fio do discurso para o sujeito: “[...] pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto ‘fio do discurso’ do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’ ” (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

Para o autor, o interdiscurso abarca o “todo complexo com dominante” das FDs. Neste caso, se o indivíduo, ao se identificar com uma FD, é interpelado em sujeito, o interdiscurso, ao abarcar a FD, constitui o indivíduo em sujeito, pois, como afirma Pêcheux (1995.), o interdiscurso fornece aos sujeitos, através das evidências, a sua realidade.

Para Orlandi (2009), o interdiscurso é um “[...] saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está

na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. (ORLANDI, 2009, p. 31). Tomamos aqui a palavra doutrinação, utilizada pelo ESP para caracterizar os professores que, segundo o movimento, estão se utilizando do público cativo de alunos para impor suas ideologias. Somente é possível compreender a doutrinação como uma imposição, como um modo de impor a alguém uma ideologia, porque já há um pré-construído sobre essa palavra doutrinação. Nas palavras da autora, “[...] quando enunciamos há essa estratificação de formulações já feitas que presidem nossa formulação e formam o eixo de constituição de nosso dizer. Mas são formulações já feitas e esquecidas” (ORLANDI, 2009, p. 21).

O pré-construído foi proposto por Paul Henry (1990) para designar aquilo que é anterior ao enunciado construído. O autor acredita que o pré-construído é um efeito, ele parte do ponto de vista sintático, para afirmar que uma relativa, ao parecer saturada, produz “[...] o efeito subjetivo de anterioridade, de implicitamente admitido, etc [...]” (HENRY, 1990, p. 61). O efeito pré-construído produz, portanto, um encaixe sintático que permite que o sujeito tenha a ilusão de ser o dono do seu dizer.

O interdiscurso, enquanto pré-construído, tem como identificação principal, conforme Pêcheux (1995), separar o pensamento do objeto pensado, justamente pelo funcionamento da ideologia como interpelação do indivíduo em sujeito, uma vez que os sentidos não estão no objeto em si, mas sim são determinados pelas posições ideológicas do sujeito. O autor afirma que no pré-construído não se pode juntar o pensamento com o objeto do pensando. Para ele, o pensamento é um pré-construído que se constitui no eixo do interdiscurso e o objeto do pensamento é uma formulação e está no eixo do intradiscurso. Com a relação fundamental que há entre os dois, uma vez que formulação e constituição, juntamente com o modo de circulação, são responsáveis pelo processo de produção do discurso, o interdiscurso, sendo pré-construído, constitui as formulações já feitas e esquecidas e o intradiscurso o que estamos dizendo, naquele momento e condições.

Ainda, Pêcheux (1995) vai afirmar que o processo de interpelação do sujeito - em que, mesmo havendo a interpelação, o sujeito é considerado sempre-já sujeito porque esquece como e as determinações que o constituem sujeito, mas, ao mesmo tempo, sabe o seu lugar - permite compreender o pré-construído como o elemento que

[...] remete simultaneamente, 'aquilo que todo mundo sabe', isto é, aos conteúdos de pensamento do 'sujeito universal' suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma 'situação' dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do 'contexto situacional'. (PÊCHEUX, 1995, p. 171).

. É o pré-construído que permite que o sujeito seja sempre-já sujeito, uma vez que ele fornece as evidências necessárias para que o sujeito interpelado tome o seu lugar, seja seu lugar como cidadão ou seu lugar como enunciador, ou seja, o que o sujeito pode ou não dizer em determinado lugar e contexto. Por isso, o pré-construído funciona pela modalidade da discrepância.

O pré-construído não deixa de ser, portando, como afirma Pêcheux (1995), um efeito de sentido, uma vez que ele funciona a partir de domínios de pensamentos que se irrompem e se atravessam, possibilitando o sentido. É pelo efeito de pré-construído, sugere o autor, que o indivíduo é interpelado em sujeito, já que ele permite que o sujeito compreenda os sentidos de modo evidente “[...] todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer) [...]”, (PÊCHEUX, 1995, p. 157) (grifos do autor).

O outro elemento que compõe o interdiscurso é o discurso-transverso. Embora o tenhamos separado do pré-construído para conseguirmos explicá-los, logo veremos que possuem uma íntima relação, sendo quase que impossível dissociar um do outro, uma vez que, conforme Pêcheux (1995), os dois elementos do interdiscurso determinam o sujeito. Enquanto o pré-construído funciona como um discurso fundante, o discurso-transverso funciona como sustentação do discurso, ambos compõem o processo discursivo.

O discurso-transverso – denominado por Pêcheux (1995) como o funcionamento das articulações –, juntamente com o pré-construído, determina o sujeito, uma vez que impõe e dissimula o “[...] assujeitamento sob a aparência da autonomia [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 164). São os elementos do interdiscurso que possibilitam que a forma-sujeito tome o seu lugar. Forma-sujeito que, para Pêcheux (1995), é a de direito – livre e submissa ao mesmo tempo, porque é assujeitado ao mesmo tempo em que se constitui pela autonomia –, mas que, no meio digital, é a de dados, sujeito de direito que se encontra desarranjado.

Para Pêcheux (1995), a articulação é um efeito que é determinado na estrutura do interdiscurso. Diferentemente do pré-construído, que separa o pensamento do

objeto do pensamento, o autor acredita que a articulação faz retornar o saber ao pensamento. Isso porque a articulação, como um processo de sustentação do discurso, possibilita que o sujeito interpelado pela ideologia faça significar. As palavras, expressões, entre outras, como visto, não têm sentido em si próprias, mas sim o sujeito, mais uma vez interpelado pela ideologia, vai fazer significar as palavras, expressões.

A articulação funciona a partir da “[...] linearização (ou sintagmarização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão intradiscurso [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 166). O funcionamento do discurso-transverso viabiliza, conforme o autor, a relação do discurso consigo mesmo, o que é dito agora, com relação ao que foi dito antes e o que será dito depois. Isto é, afirma Pêcheux (1995), o fio do discurso. Dessa forma, o interdiscurso funciona como um discurso-transverso na tomada de posição do sujeito, que, no processo discursivo, se dá no eixo do intradiscurso, determinando-o, portanto.

O discurso-transverso, afirma Pêcheux (1995), é o resultado do atravessamento de saberes que coabitam no mesmo espaço, saberes que podem pertencer a FDs e FIs distintas. Se tomarmos, por exemplo, o enunciado, slogan do movimento ESP, “Escola sem Doutrinação”, tomando o significado de doutrinação dos dicionários, podemos realizar as seguintes formulações: 1. escola sem ensino de religião; 2. escola sem ensino de política; 3. escola sem ensino de gênero; e assim por diante. Cada uma dessas formulações pertence a uma FD distinta, todas atravessadas no mesmo enunciado. As próprias formulações realizadas são atravessadas por FDs distintas, a formulação 3, por exemplo, que tem atravessado o discurso religioso ou mesmo o discurso patriarcal.

Dessa forma, o discurso-transverso se atravessa e passa a coexistir enquanto um pré-construído no eixo do intradiscurso. O que ocorre é “[...] o atravessamento no intradiscurso de discursos advindos de tempos e lugares outros, instaurando efeitos de sentidos contrários à homogeneidade” (VENTURINI, 2009, p. 74). No discurso, quando há um atravessamento de saberes, há uma retomada e repetição que são apenas uma parte do todo, que não se fecha e que, portanto, faz ressoar o que não está dito.

O discurso-transverso vai remeter, conforme Schneiders (2014), a duas outras noções que ajudam no processo de sustentação do discurso: o discurso de; o discurso

sobre. Embora sejam indissociáveis, essas categorias do discurso (*de* ou *sobre*), pontua a autora, funcionam de modo específico.

O Discurso *de*, para Mariani (1998), é o discurso da autoridade que é responsável pela transmissão de conhecimento, ou seja, “[...] o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saber já reconhecido pelo interlocutor” (MARIANI, 1998, p. 60) (grifos da autora). Além disso, são os discursos *sobre* que institucionalizam os sentidos (MARIANI, 1998) e, assim, objetificam aquilo ou de quem se fala.

Para Petri (2004), o discurso *de* vai se efetivar e funcionar no discurso *sobre*, de maneira que no discurso *de* pode-se identificar o sujeito enunciador, enquanto que no discurso *sobre* o sujeito é representado. É representado porque, discorre a autora, é um discurso que contém um gesto de interpretação. Na *fanpage* do ESP, por exemplo, temos o discurso do movimento *sobre* o sujeito professor, que não é a imagem do professor em si, mas uma imagem a partir de um gesto de interpretação.

Para Schneiders (2014), essas noções são importantes na compreensão do funcionamento do discurso-transverso porque, no momento em que há o atravessamento e a constituição dos sentidos, há um vínculo com a memória histórica, apontada como o discurso *de*, que se atualiza, e então configura um discurso *sobre*: “Ou seja, o discurso-transverso constitui-se pelo encontro de uma atualidade (intradiscurso) com uma memória (interdiscurso)” (SCHNEIDERS, 2014, p. 78).

Daí que não podemos separar o discurso-transverso do pré-construído, uma vez que o primeiro põe em relação os elementos discursivos que constituem o segundo:

[...] o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (PÊCHEUX, 1995, p. 167).

São os elementos discursivos atravessados e postos em conexão que constituem o interdiscurso e fornecem as “pistas” necessárias para que o sujeito se constitua. Assim, ambos determinam o sujeito, o pré-construído “[...] corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 164), enquanto que o discurso-transverso “[...] constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo

que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma sujeito*", (PÊCHEUX, 1995, p. 164) (grifos do autor).

A partir desse exposto, compreendemos que o discurso-transverso, como sustentação ou articulação do discurso, permite entender como saberes pertencentes ao domínio do patrulhamento ideológico se encaixam no discurso do movimento ESP sobre o professor doutrinador, linearizando-se, e se encadeiam no fio do discurso. Como se o discurso fosse homogêneo e, assim, naturaliza a imagem do professor como doutrinador.

3. O PATRULHAMENTO IDEOLÓGICO NA *FANPAGE* DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Temos buscado, nesse trabalho, compreender a relação que há entre a doutrinação ideológica, apontada pelo ESP como o problema no ensino das escolas brasileiras, e o patrulhamento ideológico praticado pelo movimento em sua *fanpage* no *Facebook*. Para tanto, nos propusemos, no percurso realizado até o momento, entender como funciona o patrulhamento ideológico com um viés no discurso. Acreditamos que o patrulhamento ideológico é um mecanismo de vigilância utilizado pelos AIEs para a manutenção das relações de produção. Seu funcionamento, portanto, é através da exposição dos sujeitos, de modo a reprimir qualquer prática contrária à ideologia predominante.

É chegada a hora de nos debruçarmos sobre nosso objeto de estudo e, em um primeiro gesto de análise, realizarmos o nosso recorte. Já mencionamos diversas vezes que nosso *corpus* se constitui a partir da *fanpage* do movimento ESP no *Facebook*. Lugar do incômodo e, por isso, de possibilidades para interpretação. Mas que, cientes de que não podemos dar conta de tudo, voltaremos o olhar para aquilo que mais nos incomoda: o patrulhamento ideológico no discurso sobre o professor e sobre práticas consideradas doutrinárias.

Esta parte, primeiramente foi organizada de modo a expor o recorte realizado, para justificar as escolhas de investigação. Com o *corpus* selecionado, iniciou-se a análise dividida em duas seções: na primeira seção, analisamos o discurso do ESP sobre o professor e; na segunda seção, o discurso do movimento sobre as práticas escolares consideradas, pelo movimento, doutrinárias.

3.1 POSSIBILIDADE DE UM RECORTE

Elencamos dois critérios para realizar o recorte do nosso *corpus*, a temporalidade e a temática. Explicaremos cada um deles. Antes, é importante relatar que os critérios foram estabelecidos a partir da análise recorrente do objeto de estudo.

Nosso primeiro critério para o recorte, a temporalidade, foi realizado por termos percebido uma mudança no número de interações em um dado momento, que coincide, ou não, com um importante fato histórico. A *fanpage* do ESP teve sua primeira postagem no dia 23 de junho de 2014. Nesse ano, a página se manteve com

poucas interações. Em média, eram de uma a duas postagens por semana com divulgações de eventos sobre doutrinação ideológica, organizados pelo próprio ESP, ou dos ideais e projetos embasados nas ideias do movimento. Quanto à interação com seus seguidores, nos primeiros meses, as postagens rendiam em torno de 10 curtidas, 1, 2 ou, na maioria das vezes, nenhum comentário, com no máximo 5 compartilhamentos. Essas interações foram aumentando, chegando ao final de 2014 com cerca de 50/60 curtidas em março de 2015 e, a 100/200 curtidas, mantendo, desde então, o número de postagens de 1 a 2 por semana.

No entanto, a partir da metade do mês de março de 2015, o número de postagens realizadas pelo movimento ESP teve um relativo aumento, passando a ter de 1 a 2 postagens por dia. As interações também tiveram considerável crescimento, em torno de 350 curtidas por postagens, além de cerca de 50 comentários e 100 compartilhamentos. Essas mudanças começaram a ocorrer no mesmo período em que as manifestações a favor do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff tiveram seu início. Desde então, a página teve aumentado seu número de seguidores, de postagens e interações. Acreditamos ser significativo essa constatação, que ocorreu concomitante ao relevante fato histórico citado. Assim, o recorte temporal da presente pesquisa está abrigado sob o desafiador cenário político brasileiro daquele momento, entre março de 2015, início das manifestações, até agosto de 2016, fim do processo e destituição do cargo da presidência.

Foi sob essa delimitação temporal que realizamos outro recorte, que dessa vez, teve enquanto critério a temática já exposta. Ao apresentarmos o ESP nesse trabalho, na primeira parte, percebemos que o foco do movimento são os docentes, já que, para o movimento, tais profissionais “doutrinam” os discentes. Na *fanpage* estudada, dentre as publicações, muitas são sobre professores e suas supostas práticas de doutrinações realizadas. Há publicações que anunciam sobre os educadores, além de outras que divulgam materiais preparados pelos mesmos. Também, publicações que abordaram ações com possíveis ideologias políticas, de gênero e reportagens sobre alunos que, segundo intenção do movimento, estavam a ser “doutrinados”. Entre essas postagens, uma está representada na figura 5.

Figura 5 – Exemplo de postagem na *fanpage* do movimento ESP.



Fonte: Escola sem Partido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

Dentro do período e da temática estabelecidos, recortamos somente os enunciados que introduzem as publicações, produzidos pelo próprio movimento, que continham discurso sobre professores ou sobre práticas, para o movimento, de doutrinação política, partidária ou ideológica, como, por exemplo, o enunciado da figura 5: ““Saião” e “Gravataço” no Instituto Federal Farroupilha, em São Borja (RS): SE O SEU FILHO NÃO VESTIR UMA SAIA, ELE É MACHISTA, HOMOFÓBICO E PRECONCEITUOSO.”

Vale lembrar que estamos trabalhando com um discurso do ESP sobre um sujeito, o professor. Isso é significativo já que o movimento possui o discurso da autoridade, que enuncia sobre um sujeito, o professor – objetificado - e, conseqüentemente, os sentidos sobre esse sujeito, institucionalizados.

Nosso objetivo principal neste trabalho é compreender a relação que há entre o que o movimento acredita ocorrer nas escolas, o ato de doutrinar e o patrulhamento ideológico praticado pelo ESP. Por isso buscamos, em nossa análise, primeiramente entender como funciona o patrulhamento ideológico na *fanpage* do ESP, para depois

refletir sobre a relação entre a possível doutrinação e o patrulhamento ideológico. Para isso, dividimos a análise em dois momentos: no primeiro, analisamos os enunciados sobre os professores; no segundo, analisamos enunciados sobre as práticas dos professores em sala de aula.

Na primeira seção, “Atravessamento de saberes no discurso sobre os professores”, buscamos compreender como o patrulhamento ideológico perpassa o discurso sobre o docente. Na segunda seção de análise, recortamos o discurso do movimento ESP sobre as práticas desses profissionais, “Atravessamento de saberes no discurso sobre as práticas dos professores”. Para realizar esse recorte, nosso olhar se voltou para as práticas consideradas pelo ESP doutrinárias, buscando, nessa análise, compreender como funciona o patrulhamento ideológico.

Nosso gesto de interpretação se desenvolve a partir dos estudos sobre o discurso-transverso, embasado em Pêcheux (1995). Porém, nossa perspectiva de análise se diferencia da do autor no momento em que não realizamos um estudo de proposições e asserções, mas sim, buscamos compreender, mediante nosso recorte, como o discurso do movimento ESP sobre uma suposta doutrinação é atravessado pelo discurso do patrulhamento ideológico. Visa-se, em nosso movimento analítico, os saberes que se atravessam relacionadamente ao que entendemos pelas formas de patrulhamento ideológico: difamação da imagem e da reputação dos sujeitos, neste caso, dos professores.

3.2. ATRAVESSAMENTO DE SABERES NO DISCURSO SOBRE O PROFESSOR DOUTRINADOR

Na segunda parte desse trabalho, embasados em Pêcheux (1995), compreendemos que a ideologia é prática que ocorre através das lutas de classes para que se (re)produzam, ou se mantenham, as relações de poder. As lutas ocorrem no interior dos AIEs responsáveis pela reprodução e manutenção da ideologia dominante. O patrulhamento ideológico funciona na reprodução e manutenção da ideologia dominante. Trata-se de mecanismo utilizado pelos AIEs para reproduzir e manter essa ideologia, de modo que, tal patrulhamento funciona através da constante vigilância, cuja práxis é realizada por meio da difamação da imagem e reputação dos sujeitos alvos.

Entendemos ainda que o ESP está empreendendo luta de classes para dominar a ideologia do AIE escolar, uma vez que, como visto, esse AIE é o dominante. Essa luta de classes fica evidente na Sequência Discursiva de Referência (SDR) 1 do quadro 1. Nesta Sequência é afirmado que há ideologia dominante hoje, “a ideologia deles”, apontada como “da esquerda”, ou seja, diferente daquela que o movimento defende. Juntamente, é afirmado que há luta para que essa ideologia mude. Uma vez que foi sugerido que, em breve, serão eles que pedirão uma escola sem partido. Há, portanto, neste momento, uma luta empreendida para que a ideologia que predomina nas escolas, ou seja, a ideologia estabelecida pelo Estado através dos documentos que regem o ensino, deixe de ser essa e passe a ser a defendida pelo movimento ESP.

Ante o exposto, temos como ponto de partida que: (i) há luta de classes entre os sujeitos citados e; (ii) que o movimento ESP se utiliza de sua *fanpage* no *Facebook* para sustentar o discurso sobre o sujeito professor doutrinador, o que demonstra um pré-construído sobre esse profissional da educação. Isso posto, podemos avançar em nossa análise a fim de compreender o atravessamento do patrulhamento ideológico no discurso sobre o docente, tido como “doutrinador” pelo ESP. A meta é identificar os sentidos que pretendem desgastar e/ou difamar a imagem e reputação profissional e pessoal dos docentes. Conforme quadro 2, recortamos 13 enunciados, produzidos pelo próprio movimento para proceder à análise nesta seção. Enunciados produzidos pelo próprio ESP, mesmo assim, iremos contextualizar, quando necessário, a prática à qual estamos nos referindo para que possamos compreender a constituição de sentidos.

Quadro 2 – recortes discursivos sobre o professor⁴²

(continua)

SDR1	Depois de uma hegemonia de mais de 30 anos, a esquerdalha começa a ser confrontada dentro das escolas. E a tendência é piorar. Daqui a pouco, são eles que vão apelar à Constituição para pedir uma escola sem partido.
SDR2	As instituições particulares de ensino só deixarão de ser CÚMPLICES dos abusos praticados por seus professores no segredo das salas de aula, quando adotarem medidas concretas e eficazes para combater a prática da doutrinação.

⁴² Esses enunciados foram retirados de postagens da *fanpage* do ESP e mantivemos a sua redação tal qual, por isso, podem haver erros de português.

Quadro 2 – recortes discursivos sobre o professor

(continua)

SDR3	Como eu sempre digo, o problema da doutrinação nas escolas particulares é mais grave do que nas públicas, porque nas particulares o professor falta menos.
SDR4	Pais e mães, cuidem de seus filhos. Os lobos estão soltos e famintos; e já não rondam as escolas: estão dentro das salas de aula. A seguir, um exemplo do que se ensina aos futuros professores nas universidades brasileiras:
SDR5	Professora é expulsa de escola pública em Canoas/RS, por exigir que os pais fossem informados de palestra sobre ideologia de gênero para seus filhos, em desobediência à lei municipal, estadual e federal. Eles não ligam para as leis. Simplesmente as descumprem. Pais, são seus filhos que estão sendo abusados nas escolas. São vocês que estão sendo desrespeitados. Assistem e se mobilizem! Isso aconteceu lá em Canoas mas acontece em todo o Brasil, acontece na sua cidade. Mexa-se!
SDR6	<p>Fora da sala de aula, o professor é um cidadão e, como cidadão, tem direito de dizer o que pensa sobre qualquer assunto. A liberdade de expressão existe para o indivíduo que fala na praça pública, nos jornais, na internet, no rádio, nos púlpitos e em qualquer lugar onde as pessoas não sejam obrigadas a escutar o que ele está dizendo.</p> <p>Na sala de aula é diferente. Os alunos são obrigados a escutar o professor. Ora, se o professor pudesse exercer a liberdade de expressão dentro da sala de aula, a liberdade de consciência dos seus alunos – que é assegurada pela Constituição – seria letra morta. Ele diz o que pensa e os alunos são obrigados a escutar? Não pode ser assim.</p> <p>O aluno não pode desligar o professor.</p> <p>O simples fato de o professor ser obrigado a transmitir determinado conteúdo aos alunos já significa que ele não tem liberdade de expressão no exercício da atividade docente.</p> <p>Se ele tivesse liberdade de expressão, ele poderia gastar todo o tempo das suas aulas para falar do que bem entendesse – religião, política, futebol, etc. --, e ninguém poderia puni-lo por isso. Nesse caso, qualquer pessoa poderia dar aulas, já que qualquer pessoa tem suas próprias opiniões sobre qualquer assunto.</p> <p>Nenhum funcionário público desfruta de liberdade de expressão no exercício de suas funções. Nem os ministros do STF. Os professores muito menos, já que eles se dirigem a uma audiência cativa.</p>
SDR7	Página de uma professora. E ainda tem gente que duvida da tal doutrinação marxista nas escolas.
SDR8	Professores do RS seguem o exemplo de seus colegas do DF, e mostram o que realmente são: MILITANTES POLÍTICOS USURPADORES DA CÁTEDRA ESCOLA.
SDR9	SINPRO-DF coloca em todos os professores do DF a carapuça do militante inescrupuloso que usa a sala de aula para transformar crianças e adolescentes em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses políticos, ideológicos e corporativos.

Quadro 2 – recortes discursivos sobre o professor

(conclusão)	
SDR10	Professores honestos refletem sobre o que fazem. Parabéns à professora Sandra Ramos pela sua grande coragem moral.
SDR11	Não tenho palavras para agradecer a contribuição dessa professora para a causa do Escola sem Partido. Chega a ser comovente a burrice da moça. APEOESP, dá um toque na “cumpanhêra”, pra ela parar de entregar o jogo para o inimigo.
SDR12	VERGONHA ALHEIA O professor que aparece nesse vídeo é um velho conhecido do Escola sem Partido.
SDR13	ATENÇÃO, PAIS: LEMBREM-SE DESSA IMAGEM, AO DEIXAR SEUS FILHOS NA ESCOLA.

Fonte: Escola sem Partido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

De início, encontramos enunciados que caracterizam os professores de forma negativa, ficando evidente o pré-construído sobre o sujeito professor, apontado pelo movimento, como “doutrinador”. Na SDR2, o professor “doutrina” os seus alunos “no segredo da sala de aula” e, por isso, realiza “abusos”. Na SDR5, os professores “abusam dos alunos e desrespeitam os pais”. Na SDR8, os professores são “usurpadores” por se utilizarem do público cativo na sala de aula. Na SDR9, os professores são “inescrupulosos” por transformarem seus alunos em “massa de manobra a seus ideais”. Na SDR11, a professora que grava uma videoaula como forma de protesto ao ESP é “burra”.

Nessas SDRs que estamos analisando, há uma constante: o professor, por utilizar um espaço (a sala de aula) e/ou um público cativo (os alunos) para se expressar - o que, segundo a Constituição lhe está assegurado, assim como aos alunos -, é um “doutrinador”. Por isso, é alvo de características negativas, que ferem a sua imagem e a sua reputação. O professor, ao tentar exercer a sua função de formador de cidadãos, uma vez o sujeito, como sugere Gadet e Pêcheux e (2004), somente se tornará um cidadão completo, quando se libertar de ideologias consideradas ancestrais, porque englobam costumes locais, e concepções preconceituosas. Acaba sendo atacado por discurso disfarçado, acusado de exercer doutrinação, quando, na verdade, o que ocorre é luta entre classes. Tal confronto se dá pelo movimento ESP, buscar o controle da ideologia dominante, que hoje é regida pela Constituição Federal, PCNs e LDB, e deveria ser seguida pelos professores.

A desqualificação de toda uma classe, os professores, vai além de caracterizações negativas. Acusa também instituições, como na SDR2: “CÚMPLICES dos abusos praticados por seus professores no segredo das salas de aula”, em que a instituição é tida como cúmplice, em caixa alta para dar destaque à suposta “atrocidade” cometida pela instituição por garantir ao professor liberdade de ensinar. “Cúmplice” no sentido negativo, na realização de um crime ou de algo repreensível (HOUAISS e VILLAR, 2009). Ora, se a instituição é “cúmplice de um crime ou de algo repreensível”, o professor é o agente da ação, é o criminoso.

Ainda sobre a cumplicidade das instituições nos supostos “crimes” realizados pelos professores, na SDR3 é afirmado que nas instituições particulares a doutrinação é mais grave e a justificativa para tal afirmação é de que o docente falta menos: “o problema da doutrinação nas escolas particulares é mais grave do que nas públicas, porque nas particulares o professor falta menos”. Os crimes cometidos pelos professores são, portanto, mais graves em instituições particulares porque têm cúmplices, as próprias instituições, e porque os professores estão mais presentes em sala de aula. O que não podemos deixar passar despercebida é a afirmação de que o professor falta menos. Todo o professor é irresponsável porque falta, uns mais, outros menos, mas todos possuem faltas. Mais uma vez o sujeito professor é desqualificado e todo professor veste “a carapuça” de faltante. E, segundo a SDR3, quando está presente em sala de aula, está doutrinando os alunos.

Aliás, conforme a SDR4, o professor em formação é ensinado a doutrinar: “A seguir, um exemplo do que se ensina aos futuros professores nas universidades brasileiras”⁴³. Essa SDR se refere a um excerto de um livro, que afirma que não há, em livros didáticos, nem em obras literárias, representações de gênero ou de organizações familiares diferentes da padrão (pai, mãe, filho(s)). Por conta de um pequeno excerto, retirado pelo próprio movimento de um livro, sem referência alguma de que tenha sido apresentado a futuros professores, esses são classificados como doutrinadores.

E mais, ainda segundo a SDR4, os professores estão “travestidos de bons”, quando na verdade “são maus”: “Os lobos estão soltos e famintos; e já não rondam as escolas: estão dentro das salas de aula”. Em referência ao famoso conto de fadas Chapeuzinho Vermelho, afirma-se, nessa SDR, que os professores são “lobos

⁴³ A postagem completo com o excerto retirado pelo movimento ESP do livro pode ser encontrado no anexo D.

famintos” que estão dentro das salas de aula em busca de sujeitos ingênuos para impor suas ideologias políticas, partidárias, de sexualidade e de gênero, apesar de parecerem preocupados em formar cidadãos de bem, conscientes.

Mesmo que esteja assegurado pela Constituição Federal, conforme vimos na seção 1.1 da primeira parte, o professor sofre com o discurso de que não pode e não deve ter liberdade de expressão em sala de aula. Na SDR6, “Fora da sala de aula, o professor é um cidadão e, como cidadão, tem direito de dizer o que pensa sobre qualquer assunto. (...) Na sala de aula é diferente. Os alunos são obrigados a escutar o professor. (...) Ele diz o que pensa e os alunos são obrigados a escutar? Não pode ser assim”, é sugerido que o professor tem liberdade de expressão fora da sala de aula, mas dentro, por ter um público cativo que é obrigado a ouvi-lo, não existe a livre expressão.

Mesmo afirmando que fora da sala de aula o professor é livre para se expressar, na SDR7, uma professora é criticada por realizar uma postagem no *Facebook* a favor do ensino do Marxismo: “Página de uma professora. E ainda tem gente que duvida da tal doutrinação marxista nas escolas”⁴⁴. No relato realizado, a professora demonstra como o Marxismo ajudaria a formar cidadãos mais conscientes, mas em momento algum é afirmado que ela ensina isso em sala de aula. Se o professor tem liberdade de expressão fora da sala de aula, como assegura a SDR 6, por que está sendo contestado? Ou melhor, por que está sendo patrulhado ideologicamente em sua página pessoal no *Facebook*? Isso nos faz acreditar que o professor, por ser professor, independente de estar ou não em sala de aula, será patrulhado.

A imagem do professor militante está presente nas SDRs 8 e 9: “[...] MILITANTES POLÍTICOS USURPADORES DA CÁTEDRA ESCOLA”; “[...] militante inescrupuloso que usa a sala de aula para transformar crianças e adolescentes em massa de manobra [...]”. Nessas SDRs, o professor é o militante político que se utiliza do aluno, obrigado a estar dentro da sala de aula, para conduzi-lo a pensar e a agir em favor de certos ideais. Interessante que essas SDRs introduzem publicações com reportagens de notas emitidas por professores ou por sindicato repudiando o ESP. O professor, para o movimento, por ser contrário ao ESP e aos seus projetos, por pensar diferente, é um militante.

⁴⁴ A postagem completa com o enunciado produzido pela professora no *Facebook* pode ser encontrada no anexo G.

Na seção 1.2 da parte 1, nos questionamos se o movimento ESP estaria apagando a ideologia da política e do partido, porque, ao descrevermos nosso objeto de estudo, percebemos que o movimento buscava uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária, separando a ideologia da política e do partido. Ora, se toda política e todo partido é ideológico, não compreendemos porque separar a ideologia. Na SDR9, mais uma vez o movimento realiza a separação: “[...] transformar crianças e adolescentes em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses **políticos, ideológicos e corporativos**”. Destacamos as três últimas expressões para mostrar como a ideologia está dissociada da política nesse enunciado, o que nos assegura que o movimento está tentando apagar a ideologia da política e do partidarismo.

Na SDR10, novamente, o movimento associa os professores contrários ao movimento como professores ruins, ao afirmar que os bons professores são aqueles a favor do ESP: “Professores honestos refletem sobre o que fazem”. O enunciado introduz o compartilhamento de um relato de uma professora a favor do movimento. Para o movimento, o professor somente é honesto se for a seu favor, somente é bom se seus ideais estiverem de acordo com os ideais do movimento, caso contrário, como vimos, o professor é desonesto, criminoso, abusador, usurpador, entre outros.

Por fim, na SDR12, o enunciado “VERGONHA ALHEIA” precede a publicação de um vídeo de um professor dançando para a turma em que está dando aula. O professor, apontado como um velho conhecido do movimento, de forma engraçada e todo desengonçado, tenta “sensualizar” ao ritmo de um funk. Primeiramente, esse não é qualquer professor, é um professor já conhecido pelo ESP, provavelmente alguma prática, considerada doutrinária, ou alguma fala contrária ao movimento já repercutiu antes. Em segundo lugar, é um vídeo descontextualizado, não se sabe como começou nem por que começou. Ainda, pode-se perceber que o professor está tentando fazer graça para seus alunos, não havendo qualquer evidência, nesse vídeo, de que o professor esteja doutrinando eles. Então, por que apontar como um vídeo vergonhoso, conforme sugere o enunciado analisado, senão para difamar a imagem do professor e desqualificá-lo?

Em suma, a partir da análise realizada, constatamos que o suposto professor doutrinador, para o ESP, é aquele que tem ideais diferentes e é contrário a ele. Além disso, o movimento acredita que todo o professor é um possível doutrinador, uma vez que é ensinado, ainda na universidade, a doutrinar. E, por ser um doutrinador, é

caracterizado de forma negativa, burro, usurpador, inescrupuloso, etc. Ainda é desqualificado de diversas formas, está travestido de bom professor, é criminoso, não tem responsabilidade com o exercício de sua função, entre outros. Em consequência de ser doutrinador, em nossas análises, compreender que, para o ESP, o professor não pode ter liberdade de expressão nem fora da sala de aula, uma vez que é patrulhado, inclusive, em página particular.

Há duas constantes, portanto, nessa análise, que merecem destaque: liberdade de expressão é igual à doutrinação; ideais diferentes aos do movimento são iguais à desqualificação. Pela análise, compreendemos que o movimento julga a liberdade de expressão, garantida por lei, como doutrinação. O detalhe é que só existe a doutrinação quando os ideais são diferentes aos do ESP. Quando iguais, o professor é responsável. Quando diferentes, desqualificado. Logo, quando desqualificado, precisa ser patrulhado e, por isso, vigiado constantemente.

A relação que há entre o suposto ato de doutrinar e o patrulhamento ideológico, para nós está no dualismo entre o mau e o bem. O mau, o professor, supostamente, doutrinador, desqualificado, criminoso, inimigo, usurpador e etc. Em contrapartida o movimento ESP, o bem, aqueles que se preocupam com os alunos, vítimas dos professores, e que buscam uma escola com os “valores” da família. Há, portanto, atravessado no discurso do movimento ESP sobre o professor doutrinador o discurso religioso. Ou seja, o discurso do bem e do mau. E, o patrulhamento ideológico seria o efeito desse atravessamento.

O patrulhamento ideológico, como um efeito do discurso-transverso está determinando a forma-sujeito dos seguidores do movimento, uma vez que, ao difamar a imagem do professor, impõe a ele uma imagem ruim de doutrinador. E, por isso, chama o sujeito seguidor a manter vigilância.

O chamado à vigilância fica evidente nas SDRs 4, 5 e 13, quando o movimento clama para que os pais ajam diante das “atrocidades” cometidas pelos professores: “Pais e mães, cuidem de seus filhos”⁴⁵; “Pais, são seus filhos que estão sendo abusados nas escolas. [...] Mexa-se!”⁴⁶; “ATENÇÃO, PAIS: [...]”⁴⁷. Vejam o que esses professores são e façam algo sobre isso. Nós (o movimento), o lado do bem, estamos lhes mostrando a verdadeira face dos professores, o mau, agora cabe a vocês, pais

⁴⁵ A postagem completa pode ser encontrada no anexo D.

⁴⁶ A postagem completa pode ser encontrada no anexo E.

⁴⁷ A postagem completa pode ser encontrada no anexo M.

responsáveis, fazerem algo. Ou seja, como pais responsáveis diante de fatos concretos sobre o professor não irão fazer algo?

Nesse chamado a vigília, mais uma vez, atravessa-se o discurso religioso. Na bíblia em Mateus 26:41 há “Vigiai e orai, para não cairdes em tentação.⁴⁸”. Em um movimento de sentidos, levando em consideração que o movimento ESP clama a seus seguidores que vigiem os professores temos: vigiai e difamai; vigiai e denunciari; vigiai e publicai e compartilhai no *Facebook*. Ou seja, o ESP, com o discurso sobre o professor doutrinador, atravessado pelo discurso religioso, produz como efeito o patrulhamento ideológico. Para que os sujeitos seguidores do movimento se convertam aos seus ideais.

Interessante que a própria palavra doutrinação, por ser utilizada como um termo pejorativo, uma vez que, em nossa análise, doutrinação para o movimento significa desqualificação, crime, irresponsabilidade, já produz como efeito o patrulhamento ideológico. Ou seja, ser doutrinador é ruim, é mau. Com o discurso do movimento sobre o professor doutrinador, toda a classe de professores já possui sua imagem e reputação manchadas, porque todo professor é supostamente doutrinador, até que se prove o contrário, e necessita, portanto, ser patrulhado ideologicamente.

Compreendemos, portanto, que no discurso do movimento ESP sobre o professor ser um doutrinador, o efeito do discurso-transverso é o patrulhamento ideológico. O ESP ao dizer que o professor é doutrinador e por ser doutrinador é desqualificado, irresponsável, etc., impõe ao professor o papel de mau, enquanto que a si mesmo, o de bom. O efeito disso, nos sujeitos seguidores é de patrulhar ideologicamente, porque o mau deve ser destruído. Ou seja, o sujeito professor deve ser destruído, sua imagem, sua reputação, dessem ser destruídas. Ainda, o discurso do movimento, que por ser um discurso *de*, é o discurso da autoridade, ou seja, o ESP é autoridade no assunto sobre o professor doutrinador, que, por consequência, tudo que enuncia é dado como verdadeiro. Como consequência, se o ESP está afirmando que, supostamente, o professor é doutrinador, ele como autoridade assegura essa afirmação, assim sendo, o professor é isso e não há como contestar.

⁴⁸ Disponível em: <<https://bibliaportugues.com/matthew/26-41.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

3.3. ATRAVESSAMENTO DE SABERES NO DISCURSO SOBRE AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES

A partir da análise que realizamos na seção anterior, percebemos que os saberes do discurso religioso se atravessam no discurso sobre um suposto professor doutrinador e produzem como efeito o patrulhamento ideológico. Com isso, os sujeitos seguidores do movimento são chamados a manter vigília constante sobre os professores, uma vez que, para o movimento ESP, todo professor é um possível doutrinador.

A constante vigília dos sujeitos seguidores do movimento resulta em publicações na *fanpage* do ESP com possíveis práticas doutrinárias. Nessas publicações, precedidas por enunciados produzidos pelo movimento, são divulgadas fotos, vídeos e relatos de práticas consideradas inadequadas ao ensino, em sua maioria, relacionadas à política, a partido, a gênero ou à sexualidade e estão descontextualizadas. Novamente, nosso interesse é nos enunciados que introduzem as publicações do ESP, enunciados produzidos pelo próprio movimento. Mesmo assim, em alguns momentos teremos que contextualizar a prática à qual estamos nos referindo para que possamos compreender a que os enunciados estão se dirigindo.

Entendemos que as publicações sobre possíveis práticas doutrinárias são resultado da vigília dos sujeitos seguidores do movimento, em resposta ao patrulhamento ideológico realizado pelo ESP. Ou seja, a partir do discurso do movimento ESP sobre o professor doutrinador, o patrulhamento ideológico como um efeito do discurso-transverso assujeita os seguidores do movimento, que diante da difamação da imagem e reputação do professor, é levado a vigiar os professores.

Logo, acreditamos que os enunciados, sobre possíveis práticas doutrinárias, além de nos mostrarem de que forma o discurso religioso se atravessa e reforça o efeito de patrulhar ideologicamente. Irão contribuir para que possamos compreender nosso último objetivo específico: entender como o patrulhamento ideológico sobre os professores funciona na *fanpage* do ESP. Para essa reflexão, foram selecionados 12 enunciados para análise, conforme quadro 3.

Quadro 3 – recortes discursivos sobre possíveis práticas doutrinárias⁴⁹

(continua)

SDR14	Tem gente que ainda não votou na enquete do Senado porque está em dúvida sobre a existência de doutrinação nas salas de aulas, acha que não é bem assim, que o professor está apenas ensinando o aluno a desenvolver sua capacidade crítica. Para essas pessoas, eu dedico esse áudio gravado numa escola particular de Castanhal, no Pará.
SDR15	Pra quem diz que professores não fazem doutrinação político e partidária mas só querem despertar a consciência crítica dos alunos.
SDR16	FUNK DO KARL MARX Quantas evidências serão necessárias para demonstrar o CARÁTER SISTÊMICO do problema da doutrinação nas escolas? Mesmo sabendo que seria inútil – já que essas pessoas efetivamente não possuem nenhum amor à verdade --, minha vontade, como coordenador do Escola sem Partido, era esfregar esse vídeo na cara dos responsáveis pela revista NOVA ESCOLA.
SDR17	É claro que Marx foi um dos mais importantes pensadores do século XIX. Mas dizer apenas isso, sem chamar a atenção para as trágicas consequências sociais e políticas das suas ideias, é uma clara tentativa de glamurizar o filósofo mais glamurizado das esquerdas, e despertar a simpatia dos alunos para essas ideias. Trata-se, portanto de uma forma de doutrinação (aliás uma das mais comuns). E o comentário do aluno mostra que ele percebeu isso
SDR18	MASSA DE MANOBRA A SERVIÇO DA VITIMIZAÇÃO. Estudantes amestrados como cachorrinhos para satisfazer os interesses políticos do sindicato dos professores do Paraná.
SDR19	Diante da aversão generalizada do “vermelho” do petismo, a escola obriga os alunos a usarem essa cor com o objetivo de “valorizar a convivência harmoniosa em sociedade”. Imaginem a discursão que essas crianças foram obrigadas a escutar durante essa atividade.
SDR20	Governo Sartori (RS) na mira dos sindicatos. E as crianças sendo usadas como massa de manobra a serviço dos interesses corporativo dos professores.
SDR21	Que ético! Em Camaquã-RS, os estudantes são cooptados e usados como massa de manobra a serviço da agenda política do sindicato dos professores.
SDR22	ASQUEROSO E REVOLTANTE: obedecendo ao comando do sindicato (ver postagem abaixo), professores gaúchos usam estudantes como massa de manobra a serviço de seus próprios interesses. Cabe aos pais acionar o Ministério Público por violação ao ECA.
SDR23	Mais um flagrante de doutrinação numa escola de São Paulo (Escola Estadual Sapopemba, zona leste de SP). As vítimas aqui são crianças do ensino fundamental.
SDR24	Acordem, pais e mães! A máquina do Estado está sendo usada contra a família.

⁴⁹ Esses enunciados foram retirados de postagens da *fanpage* do ESP e mantivemos a sua redação tal qual, por isso, podem haver erros de português.

Quadro 3 – recortes discursivos sobre possíveis práticas doutrinárias⁵⁰

(conclusão)	
SDR25	“Saição” e “Gravataço” no Instituto Federal Farroupilha, em São Borja (RS): SE O SEU FILHO NÃO VESTIR UMA SAIA, ELE É MAXISTA (sic), HOMOFÓBICO E PRECONCEITUOSO.

Fonte: Escola sem Partido. Disponível em: <<https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

Antes de começar, já sabemos que o discurso religioso está atravessado nesses enunciados, uma vez as postagens que recortamos decorrem de uma vigilância. Como vimos na análise da seção anterior, os sujeitos seguidores do movimento são chamados a vigiar os professores. No entanto, procuramos nessa análise compreender de que forma o patrulhamento ideológico como um efeito do discurso-transverso é reforçado para que seja necessário continuar a vigilância.

Dos doze enunciados que analisamos, em cinco encontramos a expressão doutrinação para designar a prática realizada. Nos outros sete enunciados, embora não tenhamos a palavra doutrinação linguisticamente, há expressões que apontam para o significado da palavra: SDRs 18, 20, 21 e 22 “Massa de manobra”; SDR 19 “obriga”; SDR 24 “A máquina do estado está sendo usada contra a família.”; e SDR 25 “SE O SEU FILHO NÃO VESTIR UMA SAIA, ELE É MAXISTA (SIC), HOMOFÓBICO E PRECONCEITUOSO”.

Somente a menção à doutrinação já deixa evidente que o patrulhamento ideológico como efeito do discurso-transverso, se mantém, também nas postagens que são resultado de um ato de vigiar. Pelo fato de a doutrinação em si, como vimos na seção anterior, carregar um sentido negativo, qualificar as práticas como doutrinárias significa que o professor é doutrinador e, por ser doutrinador, é desqualificado, irresponsável, etc. Nesse discurso sobre as práticas doutrinárias, há, portanto, o atravessamento do patrulhamento ideológico.

As duas primeiras sequências, SDRs 14 e 15, dizem respeito a um áudio gravado em sala de aula, o mesmo áudio postado em momentos diferentes com enunciados diferentes. No áudio, o professor defende a ideia de que o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff foi um golpe. Ainda, há, nesse áudio, uma exaltação ao PT e uma crítica a alguns meios de comunicação, como a rede Globo e a revista

⁵⁰ Esses enunciados foram retirados de postagens da *fanpage* do ESP e mantivemos a sua redação tal qual, por isso, podem haver erros de português.

Veja, e ao então juiz, hoje Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. O áudio é gravado apenas com a fala do professor, não sabemos como o professor conduziu a aula para chegar a essa fala e nem como finalizou, o áudio está, portanto, descontextualizado.

Na primeira sequência, SRD 14, o áudio é utilizado para angariar votos em uma enquete do Senado sobre a existência ou não da doutrinação em sala de aula: “Tem gente que ainda não votou na enquete do Senado porque está em dúvida sobre a existência de doutrinação nas salas de aulas [...] Para essas pessoas, eu dedico esse áudio [...]”. O enunciado chama os sujeitos que ainda estão em dúvida sobre a existência da doutrinação a ouvirem o áudio, o que nos faz questionar: como um áudio descontextualizado pode ser prova da existência da doutrinação? Mais uma vez, o movimento demonstra que o doutrinador é aquele que pensa diferente de mim, já que: se o professor estivesse defendendo o Ministro Sérgio Moro ou o impeachment, teríamos a mesma repercussão? Ainda na SDR 14, é sugerido que o professor não está despertando a consciência crítica dos alunos, como se acredita, mas sim está doutrinando “[...] sobre a existência de doutrinação nas salas de aulas, acha que não é bem assim, que o professor está apenas ensinando o aluno a desenvolver sua capacidade crítica”.

Na SDR 15 se repete a ideia de que o professor ao invés de estar despertando a criticidade nos alunos está doutrinando: “Pra quem diz que professores não fazem doutrinação político e partidária, mas só querem despertar a consciência crítica dos alunos”. Para o ESP, mostrar ao aluno outros pontos de vista, diferentes do que está sendo veiculado, é ser doutrinador. Ter consciência crítica, portanto, segundo o movimento, é ser doutrinador ou doutrinado. O que para Gadet e Pêcheux (2004) é não ter alteridade. Isso porque ao desenvolver a criticidade dos alunos, o professor desenvolve o que os autores chamam de questão de língua, ou seja, “[...] política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças” (PÊCHEUX, 2004, p. 37). A partir da colocação dos autores, entendemos que desenvolver a criticidade nos alunos contribui na diminuição das diferenças sociais, sendo, portanto, prioridade na educação de sujeitos alunos.

Na SDR 16, a prática doutrinária é apontada como uma prática sistêmica “Quantas evidências serão necessárias para demonstrar o CARÁTER SISTÊMICO do problema da doutrinação nas escolas?”. O vídeo que sucede o enunciado foi feito para uma aula de sociologia, no qual é apresentada uma paródia da música “Baile de

Favela” para explicar a luta de classes e o capitalismo na visão de Karl Marx. Nesse enunciado, a doutrinação está relacionada ao ensino embasado no marxismo, é a doutrinação marxista, então, considerada sistêmica; sistema é entendido como um conjunto de elementos combinados que visam a produção de um resultado (HOUAISS e VILLAR, 2009). O objetivo da doutrinação sistêmica seria expandir seus ideais a fim de captar mais simpatizantes.

O ESP, ao apontar o ensino das ideias de Marx como uma forma de doutrinação e uma doutrinação sistêmica, sugere que pensar sobre a luta de classes ou sobre o próprio capitalismo, forma de estado em que vivemos, é errado. Podemos e devemos viver em um sistema capitalista, mas não podemos pensar sobre ele, temos apenas que nos curvar. Da mesma forma, as lutas de classes, sendo “naturais” na sociedade, não podem ser ensinadas nem estudadas porque, a partir do momento em que passamos a entender melhor o meio em que vivemos, passamos a contestar e o Estado não quer ser questionado, quer que os sujeitos apenas aceitem as suas realidades impostas. Estudar sobre o marxismo é errado, principalmente porque o seu estudo já faz parte de um sistema que objetiva se manter no poder das relações de produção, logo, o professor que ensina sobre isso é, portanto, um doutrinador e deve ser vigiado.

O papel do movimento, no caso da teoria marxista, é “demonstrar”, como o próprio enunciado sugere, a característica sistêmica que o ensino dessa teoria possui. Uma vez que os professores estariam, de forma organizada e planejada, coagindo os alunos a pensar as lutas e práticas sociais a partir do marxismo. Ao demonstrar esse sistema “ilegal”, estariam ajudando os alunos a “escapar” das garras de uma doutrinação marxista.

Ainda na SDR 16, é apontado que pelos professores não reconhecerem que há doutrinação e que doutrinam, os mesmos faltam com a verdade, ou seja, são mentirosos: “[...] essas pessoas efetivamente não possuem nenhum amor à verdade [...]”. Pela doutrinação não ser reconhecida e principalmente por ser negada por todos os professores é que, segundo o movimento, a mascaram sob a justificativa de estarem desenvolvendo o senso crítico dos alunos, apesar de o movimento ter todas as evidências do contrário, já que o ESP está expondo as práticas doutrinárias. O professor é tido como um sujeito que não tem amor à verdade, é mentiroso. Ou seja, o sujeito professor é mau, o discurso religioso, mais uma vez, atravessando sob a forma de desacreditar o professor.

A SDR 17 novamente aponta o marxismo como uma forma de doutrinação: “É claro que Marx foi um dos mais importantes pensadores do século XIX. Mas dizer apenas isso [...]. Trata-se, portanto de uma forma de doutrinação (aliás uma das mais comuns)”. No enunciado, o movimento afirma que mencionar apenas que Karl Marx foi um dos mais importantes pesquisadores do seu século e não mencionar as consequências “devastadoras” que seu estudo pode provocar é doutrinar ideologicamente a favor desse estudioso. Esse enunciado antecede o depoimento de um aluno que expõe uma imagem feita de um livro didático em que é explicado quem foi Karl Marx. O aluno, em seu depoimento, afirma que a professora não discutiu em sala de aula sobre essa questão, mas, mesmo assim, ela é criticada por não ter informado aos alunos sobre as consequências da teoria do autor.

O livro didático, como sabemos, é escolhido pela escola e é utilizado por três anos consecutivos antes de ser trocado. Na maioria das vezes, o professor que está utilizando o livro não foi o mesmo que o escolheu. Além disso, o professor não precisa seguir rigorosamente o que está no livro, uma vez que o livro é apenas um instrumento, não a aula em si. Esse professor, pelo que entendemos, segue, mas não tudo, devendo escolher quais conteúdos do livro abordar e esse conteúdo não foi escolhido, então por que criticá-lo por não debater esse conteúdo? Outra questão é que o movimento defende que, em sala de aula, sejam ensinados apenas os conteúdos programáticos, estudar Karl Marx, mesmo que seja importante, não está nos conteúdos programáticos, então por que contestar a decisão do professor de não discutir o assunto? Contraditório, afinal deve-se ou não seguir apenas os conteúdos programáticos em sala de aula?

Caso o professor tivesse discutido, da mesma maneira estaria na página do movimento sendo criticado, porque estudar marxismo é um tabu, independentemente da forma como é abordado. E afirmar que a teoria marxista tem graves consequências para a sociedade não é, também, doutrinar? Neste caso, doutrinar contra o teórico. O professor ao ser contra a teoria, conforme o enunciado sugere, não seria doutrinação, por isso não mereceria um espaço na *fanpage* do movimento.

A sequência que iremos analisar agora diz respeito a um fato ocorrido em abril de 2015, quando professores protestavam contra o confisco da poupança previdenciária pelo governo e foram brutalmente contidos pelo batalhão de choque. No vídeo que sucede a SDR18, alunos fazem a paródia de uma música para problematizar o ocorrido, questionando, também, as verbas que não estavam sendo

repassadas para as escolas, para que tivessem uma boa estrutura e conseqüentemente melhorassem a qualidade do ensino. No enunciado da SDR analisada, os alunos são uma massa de manobra, enquanto que os professores estão se vitimando. Mais de duzentos professores ficaram feridos na ação autorizada pelo estado do Paraná e, para o movimento, não são vítimas, estão se vitimando. A educação está precária e os alunos estão vendo a estrutura escolar, junto com os seus professores, definhar, mas não podem se manifestar, pois, caso façam, são massa de manobra, estão sendo doutrinados.

A expressão massa de manobra aparece ainda em outras três sequências: SDR20, 21 e 22. Em todos esses enunciados, os alunos são massa de manobra que estão a serviço de interesses de sindicatos e professores. Ao dizer que o aluno é massa de manobra, o ESP está dizendo que ele não pensa por si só, é conduzido como um animal irracional. Na SDR20, os alunos são massa de manobra porque criaram cartazes protestando contra o então governo do estado do Rio Grande do Sul, Governo Sartori, que não pagava os salários dos professores e do funcionalismo público em geral desde o primeiro ano de seu governo em 2015, entretanto, isso não deve ser preocupação para os alunos. Seus professores estão sem receber corretamente seus salários, alguns, inclusive, passando necessidades financeiras, no entanto, esse problema é deles. Os alunos não estão sendo afetados e a qualidade do ensino não deve ter decaído, todavia, o aluno não possui senso crítico, já que o professor e os sindicatos são os criminosos que utilizam ele para “satisfazer” seus interesses particulares.

Interesses particulares? Um problema que está afetando todos os professores, e por conseqüência o ensino, é particular? Como no ato que ocorreu em junho de 2015, também no RS, quando os professores escolheram estar em sala de aula ao invés de ir às ruas e perder mais dias de aulas. Escolheram trabalhar com os alunos o problema que a falta de pagamento dos salários dos funcionários públicos acarreta e, como resultado disso, desenvolveram um trabalho de protesto, junto aos alunos. Segundo o movimento ESP, além de ser antiético, os alunos foram usados como massa de manobra. Estar em sala de aula, ao invés de perder mais aula e prejudicar mais ainda os alunos, é ser antiético e, mais uma vez, o aluno passivo, pois ele não pensa e é manobrado pelo professor.

O professor do RS que está “usando” seus alunos é “ASQUEROSO” e a prática é “REVOLTANTE”, sugere a SDR22: “ASQUEROSO E REVOLTANTE: obedecendo

ao comando do sindicato (ver postagem abaixo), professores gaúchos usam estudantes como massa de manobra a serviço de seus próprios interesses”. Em mais uma publicação sobre manifestações contra o Governo Sartori que envolvem estudantes, nessa manifestação, os estudantes foram às ruas junto com os professores e, por isso, são massa de manobra. Pelos professores estarem envolvendo os alunos em um problema que não pode ser particular, uma vez que as consequências não são somente para o sujeito professor, eles são asquerosos e a prática revolta. Entretanto, o que deveria revoltar é o descaso do governo com o seu funcionalismo e com a qualidade de educação oferecida. O que deveria revoltar é o desdém da sociedade em geral diante de tamanha negligência.

No entanto, a revolta é pelos alunos estarem apoiando os professores, afinal, eles supostamente são doutrinadores, portanto, não merecem respeito. Os alunos são, então, vítimas, conforme SDR 23, de um sistema doutrinário que os transforma em massa de manobra. É contraditório que os sujeitos que afirmam que o aluno é um ser que não pensa por si só, que é uma vítima de um sistema criminoso, são os mesmos que irão afirmar que uma criança entrou para o crime porque quis, não por ser vítima, escolheu o caminho mais fácil, etc. A lógica é a mesma: se o aluno é uma vítima por não pensar por si próprio, a criança criminosa também o é. A diferença é que um teve oportunidade, enquanto o outro não. O aluno tem acesso a outras informações que podem contrapor a do professor, mas a criança criminosa não conhece outra realidade que não a do crime.

O enunciado que analisamos agora, SDR 19 “Diante da aversão generalizada do ‘vermelho’ do petismo, a escola obriga os alunos a usarem essa cor com o objetivo de ‘valorizar a convivência harmoniosa em sociedade’ ”, é uma revolta do movimento ESP diante de uma atividade que visava, segundo o enunciado da escola, uma convivência harmoniosa. A imagem que sucede o enunciado é do bilhete enviado aos pais solicitando que os alunos fossem à escola vestidos com a cor vermelha. No bilhete, é informado que a atividade faz parte de um projeto, “Projeto Cidadão do Mundo”, e que o tema trabalhado nesse dia seria responsabilidade, cuja cor representativa, segundo consta no bilhete, é a vermelha. No enunciado, que antecede a imagem, é afirmado que a escola quer obrigar os alunos a usarem a cor vermelha “do PT”, diante da aversão que se tem a ela. Embora no bilhete não haja qualquer referência ao uso político ou partidário da cor, a cor vermelha, agora, carrega o significado de um partido e, por isso, não pode ser mais utilizada.

Até o momento, as práticas doutrinárias eram relacionadas à política e ao partidário, porém há, também, publicações de práticas relacionadas a gênero e sexualidade. Como estamos analisando o discurso do movimento ESP sobre o sujeito professor, selecionamos, como critério para a análise, enunciados que introduzem as publicações com práticas consideradas doutrinárias. O volume de publicações na *fanpage* do ESP de práticas doutrinárias sobre gênero e sexualidade é grande, porém, em sua maioria, não há enunciados produzidos pelo próprio movimento introduzindo as publicações referentes a essas práticas, há apenas compartilhamentos. Por isso, em nosso recorte, foram selecionados apenas dois enunciados que se referem ao ensino de gênero e que passaremos a analisar a partir de agora.

A prática referente à SDR 24 foi realizada em uma festa junina, quando a turma responsável pela quadrilha optou por sair do convencional, em que o homem é obrigado a casar, e encenou a fuga do noivo com outro homem. Para o movimento, essa é uma prática contra a família, por isso a máquina do Estado, a escola, está sendo usada nessa oposição. A família atacada pela escola, para o movimento, é a dita tradicional: pai, mãe e filho(s). Para o ESP, família possui essa composição, qualquer outra estrutura está fora do padrão e, portanto, é uma ameaça. Para o movimento, ameaça à família é o casal homoafetivo adotando a criança que o pai abandonou e a mãe não teve condições de criar sozinha; é a mãe solteira formando filho na universidade. Com tantos problemas sociais que afligem as verdadeiras famílias tradicionais (mãe e filho(s), avós e neto(s), casais homoafetivos e criança rejeitada, enfim), o ESP se preocupa com uma peça de teatro que apresenta um formato familiar diferente?

Todos os anos, observamos homens, inclusive os “homens de bem” da “família tradicional brasileira”, vestindo-se de mulher para festejar o Carnaval, ou homens e mulheres trocando roupas para ir a uma festa à fantasia. Porém, para o ESP, é um problema ocorrer uma proposta dessas em uma escola, como sugere a SDR25: “‘Saião’ e ‘Gravataço’ no Instituto Federal Farroupilha, em São Borja (RS): SE O SEU FILHO NÃO VESTIR UMA SAIA, ELE É MAXISTA, HOMOFÓBICO E PRECONCEITUOSO”. Uma atividade realizada com adolescentes, buscando diminuir o preconceito e o machismo é um problema para o movimento. No entanto, o mesmo adolescente, em um contexto totalmente diferente, é aceito? Qual o sentido disso senão problematizar algo tão natural?

Durante esse percurso de análise, percebemos que há uma reafirmação, pelo ESP, de que o professor é doutrinador, pois, em todos os enunciados analisados, são mencionadas as práticas como doutrinárias. Além disso, essas práticas veiculadas endossam nosso argumento de que, para o movimento, quem pensa diferente ou possui consciência crítica é doutrinador (professor) ou doutrinado (aluno).

A partir da análise, confirmamos que o discurso religioso está atravessado no discurso do movimento e com isso produz como efeito do discurso-transverso o patrulhamento ideológico. Ainda, entendemos que o ESP utiliza de alguns artifícios para mascarar o efeito de patrulhar ideologicamente com a justificativa de que o professor é possivelmente doutrinador: a descontextualização das práticas; a condição do aluno como doutrinável; e a vitimização dos alunos.

Além disso, ainda que não seja tema para esse trabalho, percebemos controvérsias no discurso do movimento sobre o professor. Na seção anterior, entendemos que o ESP afirma, em um de seus enunciados, que o professor é livre para expor sua opinião fora da sala de aula, no entanto, vale-se de uma publicação realizada em perfil particular no *Facebook* para difamar o sujeito professor. Já nesta seção, uma professora foi exposta por não ter debatido com seus alunos uma passagem sobre o estudioso Karl Marx. Contestamos, afirmando que o movimento defende um ensino apenas com os conteúdos programáticos, português, matemática, dentre outros. Com isso, entendemos que o movimento busca, na realidade, desacreditar o professor de qualquer forma, mesmo que precise patrulhar o professor fora do contexto escolar.

Ao analisar os enunciados sobre as práticas Marxistas, compreendemos, a partir da análise, que o movimento acredita que a “doutrinação marxista” é a mais comum registrada, justamente por ser um sistema. Entendemos que o medo do estudo de Karl Marx é o medo do vermelho. O vermelho do PT, mas também o vermelho do comunismo. Já que a rede de sentidos instauradas na memória social, que antecedem até a criação do PT, conforme Indursky (2003), é a referente ao comunismo. Uma rede de sentidos, segundo Mariani (1998), que ressalta o comunismo como o inimigo, aquele que é indesejável. Contrária, inclusive a ordem cristã. O medo dos ensinamentos de Kar Marx, está construído junto a essa tradição anticomunista. Que associa o vermelho, do comunismo, a violência e a desordem.

No final de nossa análise, chegamos aos enunciados sobre gênero. Questão, como visto durante as condições de produção, primordial para o ESP. Apesar disso,

em nosso recorte, selecionamos apenas dois enunciados, que nos ajudaram a compreender que ações rotineiras, somente por estarem ocorrendo dentro da escola, sobre a supervisão do professor, são consideradas abomináveis. Como a proposta de troca de roupas, homens vestindo saia e mulher, gravata; ou, a desconstrução de estereótipos, considerada pelo movimento como uma ameaça à “família”.

A partir da análise, compreendemos que o discurso-transverso atravessado nas práticas, consideradas pelo ESP, doutrinárias, é o religioso. Novamente, porque sugere que o professor é o mau. E ao produzir o efeito de patrulhar ideologicamente, difama os sujeitos professores. Ao considerar que as práticas em si já são o resultado dele, é reforçado, principalmente, pela afirmação da doutrinação, na medida em que, no recorte que realizamos, todos os enunciados apontam as práticas como doutrinárias, sendo o professor, supostamente, o doutrinador. Além disso, mesmo que os enunciados não sejam um discurso sobre o professor propriamente dito, há o atravessamento desse discurso. Ao desqualificar a prática do professor, o professor está sendo desqualificado; ao transformar os alunos em vítima, o professor se torna criminoso; ao impor ao aluno a condição de doutrinável, é imposta ao professor a condição de doutrinador. Há, dessa forma, o patrulhamento ideológico como efeito do discurso-transverso no discurso sobre as práticas doutrinárias, porque o professor, da mesma forma que na seção anterior de análise, tem sua imagem e reputação difamadas por um discurso doutrinário. Compreendemos que o reforço no patrulhamento ideológico se dá, justamente, nesse atravessamento do discurso religiosos sobre o discurso do suposto professor doutrinador. Dessa forma, mesmo que o patrulhamento ideológico funcione apenas no discurso sobre o professor, uma vez que é necessário um sujeito para a imagem e a reputação serem estilhaçadas, esse continua funcionando no discurso sobre as práticas.

Nesse sentido, como já havíamos mencionado, o movimento ESP aproveita-se das publicações resultantes de vigílias, realizadas pelos seus seguidores assujeitados sobre o efeito do discurso-transverso, o patrulhamento ideológico, mascarado pelo discurso religioso que se atravessa no discurso do ESP sobre o professor doutrinador, para reforçar a vigília dos sujeitos professores, todos considerados possíveis doutrinadores.

PALAVRAS FINAIS

Desde a proposição do projeto que deu início a esta dissertação, muitas mudanças ocorreram, que possibilitaram uma legitimação no discurso sobre o professor doutrinador e, por consequência, o professor desqualificado, sem caráter, criminoso e etc. A mais relevante, acredito ser, a eleição de um presidente com ideais e um discurso muito próximo ao do movimento Escola sem Partido. Aliás, todo o contexto sociopolítico que se desencadeou de 2016 até o momento foi propício para a legitimação do discurso sobre o professor doutrinador.

Discurso sobre haver nas escolas doutrinação ideológica, inversão de valores, e a necessidade de defesa da família, que em 2016 eram recorrentes nas argumentações do ESP, estão, hoje, presentes nas declarações de um Presidente. O discurso da autoridade, não só pensando o presidente da república como a autoridade máxima dentro do nosso país, também como um discurso *de*, conforme descrito por Mariani (1998). O discurso *de*, como o discurso da autoridade que é responsável por transmitir conhecimento (MARIANI, 1998), ou seja, o presidente ao enunciar sobre a doutrinação, sobre a inversão de valores e sobre haver a necessidade de defesa da família, institucionaliza esses sentidos. Esses sentidos ao serem institucionalizados pelo Presidente da república, são legitimados,

A legitimação do discurso sobre o professor doutrinador, pelo atual Presidente, corroborou para que o professor seja perseguido, violentado, menosprezado, por pais e pelos próprios alunos, seja dentro ou fora da sala de aula. Por divergirem das ideias que estão sendo veiculadas, por tentarem mostrar um ponto de vista diferente. Além disso, a legitimação desse discurso pode explicar o grande número de seguidores na *fanpage* do Escola sem Partido, número que triplicou desde a primeira análise da página, juntamente com o número de interações.

Além da legitimação do discurso sobre o professor doutrinador, as declarações do Presidente da república a respeito dos valores da família estarem sendo invertidos pela escola, pode gerar outra consequência: uma afronta ao princípio de neutralidade política e ideológica do Estado. Uma vez que a palavra valores pode significar de diferentes maneiras, para diferentes pessoas. No dicionário online Priberam encontramos o significado de valor⁵¹ associado a pessoas, ou seja, o valor que cada

⁵¹ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/valor>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

pessoa dá a si mesma, aos outros, ou as coisas ao seu redor. Se cada sujeito possui os seus valores, quando o presidente da república fala em valores da família, não estaria sobrepondo um valor a outros?

A constituição federal no seu primeiro artigo assegura que a República Federativa do Brasil é fundamentada pelos seguintes princípios: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e V - o pluralismo político.” (BRASIL, 1988, s.p.). Ao assegurar que um valor se sobrepõe a outros valores, o presidente da república, não estaria ferindo a cidadania e a dignidade dos cidadãos? E até mesmo o pluralismo político?

Estranhamente o artigo 1º e o caput V (o pluralismo político) – que utilizei para argumentar no parágrafo anterior – são os mesmos que o movimento Escola sem Partido se utiliza para afirmar que o professor ao “doutrinar” o aluno está indo contra a Constituição Federal. Neste caso, o ato do Presidente do Brasil ao ferir os princípios de neutralidade da constituição federal não é condenável, como o é quando se trata dos professores. A diferença é que, ainda na Constituição Federal, no art. 205, que trata da educação, é assegurado ao professor a liberdade de ensinar e, mais, lhe é exigido um pluralismo de ideias. Diferente do Presidente da república que deveria respeitar a lei que regula as suas ações.

Perante a lei federal, portanto, não há nenhum projeto aprovado que impeça os professores de exercer a sua livre expressão, assim como lhe é assegurado pela constituição federal. Há, sim, inúmeros projetos tramitando a nível nacional, estadual e municipal, alguns municipais já aprovados, mas na sua grande maioria em trâmite ou já arquivados. Esses dados estão presentes na primeira parte dessa dissertação, mas importa mencionar que há, também, projetos de lei contrários ao ESP sendo propostos, como exemplo o PL 502/2019⁵², que institui o programa “Escola sem Mordça”. Dessa forma, mesmo que estejamos vivenciando uma censura aos professores, na sua grande maioria, essa censura não é legalizada.

Mesmo assim, os professores vêm sendo intimidados por pais e alunos que não concordam com o ensino de determinados assuntos. Está cada vez mais comum lermos notícias sobre casos de ameaças a professores por discutirem um tema considerado inadequado pelos pais; ou de professores sendo demitidos porque os

52

Disponível

em:

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191271>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

filhos estão fazendo questionamentos “esquerdistas” por culpa dos professores doutrinadores. E isso não se restringe as instituições da educação básica, no final do ano passado, na Universidade Federal de Pernambuco, foram distribuídos panfletos que listavam professores e alunos que seriam banidos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas em 2019, pelas suas orientações sexuais ou por terem um posicionamento político-ideológico considerados de esquerda.

Por isso entendemos que a leitura do discurso do movimento ESP seja de suma importância, uma vez que estamos mostrando uma visão diferente. Não mais de um professor doutrinador, mas de um professor patrulhado ideologicamente para que se obtenha o controle do AIE dominante, conforme Althusser (1985), o escolar. Foi pensando e compreendendo o patrulhamento ideológico como um mecanismo utilizado pelos AIEs para vigiar o sujeito professor, que possibilitou nossa leitura sobre o discurso do professor doutrinador estar sendo mascarado pelo ESP com o interesse de dominar a ideologia da instituição escolar. Ou seja, o professor é desacreditado, vulgarizado, desqualificado perante toda a sociedade para que o AIE Escolar seja dominado.

Na busca por compreender nossa questão inicial, ao refletir sobre a relação que o ato de doutrinar - apontado pelo movimento como a ação praticada pelos professores - tem com o patrulhamento ideológico realizado pelo movimento ESP sobre os professores, mobilizamos conceitos e, percorreu-se um caminho que, segundo os resultados obtidos, são importantes para à compreensão do objeto de estudo. Importa, pois, retomar alguns dos pontos mais relevantes para concluir o presente trabalho.

Na primeira parte, procuramos compreender o objeto de estudo, a *fanpage* do movimento ESP e suas condições de produção. De início, apresentamos a temática de estudo, o ESP. Durante a apresentação, descobrimos que a partir da vontade de um sujeito, indignado com a prática de um professor considerado doutrinador, o ESP foi construído. Ao ganhar seguidores e simpatizantes, o ESP cresceu, apareceu e, vem deixando os sujeitos professores preocupados. Preocupados consigo mesmos, porque não sabem quando serão “agredidos” por estarem seguindo a ideologia dos documentos oficiais do Estado. E com os alunos que estão sendo postos como vítimas e como sujeitos passivos.

Ainda na apresentação, entendemos que a busca do movimento é por uma escola sem doutrinação política, ideológica e partidária. Por isso, foi necessário

compreender o significado de 'escola' em documentos oficiais, utilizando, para isso, a Constituição Federal de 1989, a LDB e os PCNs, que são normativas que embasam a educação brasileira. Esses documentos definem a 'escola' como uma instituição de ensino obrigatória e gratuita. Há uma base comum curricular que deve ser seguida, considerando as especificidades de cada local. As instituições de ensino primário e secundário têm por objetivo formar cidadão capaz de compreender seu papel na sociedade. E também, as escolas devem qualificar seus discentes para o exercício do trabalho. Além disso, os documentos analisados afirmam que, para a plena formação do sujeito aluno, é necessário que haja pluralismo de ideias, garantindo que, tanto aluno, quanto professores, tenham liberdade de aprender e ensinar, bem como para exercerem suas liberdades para expressarem pensamentos. O que, para nós, garante a escolha autônoma do professor em sala de aula, respeitando, de forma equânime, a liberdade do aluno.

Para compreender a busca do movimento, precisou-se entender o significado dos seguintes verbetes: doutrinação, política, ideologia e partido. Por isso, realizamos investigação em quatro dicionários, sendo esses: uma edição do Houaiss (2009) e, três edições do Aurélio (2004, 2009 e 2010). A partir disso, compreendemos que a doutrinação é um processo ideológico, uma vez que o significado de todos os verbetes, nos dicionários analisados, perpassou pelo sentido de ideologia.

Somente após compreendermos o ESP, passamos às considerações sobre nosso objeto, a *fanpage* do movimento. Para refletir sobre essa *fanpage*, foi necessário realizar breve histórico sobre a criação e, expansão do *Facebook*, para conseguirmos entender como é seu funcionamento. Além disso, se fez necessária reflexão sobre o funcionamento do meio digital como um todo, compreendemos como a política dos algoritmos influencia no modo de navegação dos sujeitos.

Como o nosso interesse, no presente trabalho, foi analisar o processo de discurso, para finalizar a primeira parte desse relatório, buscamos compreender como o discurso funciona no meio digital, a partir da perspectiva francesa. Em nosso entendimento, embasados em Dias (2016), a digitalização provocou mudança na discursividade pelo fato de que há um atravessamento do sentido de tecnologia no discurso digital. Logo, algumas observações sobre o modo de funcionamento do discurso no meio digital foram necessárias.

No processo de produção do discurso, temos sobreposição da circulação em relação à formulação e, à constituição, conforme afirma Orlandi (2010). Da mesma

forma, a memória, que funciona no discurso do meio digital, é outra, a chamada memória digital (DIAS, 2018). Entendemos o funcionamento dessa memória pela relação contraditória entre a memória discursiva em relação a memória metálica. De forma que, há uma ruptura no funcionamento da memória metálica que desloca o funcionamento para a memória discursiva. O que possibilita, por sua vez, a memória digital, permitindo que o sentido seja constituído pelo acúmulo e pela repetição (memória metálica). Ainda, o sentido é, também, constituído pelo já-dito e, pelo esquecido, que retorna (memória discursiva).

Na segunda parte deste trabalho, contemplamos dois dos nossos objetivos específicos. Na primeira seção, procuramos compreender o conceito de ideologia, na perspectiva discursiva, para que pudéssemos entender o funcionamento do patrulhamento ideológico. Num primeiro momento, definimos que a ideologia não está no plano das ideias como a significação do verbete nos dicionários sugerem, mas sim é uma prática, conforme Althusser (1985) e Pêcheux (1995) explicam. Ao entender que o caráter material da ideologia são as práticas de classes, definidas pelos AIEs, compreendemos que são as instituições que formam os AIEs que assujeitam o sujeito livre.

Na subseção seguinte, “*Funcionamento do Patrulhamento Ideológico*”, antes de entender a relação do patrulhamento com a ideologia na perspectiva discursiva, resgatamos o significado do verbete ‘patrulhamento’. Tal nos permitiu compreender que ‘patrulhamento’ é um modo de vigiar os sujeitos para que sigam certos ideais. Além disso, entendemos que, a forma de patrulhamento é através da difamação da imagem e, da subtração da reputação dos sujeitos. Apesar de compreender que o patrulhamento já significava ideológico, precisamos relacioná-lo ao conceito de ideologia proposto pela AD, uma vez que, até então, o seu significado estava relacionado ao plano das ideias. Ao relacionar os dois, entendemos que o patrulhamento ideológico é um mecanismo de vigia, utilizado pelas instituições que compõem o AIE, como forma de alcançar ou, se manter no poder.

Finalizamos a segunda parte explorando a noção de ‘discurso-transverso’, porque entendemos que, o discurso do movimento ESP sobre o professor doutrinador, estava atravessado de outros saberes. O ‘discurso-transverso’ foi denominado a partir de Pêcheux (1995), como um dos elementos do interdiscurso que permite a sustentação do discurso. É ele, juntamente com o pré-construído, que determina a forma-sujeito, porque juntos impõem e dissimulam o assujeitamento.

Já em nossa parte final, apresentamos o recorte realizado, temporal e temático, justificando a escolha de nosso *corpus*. Dividimos a análise em duas seções: na primeira, foram analisados 13 enunciados sobre o sujeito professor; na segunda, 12 enunciados sobre as práticas consideradas doutrinárias pelo movimento. A partir da análise da primeira seção, percebemos que, o efeito do discurso-transverso, o patrulhamento ideológico aparece ao difamar a imagem e reputação do docente, há um atravessamento do discurso religiosos sobre o sujeito professore ser mau, mascarado no discurso do movimento sobre o suposto professor doutrinador. Esse discurso convoca o sujeito seguidor do movimento a realizar algo diante de “tamanha barbárie”. Dito em outras palavras, o assujeita frente ao patrulhamento ideológico, fazendo com que ele vigie o professor, pois, conforme perspectiva desse movimento, o professor é um possível doutrinador.

Com a constante vigia ao professor, compomos nosso *corpus* de análise da segunda seção: ‘*Enunciados Sobre as Práticas Doutrinárias*’. Pela análise, percebemos que esses enunciados reforçam o patrulhamento ideológico, uma vez que a doutrinação é ação constante no discurso sobre as práticas, onde o docente é tido, pelo ESP, enquanto o doutrinador. Mesmo que o discurso não seja sobre o professor doutrinador, mas sim, sobre práticas consideradas doutrinárias, tal discurso está atravessado no momento em que o professor é o criminoso, enquanto o aluno é a vítima. Entendemos, por fim, que o patrulhamento ideológico na *fanpage* do movimento ESP funciona no discurso sobre o professor. Mesmo assim, no discurso sobre as práticas doutrinárias, o patrulhamento ideológico também está funcionando, porque o discurso religioso sobre o docente criminoso, mentiroso, desqualificado, ou seja, o discurso sobre o professor mau está atravessado, também, no discurso sobre as práticas, consideradas pelo ESP, doutrinárias.

Esse trabalho foi desenvolvido com vistas a compreensão da relação entre a doutrinação, apontada pelo movimento como a ação realizada pelos professores, e o patrulhamento ideológico ação realizada pelo ESP em sua *fanpage*. Partimos das seguintes questões: que relação há entre a doutrinação, apontada pelo movimento ESP como o ato praticado pelos professores, e, o patrulhamento ideológico praticado pelo ESP? É necessário patrulhar ideologicamente para que a suposta doutrinação apareça?

No entanto, antes de refletirmos sobre essa questão, dois adendos que perpassam pelo texto são importantes. O primeiro é referente a problematização a

respeito de um possível apagamento do sentido de ideologia da política e do partidarismo. Queremos retomar essa questão porque, apesar de para nós ser importante, é um questionamento que não foi contemplado durante a análise, porque fugia do objetivo principal. Vamos resgatá-lo, procurando não o responder, mas identificar o quanto avançamos em sua compreensão ou não.

Ainda na primeira parte, ao perpassarmos pelas significações dos verbetes ideologia, partido, política e doutrinação, entendemos que esta última, ao qual o movimento ESP se refere, é a ideológica. Chegamos a essa conclusão por encontrarmos o sentido de ideologia em todos os verbetes analisados, uma doutrinação que pode ser regionalizada na questão política, na partidária, na de gênero, na moral, na religião, etc. Com isso, passamos a questionar: por que o movimento ESP tem marcado a expressão ideologia e a separado de política e partido? Ao afirmar que há doutrinação nas escolas, o movimento sugere que ela é política, ideológica e partidária. Contudo, a política e o partido também são ideológicos. Não seria apenas uma doutrinação ideológica? O movimento estaria realizando o apagamento ideológico da política e do partido?

Já na primeira seção da análise, nos deparamos com o seguinte enunciado, que fazia essa separação, SRD 9: “[...] transformar crianças e adolescentes em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses políticos, ideológicos e corporativos”. Enunciado que legitimou nosso questionamento sobre o apagamento que poderia estar sendo realizado pelo movimento. Embora não tenhamos intenção de responder a essa pergunta, até porque não temos um *corpus* consistente para investigar essa questão, temos uma teoria sobre ela. O discurso do movimento sobre a ideologia está negando o seu sentido. Por isso, talvez, há a necessidade de apagar o seu sentido, principalmente do partido, porque o movimento, mesmo buscando uma escola sem partido, está negando que a escola deva ter partido, não quer qualquer vínculo com o sentido de ideologia.

O segundo adendo se refere a relação do sujeito de direito e do sujeito de dados que fazemos na seção 2.1. No texto quando destacamos as implicações do assujeitamento e da forma-sujeito no meio digital, entendemos, em concordância com Dias (2018), que a forma-sujeito de direito está desarranjada pela tecnologia, com isso não teríamos, neste meio, um sujeito de direito, mas sim de dados. Isso porque frente a tecnologia o que temos é o endereço da máquina, não a identificação do sujeito em si. O sujeito de direito, estaria sucumbido a um sujeito de dados. Destacamos, no

entanto, que isso não significa que o jurídico não funciona no meio digital, apenas que ele ainda não sabe como atuar de forma precisa neste meio.

Salientamos diante disso sobre o funcionamento desse conceito, sujeito de dados, em relação a *fanpage* do movimento Escola sem Partido, que, especificamente neste caso, não acreditamos haver o desarranjo. Uma vez que, temos representantes oficiais desse movimento, o Miguel Nagib – apontado como coordenador do movimento – e Bráulio Porto – vice-presidente. Dessa forma, sendo a *fanpage* do ESP um dos mecanismos oficiais de divulgação das causas do grupo, é de responsabilidade do seu coordenador e de seu vice-presidente. Além disso, o próprio Miguel Nagib e sua esposa Ruth Kicis são responsáveis por administrar a *fanpage* do movimento. Há, portanto, ainda, pela *fanpage*, dois sujeitos de direito que podem ser responsabilizados por seus atos. E, ainda, se levarmos em conta a relação que há entre o, dito pelo ESP, ato de doutrinar e o ato de patrulhar ideologicamente, pode-se, inclusive, responsabilizar esses sujeitos administradores da *fanpage*, pelos atos dos seguidores dela.

Lembrando que estamos relatando um caso específico, que está sendo tomado de forma diferente, porque, mesmo que esteja no meio digital, não está completamente sucumbido à tecnologia. Dizer, portanto, que na *fanpage* do ESP não há sujeito de direito seria dizer que Miguel Nagib, Bráulio Porto e Ruth Kicis não são responsáveis pelo discurso sobre o professor como doutrinador.

Acreditamos, portanto, que se tratando da *fanpage* do ESP, o sujeito de dados não está desarranjado e que há sim sujeitos de direito que podem e devem ser responsabilizados pelo discurso opressor que fere os professores. Principalmente se levarmos em conta dois incisos do 5º art. da Constituição Federal: IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Esses dois incisos, além de garantir aos professores a liberdade de ensinar, de se expressar, garantem a eles o livre pensamento. O que sugere que privar os sujeitos professores de seus direitos é um crime constitucional.

Por fim, retornamos aos nossos questionamentos principais. Entendemos que o patrulhamento ideológico é um mecanismo que o movimento ESP utiliza para vigiar e controlar o sujeito professor. Nossa principal tese é de que, há uma ideologia predominante nas escolas, a ideologia do Estado, como vimos, que visa o pluralismo de ideias e garante ao professor e aos alunos liberdade de aprender e ensinar. Além

disso, sugere que conteúdos como gênero e sexualidade devem ser ensinados na escola. Ideologia essa que diverge dos ideais do movimento. O ESP estaria empreendendo luta para dominar a ideologia predominante e, dessa forma, se manter no poder, uma vez que, como vimos, a escola é a instituição dominante do AIE. Como afirma Althusser (1985), nenhuma ideologia se mantém como dominante se não dominar os AIEs. Luta essa considerada natural por Althusser (1985) e, por Pêcheux (1995), pelo motivo de que, sempre haverá ideologia dominante lutando para se manter no poder e, ideologia dominada lutando para ter acesso ao poder.

Mesmo que a luta de classes seja considerada natural por Althusser (1985) Pêcheux (1995), porque é uma prática social que se instaura para dominar a ideologia. Não consideramos como natural os sentidos atribuídos ao professor, dito pelo ESP, doutrinador. Caso este que tem ocorrido na *fanpage* do ESP. O discurso sobre, supostamente, o professor doutrinador está saturado, pois, o sujeito seguidor do movimento entende que o professor é isso, tratando-se, pois, de generalização apressada. Não obstante, tal discurso possibilita o patrulhamento ideológico sobre o sujeito docente, uma vez que o seguidor do ESP contribui à vigia.

Compreendemos doutrinação, a partir do seu significado em dicionários, como o ato de impor a ideologia aos sujeitos, significado que viemos a descobrir, também, ser de patrulhamento. A partir de nossa análise, entendemos que a doutrinação imposta ao sujeito professor é seletiva. Ou seja, o professor é doutrinador quando problematiza as ideias do ESP ou, quando tem ideologia diferente. Ao mesmo tempo, porque é doutrinador na perspectiva dos integrantes da ESP, o docente é submetido à crença destes enquanto profissional desqualificado e, por fim, acaba por ser criminalizado. É nesse ponto que acreditamos haver a relação entre a doutrina, ato supostamente praticado pelo professor, e o patrulhamento ideológico realizado pelo movimento sobre o professor.

A relação entre o ato de patrulhar ideologicamente e, o suposto ato de doutrinar, na *fanpage* do movimento ESP, se dá, a nosso ver, no mascaramento do patrulhamento ideológico sobre um discurso doutrinário. O ESP acusa os professores de serem doutrinadores, a partir de discurso embasado em visão limitada e descontextualizada do professor e suas práticas, para esconder o patrulhamento ideológico que realiza sobre o sujeito docente.

Trata-se, assim, de modo de discurso que difama a imagem e a reputação do sujeito professor. Também, tal discurso difamador, é a base da retórica do movimento

ESP, uma vez que o patrulhamento ideológico é o efeito do discurso-transverso. O patrulhamento ideológico, escondido sobre o discurso doutrinário sobre o sujeito professor, realiza o assujeitamento dos seguidores da *fanpage* do ESP. Um discurso travestido de preocupação com o sujeito aluno, supostamente doutrinado pelo professor, quando, na verdade, ocorre conflitos de interesses divergentes, tendo em vista que o ESP almeja dominar a ideologia do AIE escolar e o professor segue a ideologia dos documentos oficiais do Estado.

O discurso sobre o professor doutrinador na *fanpage* analisada, além de patrulhar ideologicamente o sujeito professor, difunde o ódio sobre esse sujeito entre seus seguidores. Entendemos por discurso de ódio aquele conteúdo frasal, oral ou audiovisual que parte ou “exprime uma ideia de ódio, **desprezo ou intolerância contra determinados grupos, menosprezando-os, desqualificando-os ou inferiorizando-os** pelo simples fato de pertencerem àquele grupo, motivado por preconceitos ligados à etnia, religião, gênero, deficiência, orientação sexual, nacionalidade, naturalidade, dentre outros.” (POTIGUAR, 2017, p. 18) (grifo nosso). Acrescentamos aqui o preconceito político, motivado por grupos que possuem ideias contrárias, como no caso do movimento ESP, sobre o sujeito professor.

O discurso de ódio, sobre o docente, está marcado de maneira muito forte na *fanpage* estudada. Conforme análise realizada, o mesmo é, a todo momento desqualificado, pelo fato de ter posições contrárias à do movimento. Entendemos, também, através de Muñoz e Capponi (2018), que o discurso de ódio é intimidador, que nem sempre está nas palavras ou nas intenções, mas nas circunstâncias discursivas. Ou seja, está atravessado junto com o patrulhamento ideológico, uma vez que este último carrega os sentidos que difamam o sujeito educador.

Os discursos intimidadores, neste caso, o de ódio que desqualifica, tem redes de sentidos. Conforme Muñoz e Capponi (2018), as manifestações das retóricas desqualificantes alimentam tensões existentes entre grupos sociais. Mais especificamente, as manifestações da ESP estimulam divergência dos profissionais da licenciatura para com os pais dos discentes, de tal modo que, a estes últimos, são incentivadas ações de vigias aos primeiros. Realizam isso, os pais dos alunos, pois são crédulos da necessidade de empreender “luta” contra a ordem pré-estabelecida pelo estado. Ordem essa que já está instaurada na sociedade, mas silenciada, dos valores e costumes da “família tradicional”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BARRETO, R. G. Análise de Discurso: conversa com Eni Orlandi. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan/dez, 2006. p. 1-7.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, língua portuguesa. v. 1. Brasília: MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental, língua portuguesa. v. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 31 out. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CABRAL, P. Entrevista com Miguel Nagib, fundador e coordenador do Escola Sem Partido. **Olhar Atual**, 22 abr. 2018. Disponível em: <<https://olharatual.com.br/entrevista-com-miguel-nagib-fundador-e-coordenador-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

_____, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo – REDISCO**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, p.8-20, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>>. Acesso em: 20 maio. 2018.

_____. Memória metálica. **Enciclopédia discursiva da cidade: análises e verbetes**. ENDICI - FAPESP. Vigência: 2013 a 2015. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbeta/view&id=119>>. Acesso em: 15 maio. 2018.

FARHAT, S. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1996.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.

_____. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.

_____. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2010.

FREIRE, P.; ILLICH, I. **Diálogo**. In: Seminario Invitación A Concientizar y Desescolarizar: Conversación permanente, Ginebra, 1974. Atas. Buenos Aires, BúsquedaCeladec. 1975, 109 p.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Tradição de Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. Tradução João V. Geraldi e Celena Margarida Cruz. In.: ORLANDI, E.; GERALDI V. J. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 43-64, jul./dez., 1990.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INSDURKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon** - Revista do Instituto de Letras da URGs, v. 17, n. 35, p. 101-21, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/issue/view/1706/showToc>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

KIRKPATRICK, D. **O efeito Facebook**: os bastidores da história da empresa que conecta o mundo. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2011.

LISOWSKI, C. S. **Você sabe com quem está falando?** Sujeito de direito: discurso e sentido. 2016. 146f. Tese (Doutorado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4016/LISOWSKI%2c%20CAROLINA%20SALBEGO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 nov., 2018.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito & Práxis**, v. 07, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163/18213>>. Acesso em 10 abr. 2018.

MOVIMENTO – Revista de Educação. Entrevista com Fernando Penna. Movimentos: **Revista de Educação**, Niterói, ano 2, n 3, p. 294-301, 2015. Disponível em:

<<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/275/236>>. Acesso em: 21 de Out. 2016.

MUÑOZ, J. M. L; CAPPONI, P. Los discursos intimidatorios: ¿de dónde vienen y adónde van? **Fragmentum**, n. 50, p. 9-17, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/31701/17384>>. Acesso em: 01 maio. 2018.

OLIARI, D. E. **Mídia social Facebook**: o público e o sujeito individuado. 2014. 146f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem), Curso de Doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2014. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1640543>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ORLANDI, P. E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Maio de 1968: Os silêncios da memória. In.: ACHARD, P.et. al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-71.

_____. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 8. ed. São Paulo: Pontes, 2009.

_____. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia - discurso eletrônico, escola, cidade. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 16, novembro, 2010. p. 05-18. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638816/642>>. Acesso em: 22 maio. 2018.

_____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. 2.ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 21, novembro, 2015. p. 187-198. Disponível em: <<file:///C:/Users/CLIENTE/Desktop/Dissertação/Dissertação/8642454-14134-1-SM.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

PARISER, E. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p. 61-161.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução de Eni Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Papel da Memória. In.: ACHARD, Pierre; et al. **Papel da Memória.** Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p.49-57.

PEREIRA, C. A. M.; HOLLANDA, H. B. de. **Patrulhas ideológicas.** São Paulo: Livraria Brasiliense Editora S.A., 1980.

PETRI, V. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário:** da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, a desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5534/000427622.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

PETRI, V.; SCHERER, A. E. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura. In.: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. (orgs.). **A Análise do Discurso e sua história:** avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 359-73.

POTIGUAR, A. L. **Discurso do ódio no estado democrático de direito:** o uso da liberdade de expressão como forma de violência. 2015. 196f. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) - Universidade de Brasília, Brasília. 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20702>>. Acesso em: 01 maio. 2018.

RATIER, R. 14 perguntas e respostas sobre o “Escola sem Partido. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Orgs.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-41.



REMY, M. Miguel Nagib: A confusão entre liberdade de ensinar e liberdade de expressão é o flagelo da educação brasileira. **Jornal Hora Extra**, Goiânia, 1 mar. 2018. Disponível em: <<https://jornalhoraextra.com.br/entrevista/miguel-nagib-escola-sem-partido/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SCHNEIDERS, C. M. **Serafim da Silva Neto:** entre a constituição e a circulação do conhecimento linguístico. 2014. 218 f. Tese (Doutorado em Letras), Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3988/SCHNEIDERS%2c%20CAROLINE%20MALLMANN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 dez. 2018.




SILVA SOBRINHO, H. F. Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In.: BARBOSA-FILHO, F. R.; BALDINI, L. J. S. (Orgs.). **Análise de discurso e materialismos:** prática política e materialidades. Campinas: Editora Pontes, 2018. 2.v. p. 59-84.





VENTURINI, M. C. Rememoração/comemoração: deslocamentos. In.: _____.
Imaginário urbano: espaço de rememoração / comemoração. Passo Fundo: Ed.
Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 48-81.

ANEXO A – SDR1



 **Escola Sem Partido** 22 de março de 2016 · 

Depois de uma hegemonia de mais de 30 anos, a esquerdalha começa a ser confrontada dentro das escolas. E a tendência é piorar. Daqui a pouco, são eles que vão apelar à Constituição para pedir uma escola sem partido...




   537 18 comentários 72 compartilhamentos





 Curtir  Comentar  Compartilhar 

ANEXO B – SDR2



 **Escola Sem Partido** 25 de março de 2016 · 

As instituições particulares de ensino só deixarão de ser CÚMPLICES dos abusos praticados por seus professores no segredo das salas de aula, quando adotarem medidas concretas e eficazes para combater a prática da doutrinação.


   288 9 comentários 37 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

ANEXO C – SDR3


 **Escola Sem Partido** compartilhou uma publicação. 5 de março de 2015 · 





Como eu sempre digo, o problema da doutrinação nas escolas particulares é mais grave do que nas públicas, porque nas particulares o professor falta menos.

 **Rodrigo Constantino** 5 de março de 2015

Hoje a professora de geografia da minha filha foi defender o PT em sala de aula, dizendo que Lula e Dilma fizeram muito pelos pobres do Brasil (sério? aumentand...

[Ver mais](#)

 41 3 comentários

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

ANEXO D – SDR4



Escola Sem Partido

24 de março de 2016 · 🌐



Pais e mães, cuidem dos seus filhos. Os lobos estão soltos e famintos; e já não rondam as escolas: estão dentro das salas de aula. A seguir, um exemplo do que se ensina aos futuros professores nas universidades brasileiras:

“Nos livros didáticos, o caráter heteronormativo das relações sociais está presente nos padrões de representação de gênero e de organizações familiares, nos discursos sobre afetos e também na ausência do tema da diversidade sexual. A heteronormatividade impõe um silêncio sobre essa temática: não há gays nas obras literárias, não há relações homossexuais nos textos de orientação sexual e, muito precocemente, as crianças aprendem a indexar o universo social pela dicotomia de gênero. (...) O silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia” (p. 312).

LIONÇO Tatiana & DINIZ Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, 8(16), 307-324, 2008

👍👎👤 157

8 comentários 59 compartilhamentos



Curtir



Comentar



Compartilhar



Mais relevantes ▾



Escreva um comentário...



ANEXO E – SDR5

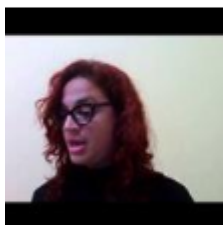


Escola Sem Partido

25 de julho de 2015 · 🌐



Professora é expulsa de escola pública em Canoas/RS, por exigir que os pais fossem informados de palestra sobre ideologia de gênero para seus filhos, em desobediência à lei municipal, estadual e federal. Eles não ligam para as leis. Simplesmente as descumprem. Pais, são seus filhos que estão sendo abusados nas escolas. São vocês que estão sendo desrespeitados. Assistem e se mobilizem! Isso aconteceu lá em Canoas mas acontece em todo o Brasil, acontece na sua cidade. Mexa-se!



YOUTUBE.COM

**UM VÍDEO DECICADO À FAMÍLIA DE
TODOS OS MEUS ALUNOS**

vídeos sobre ideologia de gênero

<https://www.youtube.com/watch?v=9B9BU0QSCfk...>



👍 309

26 comentários 588 compartilhamentos



Curtir




Comentar



Compartilhar



ANEXO F – SDR6

 **Escola Sem Partido** 1 de julho de 2015 · 🌐

Fora da sala de aula, o professor é um cidadão e, como cidadão, tem direito de dizer o que pensa sobre qualquer assunto. A liberdade de expressão existe para o indivíduo que fala na praça pública, nos jornais, na internet, no rádio, nos púlpitos e em qualquer lugar onde as pessoas não sejam obrigadas a escutar o que ele está dizendo.

Na sala de aula é diferente. Os alunos são obrigados a escutar o professor. Ora, se o professor pudesse exercer a liberdade de expressão dentro da sala de aula, a liberdade de consciência dos seus alunos -- que é assegurada pela Constituição -- seria letra morta. Ele diz o que pensa e os alunos são obrigados a escutar? Não pode ser assim.

O aluno não pode desligar o professor.

O simples fato de o professor ser obrigado a transmitir determinado conteúdo aos alunos já significa que ele não tem liberdade de expressão no exercício da atividade docente.

Se ele tivesse liberdade de expressão, ele poderia gastar todo o tempo das suas aulas para falar do que bem entendesse -- religião, política, futebol, etc. --, e ninguém poderia puni-lo por isso. Nesse caso, qualquer pessoa poderia dar aulas, já que qualquer pessoas tem suas próprias opiniões sobre qualquer assunto.

Nenhum funcionário público desfruta de liberdade de expressão no exercício de suas funções. Nem os ministros do STF. Os professores muito menos, já que eles se dirigem a uma audiência cativa.

ANEXO G – SDR7

 **Escola Sem Partido** 6 de junho de 2015 · 🌐

Página de uma professora. E ainda tem gente que duvida da tal doutrinação marxista nas escolas!

 3G 12:36 AM 52% 🔋

 < 🔍 Pesquisar

 **Cristiana Maria Cardachevski** ▾
Editado · 👤

Como Marx é claro...ele é genial. E dá para explicar claramente o funcionamento do trabalho, a alienação e a mais valia...para um aluno entender. Ele realmente estava pensando numa libertação mega pedagógica para a categoria do trabalhador...e é atual...Amo o Marx, maior respeito. <3 O "Manifesto" é a maior prova de amor...

 Curtir  Comentar  Compartilhar

ANEXO H – SDR8

Escola Sem Partido
18 de maio de 2015 · 🌐

Professores do RS seguem o exemplo de seus colegas do DF, e mostram o que realmente são: MILITANTES POLÍTICOS USURPADORES DA CÁTEDRA ESCOLAR.



[Sobre este site](#)

VEJA.ABRIL.COM.BR

Professores gaúchos assumem que querem doutrinar ideologicamente mesmo

👍 231 17 comentários 140 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

ANEXO I – SDR9

Escola Sem Partido
29 de abril de 2015 · 🌐

SINPRO-DF coloca em todos os professores do DF a carapuça do militante inescrupuloso que usa a sala de aula para transformar crianças e adolescentes em massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses políticos, ideológicos e corporativos.

Num tremendo ATO FALHO, o SINPRO admite que o projeto de lei da Deputada Sandra Faraj vai "amordaçar" os professores em sala de aula. Ora, o projeto prevê apenas a afixação, em todas as salas de aula, de um cartaz com os seguintes di... Ver mais



SINPRODF.ORG.BR

Projeto da Mordaza de Sandra Faraj quer reviver tempos da ditadura

👍 137 7 comentários 45 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

ANEXO J – SDR10




 Escola Sem Partido compartilhou uma publicação. ***
25 de julho de 2016 · 🌐




Professores honestos refletem sobre o que fazem. Parabéns à Professora Sandra Ramos pela sua grande coragem moral.

 Sandra Ramos
25 de julho de 2016

Bom dia!
Eu confesso a vocês que eu estive bastante reticente sobre o Projeto "Escola sem Partido". Meu contra argumento era simples: esperar a neutralidade do ...

[Ver mais](#)

   957 43 comentários

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

ANEXO K – SDR11

 Escola Sem Partido compartilhou um vídeo — 😊 sentindo-se agradecido. ***
15 de julho de 2016 · 🌐

Não tenho palavras para agradecer a contribuição dessa professora para a causa do Escola sem Partido. Chega a ser comovente a burrice da moça. APEOESP, dá um toque na "cumpanhêra", pra ela parar de entregar o jogo para o inimigo.



232.081 visualizações

Esquerda Diário
15 de julho de 2016 · 🌐  Curtir Página

AULA PROTESTO: envie a sua também!
Marque o professor que você conhece nos comentários!
A Professora Maira Machado, que é pré-candidata a vereadora do MRT pelo ...
[Ver mais](#)

   965 144 comentários

ANEXO L – SDR12

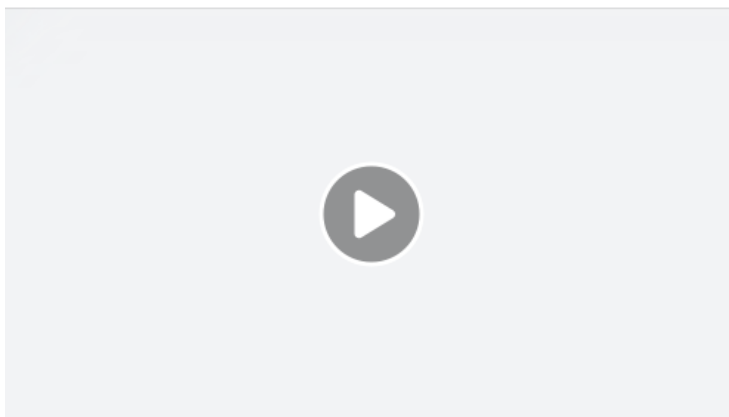


Escola Sem Partido

25 de julho de 2016 · 🌐

VERGONHA ALHEIA

O professor que aparece nesse vídeo é um velho conhecido do Escola sem Partido. Leiam essa matéria, publicada no Correio Braziliense, em 2004: <http://escolasempartido.org/.../292-cartilha-de-militante-pet...>



👍👎👤 460

118 comentários 270 compartilhamentos

18 mil visualizações

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



ANEXO M – SDR13



Escola Sem Partido

12 de abril de 2016 · 🌐

ATENÇÃO, PAIS: LEMBREM-SE DESSA IMAGEM, AO DEIXAR SEUS FILHOS NA ESCOLA.



👍👎👤 853

118 comentários 396 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



ANEXO N – SDR14

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido 21 de julho de 2016 · 🌐

Tem gente que ainda não votou na enquete do Senado porque está em dúvida sobre a existência de doutrinação nas salas de aulas, acha que não é bem assim, que o professor está apenas ensinando o aluno a desenvolver sua capacidade crítica. Para essas pessoas, eu dedico esse áudio gravado numa escola particular de Castanhal, no Pará.

Tu pode ter tuas opinião da Veja, da porra do Jornal Nacional
 Mas fique pensando nisso
 Se você concorda com isso que tá acontecendo
 Daqui a dez anos, quando você for ler os livros História dos seus filhos
 vai tá lá
 E você vai dizer eu apoiei o golpe no Brasil, entendeu

👍👎👤 902 174 comentários 979 compartilhamentos 28 mil visualizações

👍 Curtir Comentar Compartilhar 🌐

ANEXO O – SDR15

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido compartilhou um vídeo. 11 de julho de 2016 · 🌐

pra quem diz que professores não fazem doutrinação político e partidária mas só querem despertar a consciência crítica dos alunos...

Esse juizinho de merda do Paraná, vou repetir,
 Esse juizinho de merda do Paraná é um bandido –
 porque o cara que vira capa da veja é um
 bandido, não tem jeito

741.149 visualizações

Delegado Francischini 10 de julho de 2016 · 🌐 Curtir Página

DENÚNCIA GRAVE - RESPIRE FUNDO
 ÁUDIO-> PETISTA detona a "CABEÇA" de CRIANÇAS em SALA de AULA no PARÁ
 TRECHOS da AULA:
 -> LULA é um PERSEGUIDO!
 -> SE...
 Ver mais

👍👎👤 389 53 comentários 1 compartilhamento

ANEXO P – SDR16

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido compartilhou um vídeo. 4 de julho de 2016 · 🌐

FUNK DO KARL MARX

Quantas evidências serão necessárias para demonstrar o CARÁTER SISTÊMICO do problema da doutrinação nas escolas?

Mesmo sabendo que seria inútil -- já que essas pessoas efetivamente não possuem nenhum amor à verdade --, minha vontade, como coordenador do Escola sem Partido, era esfregar esse vídeo na cara dos responsáveis pela revista NOVA ESCOLA.



183.381 visualizações

Rodrigo Mezzomo 4 de julho de 2016 · 🌐 Curtir Página

Veja esse vídeo e se pergunte sobre o futuro do Brasil. Leva pouco mais de um minuto.

Trata-se de um "trabalho escolar" para a disciplina de sociologia, realiza...
Ver mais

ANEXO Q – SDR17

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido 23 de maio de 2016 · 🌐

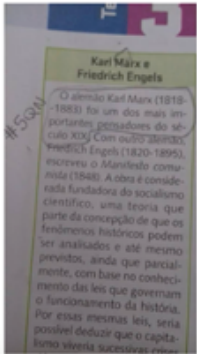
É claro que Marx foi um dos mais importantes pensadores do século XIX. Mas dizer apenas isso, sem chamar a atenção para as trágicas consequências sociais e políticas das suas ideias, é uma clara tentativa de glamurizar o filósofo mais glamurizado das esquerdas, e despertar a simpatia dos alunos para essas ideias. Trata-se, portanto, de uma forma de doutrinação (aliás, uma das mais comuns). E o comentário do aluno mostra que ele percebeu isso.

Meu nome é Eduardo, tenho 14 anos, moro no Rio Grande do Sul e acabei de assistir à matéria do "Fantástico" sobre doutrinação, a qual a emissora mostrou o seu triste posicionamento, e gostaria de compartilhar essa imagem com a equipe de vocês. Este livro, o qual eu uso nas aulas de história, trás essa citação sobre Karl Marx afirmando que ele "foi um dos mais importantes pensadores do século XIX" e muitos estudantes não fazem ideia de quem realmente era esse homem, nem a abominável teoria que ele criou.

Este é um triste caso de doutrinação, o qual o professor que não denuncia (como a minha professora que não afirmou nada sobre o conteúdo, apenas me criticou por ter "marcado" o livro) vira cúmplice. Isso deve acabar e eu vou lutar muito!

Deixo aqui denunciado para que, se interessarem, possam compartilhar nas redes sociais e encorajarem outros estudantes a fazerem o mesmo. Se possível, aguardo ansiosamente resposta.

Muito obrigado! #EscolaSemPartido #DoutrinaçãoNÃO



476 30 comentários 114 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

ANEXO R – SDR18



Escola Sem Partido

28 de abr de 2016 às 01:33 · 🌐

MASSA DE MANOBRAS A SERVIÇO DA VITIMIZAÇÃO

Estudantes amestrados como cachorrinhos para satisfazer os interesses políticos do sindicato dos professores do Paraná.



👍👎👏 238

53 comentários 266 compartilhamentos

11 mil visualizações

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



ANEXO S – SDR19



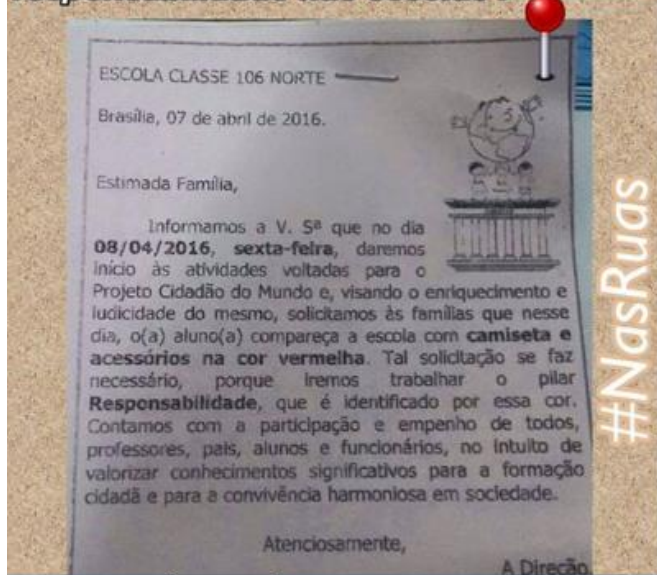
Escola Sem Partido

9 de abril de 2016 · 🌐

Diante da aversão generalizada ao "vermelho" do petismo, a escola obriga os alunos a usarem essa cor com o objetivo de "valorizar a convivência harmoniosa em sociedade". Imaginem a discursadeira que essas crianças foram obrigadas a escutar durante essa atividade...

Página da escola no facebook: <https://www.facebook.com/Escola-Classe-106-Norte-386555164.../>

Governo coloca vermelho como cor da responsabilidade nas escolas!



ANEXO T – SDR20

Governo Sartori (RS) na mira dos sindicatos. E as crianças sendo usadas como massa de manobra a serviço dos interesses corporativos dos professores...

"Aqui no estado, há muito tempo já sofremos com a doutrinação realizada pelos professores estaduais e CEPERGS (sindicato dos professores), incentivando estudantes a participar de manifestações e a criar militantes dentro das escolas. A escola em questão é a Escola Estadual de 1º e 2º graus Monteiro Lobato, localizada na Vila... Ver mais



Rádio Uirapuru
10 de agosto de 2015 · 🌐

👍 Curtir Página

Estudantes da turma 201 da Escola Estadual Monteiro Lobato criam cartazes para protestar contra o Governo Sartori. Criatividade e protesto. Ouvinte Repórter via whatsapp: 9162-9943.

ANEXO U – SDR21

ESCOLA SEM PARTIDO
Escola Sem Partido compartilhou uma publicação. 16 de junho de 2015 · 🌐

Que ético! Em Camaquã-RS, estudantes são cooptados e usados como massa de manobra a serviço da agenda política do sindicato dos professores. Vejam as fotos.

Escola Sem Partido

CPERS Sindicato Camaquã adicionou 14 novas fotos — Luisa Flores e outras 5 pessoas. 16 de junho de 18:05 · 🌐

A direção do 42º Núcleo do CPERS/Camaquã gostaria de saudar e considerarem a importância de realizarmos o ato de 11:00, que é meu tempo cooptado... importante etapa na tarefa de mobilizarmos toda a nossa categoria especial aos alunos que estiverem presentes e ajudarem na confecção de cartazes. A importância da mobilização é extrema porque nele se de um sindicato, expressa pela categoria e tempo...

federal, estadual e municipal o quanto essa afirmativa é verdadeira ataques na forma dos ajustes fiscais que são os dois lados da moeda do governo Dilma e Sartori e que estavam também espere justificativas do prefeito João Machado na mesa de negociação dos servidores municipais; a tentativa de regulamentação das terceiras que ataca os direitos dos trabalhadores de forma ampla, a qualidade serviços, que sujeita o trabalhador a um retorno a escravidão...

Mais 6

Miguel Nagib
16 de junho de 2015


🔔 Seguir

ANEXO V – SDR22

Escola Sem Partido
12 de agosto de 2015 · 🌐

ASQUEROSO E REVOLTANTE: obedecendo ao comando do sindicato (ver postagem abaixo), professores gaúchos usam estudantes como massa de manobra a serviço dos seus próprios interesses. Cabe aos pais acionar o Ministério Público por violação ao ECA: Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de... EXPLORAÇÃO..., punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

<http://g1.globo.com/.../estudantes-da-rede-estadual-.../4385503/>



G1.GLOBO.COM
Estudantes da rede estadual protestaram nesta manhã em Passo Fundo,RS - G1 Rio Grande do Sul -...


👍 225 17 comentários 81 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

ANEXO W – SDR23

Escola Sem Partido
17 de abril de 2015 · 🌐

Mais um flagrante de doutrinação numa escola de São Paulo (Escola Estadual Sapopemba, zona leste de SP). As vítimas aqui são crianças do ensino fundamental.
Geraldo Alckmin



👍 80 4 comentários 85 compartilhamentos

ANEXO X – SDR24

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido
6 de julho de 2016 · 🌐

Acordem, pais e mães! A máquina do Estado está sendo usada contra as famílias.



CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR
Turma de escola do DF fez festa junina em que noivo foge com outro homem

👍👎🗨️ 722 81 comentários 253 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

ANEXO Y – SDR25

ESCOLA SEM PARTIDO Escola Sem Partido
10 de julho de 2015 · 🌐

"Saição" e "Gravataço" no Instituto Federal Farroupilha, em São Borja (RS):
SE O SEU FILHO NÃO VESTIR UMA SAIA, ELE É MACHISTA,
HOMOFÓBICO E PRECONCEITUOSO.

Ou, nas palavras da professora responsável pela atividade:

"Todo o pensamento crítico gerado pela ação é um sinal de avanço, no momento em que o nosso aluno (a) se questiona "se utilizar as vestimentas sugeridas é demonstrar não ter preconceito o que significa não usá-las?" Tal reflexão leva a acreditar que deste modo o sujeito esteja mais perto de tornar-se criticamente ativo."



👍 100 40 comentários 62 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar